

FERNANDO ALBERTO TORRES MOREIRA

**EM TORNO DE FILINTO ELÍSIO
- ENSAIOS**



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Em Torno de Filinto Elísio

Ensaios

Ficha Técnica

Autor:

Fernando Alberto Torres Moreira

Título:

Em Torno de Filinto Elísio – Ensaios

Coleção

CULTURA 3

Edição

CEL – Centro de Estudos em Letras
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

© Copyright

CEL e Fernando Alberto Torres Moreira, 2011

Paginação:

José Barbosa Machado

ISBN

978-989-704-022-1

Depósito Legal: 336930/11

VILA REAL, 2011

Fernando Alberto Torres Moreira

Em Torno de Filinto Elísio

Ensaios

Coleção CULTURA 3

CEL – Centro de Estudos em Letras

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Nota Introdutória

Os diferentes artigos aqui apresentados em livro, uns inéditos e outros já publicados em diversas publicações científicas como actas de congressos, capítulos em livros ou revistas, conferem aos eventuais leitores a possibilidade de, de modo conjunto, aceder ao que ao longo dos anos fomos escrevendo sobre o Padre Francisco Manuel do Nascimento, a sua obra e pensamento, o seu relacionamento com outras personalidades da época em que viveu, as influências com que marcou seguidores, enfim, o seu contributo para a cultura portuguesa em geral.

Não existe neste livro qualquer arrumação especial, já que entre os diferentes textos não há propriamente uma lógica sequencial, antes se entrecruzando constantemente, tendo sido, por isso agrupados, mesmo assim, de modo a que a leitura possa fluir com alguma razoabilidade temática; aqui e ali os textos já publicados sofreram ligeiras correções/alterações que em nada alteram o essencial do original e, de modo a homogeneizar a edição e apresentação dos artigos, procedeu-se à aplicação de normas de estilo comuns, visíveis, particularmente, no que tange a referenciado bibliográfica e as notas de rodapé.

Os estudos sobre o século XVIII em Portugal têm vindo a conhecer um incremento significativo em várias áreas temáticas, particularmente em matéria de língua, com particular destaque para os gramáticos e gramáticas, mas cremos ser necessária a realização de pesquisas que continuem a fazer sair da sombra figuras que, pela sua obra e intervenção política, social e cultural, sobressaíram e foram determinantes no rumo do país ou no estabelecimento de caminhos ideológicos que viriam a marcar o futuro. É nesta trincheira que se encontra o Padre Francisco Manuel do Nascimento, celebrado como poeta com o pseudónimo de Filinto Elísio; se durante muitos anos foi um ícone reconhecido pelos seus méritos literários, hoje, até pelo evidente anacronismo nesse particular, olhar a sua obra (originais e traduções) numa perspectiva cultural, olhar para a mensagem política e social que plasmou nos seus textos, é trazer à tona da água um conjunto de elementos importantes e decisivos para uma melhor compreensão do final do regime absolutista em Portugal.

Afinal, não é em vão que estamos a falar de uma personalidade que foi um mentor de ideias, um fazedor de opiniões que cedo adoptou e divulgou sem cessar o paradigma ideológico da Revolução Francesa de 1789 e cujos ensinamentos formataram o pensamento de muitos dos protagonistas da Revolução Liberal de 1820.

A Língua como expressão da saudade em Filinto Elísio

Filinto Elísio, aliás, Francisco Manuel do Nascimento de nome baptismal, conheceu em vida a glória pessoal mercê de um extenso rol de publicações poéticas e traduções nas quais a sua vasta formação e erudição clássicas, a sua enorme admiração por Horácio e pelos poetas e prosadores portugueses de Quinhentos ressaltam de forma evidente. A par deste reconhecimento literário e tradutório, a obra de Filinto, pelos seus méritos linguísticos indiscutíveis, foi também uma espécie de cartilha por onde se aprendia a bem falar e escrever português.

Hoje, Filinto Elísio quase não é lido e a reflexão que a seguir ser apresenta visa também, para além do enquadramento temático que a justifica, chamar a atenção para um autor e uma obra que merecem um olhar mais atento, quanto mais não seja pelo facto de possibilitarem um melhor conhecimento de um lutador incansável que dedicou toda uma vida, entre outras coisas, à restauração da dignidade e importância da língua portuguesa.

Não se trata aqui de ressuscitar um morto, como José Veríssimo, na *Revista de Estudos Brasileiros*, acusou José Pereira da Silva de fazer, por este, em 1891, ter apresentado um estudo global da obra de Francisco Manuel do Nascimento intitulado *Filinto Elísio e a sua época*. Pretende-se, isso sim, apresentar um escritor português que, por ter produzido uma obra muito significativamente orientada para a defesa da língua, guindou o seu país a parâmetros muito elevados e interessou figuras da importância de um Lamartine ou um Ferdinand Denis para o conhecimento da cultura, literatura e língua portuguesas.

Naturalmente que o longo desterro vivido por Filinto Elísio por terras da Holanda e França terá concorrido de forma significativa para a orientação e realização do seu projecto literário-linguístico. O seu afastamento compulsivo de Portugal no ano de 1778, a sua recusa em tornar-se num assimilado cultural no país que o acolheu na maior parte do seu desterro e uma postura mental que sempre rejeitou a condição de exilado e teimo-

samente “vivia” no seu país, fizeram com que o Padre Francisco Manuel, através da língua que tanto amou, se tornasse um dos mais representativos corifeus da saudade portuguesa.

A reflexão a seguir proposta pretende ser, então, um contributo singelo para a reabilitação de um autor e de uma obra pelas razões acima apontadas, e cuja importância, face ao *aggiornamento* que a Europa hoje conhece e à mundialização que os meios tecnológicos permitem, surge coberta de uma nova actualidade: a importância da língua na afirmação de um país.

Filinto Elísio foi educado na lição e amor pelos clássicos greco-latinos. Horácio foi a sua referência primeira, seu mestre e modelo a seguir. Não admira, pois, que Filinto elegesse os literatos portugueses de Quinhentos – Camões, João de Barros, António Ferreira, João de Lucena, etc. – como fiéis depositários da pureza da língua portuguesa. A sua luta pela restauração do classicismo assenta nestes dois pilares e Francisco Manuel tinha plena consciência de que os esforços de algumas Academias, e mais concretamente os da Arcádia Lusitana, não surtiram o efeito desejado. A lição de Luís António Verney encontrava dificuldade em impor-se. Mais a mais, no que particularmente respeitava a língua portuguesa, o seu prevalecimento como emblema nacional após a sua emancipação quinhentista e sobrevivência ao reinado dos Filipes, encontrava-se ameaçado por uma nova vaga: o ciclo da francesia cujos vocabulário e sintaxe acossavam por todos os lados a pureza do falar português.

E, se já antes de partir para o exílio, Francisco Manuel era acusado pelos seus críticos contemporâneos de usar nos seus textos “drogas de antigualha”¹, após o seu afastamento de Portugal – que seria definitivo – o poeta cristalizou a sua luta de forma perene em prol de uma língua pura, sem mácula de qualquer bastardia. No entanto, cabe aqui fazer um

¹ Esta expressão foi usada pela primeira vez por Correia Garção num soneto intitulado “Contra um rancho satírico” que faz parte do conjunto de poemas integrantes da Guerra dos Poetas e no qual o autor se dirige ao grupo da Ribeira das Naus (o “rancho satírico”) em termos satíricos personalizados; Francisco Manuel, conhecido então pelo pseudónimo de Niceno, é aí apontado como o “patrão da lancha”, o chefe do grupo:

*Padre Niceno, tu, patrão da lancha,
Carregada de drogas da antigualha*

reparo – o que começou por ser uma atitude pura e simples de defesa da língua assumiu uma expressão mais lata com a saída do poeta da pátria-mãe: à pureza do falar português, Filinto associa a saudade da própria língua que ouve falar cada vez mais raramente e da qual circunstâncias do destino lhe foram retirando, sucessivamente, os suportes escritos de sua propriedade², a saudade de um país, de uma pátria, tomada metonimicamente como língua. Num processo que encontra paralelismo em Camões, que aliás o próprio Filinto não enjeita, o poeta vive e sente no exílio uma confusão de Babel e anseia permanente e reiteradamente por uma Sião – pátria e língua – vivida nos seus primeiros 44 anos de vida. A luta pela verdadeira língua portuguesa e a sua vivência, em terra estranha, no desterro, de uma pátria saudosa, vão ser expressão de uma Elísia da qual tomou o nome.

São frequentes as alusões de Filinto à sua infância e, em especial, às expressões e palavras que ouviu ao povo no meio do qual foi criado – o poeta está a falar da linguagem pura do povo profundo e do modelo que constitui. Assim se comprehende a mistura que Francisco Manuel do Nascimento faz e defende entre termos populares e termos vernáculos provindos directamente do latim ; cabe referir a propósito que o poeta era um latinista de reconhecida fama.³

² Primeiro foi o Terramoto que lhe destruiu a casa e recheio; depois foi a Inquisição que lhe apreendeu tudo o que tinha; já no exílio foi roubado, processado e os bens vendidos, livros incluídos. Filinto dá-nos conta disto em nota (Elísio 1818: VII, 223):

Pela quarta vez, me vejo destituído de livros, e obrigado a citar de memória. Perdi, pelo terramoto, quantos livros, então possuía. Pela segunda vez perdi quanto meu Pai ganhou nos serviços d' El-Rei em 60 anos que foi marítimo, e os bons livros Clássicos Gregos, Latinos, Italianos, alguns Franceses, Castelhanos, e muitos Portugueses, que com bem custo, e trabalho tinha junto, lá mos sequestraram em Portugal. Pela terceira vez, perdi móveis, e 700 volumes, o mais injustamente, desde que o mundo é mundo, penhorado por sentença de juizes. Pela quarta e última vez (...) a minha tal, e qual Livraria, fato, e móveis os perdi, (...).

³ A este respeito é elucidativo o testemunho do seu mestre de Latim António Félix Mendes o qual, em depoimento prestado no Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa refere “(...) que sabe pelo conhecimento, que tem com o dito Padre Francisco Manuel tem da Latinidade, que ele é muito bem instruído nele (...); (Inquisição de Lisboa, Processo n.º 14048, contra o Pe. Francisco Manuel do Nascimento)

Filinto expressa inúmeras vezes a saudade que lhe vai na alma desse falar da comadre Maria Pereira ou da vizinha Jerónima Maria, ou ainda da linguagem castiça das histórias que sua mãe lhe contava:

(...) quando eu pus fontes sem cabeça, fundei-me em autoridade maior, que quantas Prosódias e Fonsecas áí há; na autoridade de minha Mãe (...) às mais vizinhas, à Comadre Maria Pereira. (Elísio, vol. II, 1817: 293)

Lá longe, no exílio, o autor elegeu como forma de compensar a ausência física do solo pátrio a recordação e consequente registo escrito da lembrança do português genuíno ouvido na sua infância. Simultaneamente, usa esta recordação como arma de arremesso contra os francesismos invasores de uma língua que em tempos conquistou o mundo. Se lhe faltam as palavras lá estão os clássicos latinos ou os escritores de Quinhentos nos quais se encontra, respectivamente, quer a palavra em falta, quer o reavivar de termos e expressões entretanto caídas em desuso. Não se infira daqui que Filinto entendia a língua como algo imutável; ao contrário, já que a criação de termos novos também fazia parte da sua estratégia de defesa da língua; simplesmente o latim era o laboratório de onde surgiam os neologismos necessários. Mais: toda a luta de Francisco Manuel tinha por objectivo manter sem qualquer tipo de alteração o carácter da língua nacional, elemento supremo da identidade pátria, protegendo-a essencialmente da incúria e da ignorância; para isso, precisava somente da sua crença no povo, nas “comadres Marias Pereiras”. Todo o seu labor, em busca da palavra apropriada para determinado local da frase ou significado preciso, tinha por elemento norteador a autoridade popular, os usos linguísticos do povo sempre que não encontrava a resposta que necessitava na língua latina, nos clássicos portugueses de Quinhentos ou no património legado por António Vieira. Era mais uma forma de enriquecer a língua que, como os outros, lhe trazia vitalidade e prestígio. Tudo isto para cumprir uma meta apontada num diagnóstico que lucidamente faz o autor numa nota que escreveu à sua tradução da *Segunda Guerra Púnica*, de Sílio Itálico:⁴

Imaginar que a língua Portuguesa, ou já a antiga, ou já a moderna tocou a baliza da perfeição, é imaginar uma quimera. Só quem nunca escreveu, quem não

⁴ Em todas as transcrições que fazemos optamos por proceder a uma actualização segundo a norma padrão portuguesa actual.

sabe o que é bem escrever, tal pode imaginar. Rebenta a cada período, uma ocasião, e bem vezes uma necessidade de aventurar um termo, que parido pela Razão, o toma o Uso nos braços, e lhe serve de Padrinho. (...) havia no mundo demarcação de terras entre sábios e ignorantes. Hoje que os benignos leitores passaram a juizes do ofício, sem carta, a maior parte deles, de aprendizes, pôem-se à barba com os autores, e (Deus nos acuda!) não deixam passar pela malha coisa em que não metam unha. Embora! – Com tanto que emulando os bons, se dêem honra a si, e à língua, deixando-a enriquecer com grangeio legítimo, e não com bastardas francesias. (Elísio 1817: II, 313/314)

São muitos os textos em que Filinto Elísio assume o que vimos escrevendo. A *Carta ao Senhor Francisco José Maria de Brito* (Idem: 26-107), com data de Paris, 6 de Junho de 1790, é um exemplo bem elucidativo (entre outros temas que aborda e que não cumpre aqui referir) que permite ajuizar esta luta travada por Filinto contra a bastardia da língua ao mesmo tempo que assume, indelevelmente, a expressão da saudade pátria pela via da reflexão linguística.

Escreve Filinto nos primeiros versos dessa *Carta*:

Lembras-me, Amigo Brito quando a pluma
Para escrever magnânimo meneio
Ama o meu Brito a Lusitana Língua
Pura (como ele) enérgica, abastada,
Estreme de bastardo francesismo (Ibidem: 26)

E, em nota a propósito do aportuguesamento de palavras francesas, o poeta verbera o uso que pessoas com responsabilidades políticas e culturais fazem dessas palavras e também a consagração oficial que um organismo como a Real Mesa Censória lhes concedeu pela via de editais públicos:

Certo embaixador português escrevia populácea. Houve quem lhe disse: populácea não é termo português. Enrufa-se o espantalho diplomático; estriba-se na autoridade de Grão-Cruz, e na de embaixada; e ei-lo que deita a baforada: se o não é, sé-lo-á.

Assim fez a Mesa Censória: escreve no edital de 23 de fevereiro de 1769 chefe d'obra e dá-lhe autoridade embaixatriz, e de Grão-Cruz. E ei-lo o tal Tribunal que fala como um Tarelo Galicano; e ei-lo que não lhe caem as faces de vergonha. E se eu me divertisse em folhear todos os Editais da tal Mesa, com que Sapos, com que Lagartos não acertaria! E censura livros, quem não sabe escrever a sua língua! (Ibidem: 29-30)

Seria casmurrice do poeta, alguma presunção? Não parece. Será antes uma tentativa de cura por parte de um mestre e simultaneamente de uma auto-consolação de quem sente a pátria longe e a procurava presentificar através daquilo que melhor a representa – a língua.

Mas Francisco Manuel do Nascimento vivia em França. Poder-se-á falar de vingança mesquinha contra a língua francesa, contra o país que o acolheu? Obviamente que não. Naturalmente ciente de uma provável acusação deste género, o poeta rebate, em diversos textos, esse possível argumento. Registe-se aqui um exemplo retirado da *Carta* acima mencionada:

Não que à língua Francesa eu ódio tenha;
 Que fora absurdo em mim. Ninguém confessa;
 Mais sincero o valor de seus bons livros
 De todo o bom saber patentes cofres,
 (...)
 Mas, como fora escarnecido em França
 O que empreendesse himpar de frases lusas
 Um discurso Francês em prosa ou verso; (Ibidem: 30)

Afinal, o que Filinto reivindica para a língua portuguesa é uma atitude semelhante àquela que, pela sua vivência e conhecimento da cultura gaulesa, ele sabe ser cultivada pelos franceses. Alicerçado nestas razões, o autor encontra motivos mais do que suficientes para arremeter contra aqueles que, desprezando o idioma nacional, o enxameiam de galicismos e com isso o conduzem ao aniquilamento.

Face a esta actuação, Camilo Castelo Branco, apontando embora alguns defeitos ao trabalho desenvolvido por Filinto, considera-o um «opulentador notabilíssimo da língua, e renovador dos lusitanismos que aformosearam os livros dos dois iniciadores da reforma romântica – Almeida Garrett e António Feliciano de Castilho». (Branco 1876) E os autores citados por Camilo não enjeitaram a herança; Almeida Garrett vislumbrou com clareza a dicotomia que vimos defendendo – luta pela língua / saudade da pátria:

Francisco Manuel, único representante de Garção, gemia no exílio e de lá, com os olhos postos na pátria⁵, se preparava para lutar contra a enorme hidra, cujas inúmeras cabeças eram o galicismo, a ignorância, a vaidade (...)

⁵ Sublinhado nosso.

Nenhum outro poeta, desde Camões, havia feito tantos serviços à língua portuguesa: só por si, Francisco Manuel valeu uma academia e fez mais do que ela. (Garrett 1877)

Pena que Garrett, que aliás assinou o seu texto *D. Branca* com o nome de Filinto Elísio e lhe dedicou dois poemas – *Aniversário de Filinto* (1817) e *Filinto* (1819), este último a tributar a morte do poeta recentemente falecido – e que assume expressamente a influência de Filinto na sua obra em especial na *Lírica de João Mínimo*, *Camões*, *D. Branca* e *Flores sem Fruto*, apesar da breve referência acima assinalada, não tenha explorado mais aprofundadamente, nos comentários que faz da obra de Francisco Manuel do Nascimento, a vertente da língua como expressão da saudade de uma pátria distante.

Também António Feliciano de Castilho destaca a luta de Filinto em prol da língua afirmando que Francisco Manuel do Nascimento «foi um mártir da religião da nossa língua.» (Castilho 1837); Na mesma esteira, António Lopes de Mendonça aponta no poeta os serviços prestados à pátria, via defesa da língua de «estrangeirismos desnecessários e absurdos» e acrescenta uma opinião curiosa:

Parece impossível que um poeta desterrado da pátria, vivendo numa sociedade tão diferente daquela em que primeiro abriu os olhos à razão e ao estudo, tivesse uma tão superior influência sobre a escola poética moderna. (Mendonça 1855)

Este poeta, desterrado da pátria, sente-lhe a ausência, especialmente, porque cada vez mais raramente a língua portuguesa lhe soa aos ouvidos e os contactos com portugueses se vão tornando menos frequentes – o exílio tornava-se demasiado longo... As muitas traduções que nos legou talvez fossem (para além das óbvias necessidades de ordem económica) uma forma de presentificar essa língua, de a “ouvir falar”, de a ler, escrevendo-a. Neste sentido, são, no mínimo, dramáticas as notas que a seguir transcrevemos:

Cada dia me vou desmemoriando mais da língua portuguesa. Nem tenho com quem a fale, nem tenho em que a leia.
(...)

Dizem-me que dou muitas satisfações (cavacos) nas minhas notas. Que querem que eu faça? Não tenho com quem conversar, converso com o papel. Tomara-os eu aqui ver, velhos, e sem dinheiro, para saber com que se divertiam.

Eu divirto-me com escrever, não indo a jogo, nem a Moças, nem a teatros. (Elísio 1817: III, 40; 392)

Pobre Filinto! Só, velho, sem dinheiro, sem companhia ou divertimentos, desmemoriado e sem ter onde ler português... Por isso escreve para ter onde ler!... Mesmo assim não se esquece da sua cruzada pela língua, pela pátria e dispara, jocosamente, em vários sentidos:

Que direi da nova moda, que (ao que me dizem) vai grassando de falarem em Francês, os Portugueses nas suas Assembleias? Direi que não sabem Francês, nem Português. Direi que é bem feliz quem tal não ouve. Direi que nada perde quem nelas não aparece. (Idem: 292-293)

E na defesa de uma simbiose bom português (bom patriota) / bom falante de português, Filinto verbera os que arremedam mal a sua língua natural só porque a querem enxertar com palavras e frases de línguas estranhas:

(...) Envergonhai-vos, ridículos francelhos! Qual homem cordato falou (sem precisão) na sua pátria, língua estrangeira? Aprende bem a vossa; falai-a com pureza, com elegância; e sereis louvados dos vossos e dos estranhos. Que quereis que diga um Francês, que vos ouve cometer tantos erros, quantas são as frases, que vomitais numa língua, que não aprendestes de nascença, nem na terra mesma em que ela é natural! (Ibidem: 293-294)

Numa sátira contra os depravadores da língua⁶, e na qual não esconde a sua ira, Francisco Manuel deixa escrito, em apontamento final, o principal motivo de toda a sua luta. A pátria amada foi a principal razão, assim como a defesa dos escritores portugueses do século XVI, «o nosso bom século literário», que tanto honraram com a sua sabedoria e seu puro escrever a língua portuguesa:

Amor da Pátria, e desejos de que se não escureça inteiramente a glória, que nos grangearam entre as nações estranhas os bons Autores do nosso bom século literário, e não outro algum motivo, me incitaram a destruir (se me é possível) com as armas do ridículo, a seita do francesismo, que tanto desonra a clássica linguagem portuguesa. (...) Eia, moços estudiosos, amantes do bom Camões (...) derrotai-me esse exército ingrato, que se rebela contra a Pátria, e contra os que com as suas doulas penas a ilustraram. (Ibidem: 147)

⁶ Trata-se de uma sátira intitulada *Debique*, inserida no vol. V, pp.137-147.

De que Pátria tinha Filinto saudades? Que Pátria merecia este seu labor em prol da língua?

Conta-nos Carlos Olavo que, no exílio, o espírito de Filinto se entranhara com os problemas da liberdade. (Olavo 1944: 251) Estamos de acordo. Francisco Manuel celebra a liberdade num conjunto significativo de textos e terá sido dos primeiros a dar expressão escrita à independência da América, à liberdade do povo americano exarando numa ode os seus sentimentos de júbilo por esse facto:

Soltem-se os pendões livres
Ao sisudo aceno
Filósofo Franklin, que arrebataste
Aos céus o raio, o ceptro à Tirania
E ao teu aviso, em Boston,
O Lírio ajudador tremola, ovante.

De honra e valor armado,
Washington, ali te ergues,
E ao Congresso indeciso, a fé abonas.
Tu és a sua muralha, e seu escudo,
Qual outrora no Lácio
O Fábio tardador à aflita Roma. (Elísio vol. V, 1818: 103)⁷

Os acontecimentos por si vividos em França, alimentaram-lhe a ilusão de ver transpostos para a sua Pátria os bons princípios da Revolução de 1789, com a liberdade à cabeça. É, pelo menos, o que se pode inferir das palavras do poema abaixo transcrito:

Mas eis que se ergue em França
A esquiva tempestade ameaçadora
Das despóticas frentes...
Já roncam os trovões, já raios rasgam
O núbilo regaço
E já nos ares pesam os chuveiros
Que hão-de inundar a Europa.
Tremei, Tiranos, que oprimis em dura

⁷ Carlos Olavo diz-nos que esta ode valeu a Filinto Elísio uma homenagem de um cidadão americano, George Harrison, que terá mandado erigir numa sua propriedade da Pensilvânia um monumento à memória do escritor, nele inscrevendo os versos mais sugestivos do poema em causa. Até ao momento, não conseguimos apurar a verdade desta afirmação.

Escravidão os Povos
 Não se erga, em vosso quente sangue tinta,
 Da Liberdade a palma. (Ibidem 1817: I, 424)

Filinto deseja « Ver na Pátria, que maus hoje assoberbam / Com ignorante orgulho / Suceder a Justiça à Tirania » (Idem 1817: III, 557), e lamenta a sorte dos povos livres achados pelos Portugueses, vergados agora pelo jugo de uma escravatura ignóbil:

Eis já, Cabral, descobres
 Os Brasis não buscados
 E, aos Povos, que te hospedam,
 Ignaro do vindouro, os grilhões lanças. (Ibidem vol. V, 1818: 100)

Saudades da Pátria sim, mas de uma Pátria onde pudesse viver em liberdade, deleite de que apenas pôde gozar em terra estranha. O discurso de Filinto surge recheado de termos que remetem, incontornavelmente, para um ambiente de liberdade, e será o uso deste vocabulário discursivo que fará do poeta um denunciador constante do fanatismo, da opressão, da tirania que grassavam em Portugal. A sua poesia será veículo de denúncia dessa Elísia ultrajada para a qual, politicamente, propõe novos rumos e, culturalmente, advoga reformas poéticas que suportam o seu nacionalismo linguístico e literário.

Concluindo, os quase quarenta e um anos de exílio vividos por Francisco Manuel do Nascimento, na sua maioria em situação de miséria, fome e humilhação, foram também um período temporal de expressão de uma saudade da pátria, manifestada, em especial, por uma luta contínua em prol da língua portuguesa, à qual a ausência de meios, longe de afrouxar antes estimulou a coragem de um lutador que merece encómios pela exemplar lusitanidade de todo o conjunto da sua obra literária, traduções incluídas.

O que ao princípio foi uma peleja motivada por convicções educacionais e também pelo simples gosto de polemizar que facilmente se detecta em Filinto Elísio, transformou-se, com o andar do tempo e por circunstâncias de uma fortuna adversa, numa tergiversação árdua e longa, a que só a morte pôs fim.

Francisco Manuel do Nascimento precisava sentir permanentemente a pátria, o que, no exílio, só era possível pela visita dos amigos e admiradores

portugueses que nele viam uma referencia tutelar e, compensatoriamente, pela via de uma língua que lhe serve de transporte/lembrança, presentificação de uma felicidade perdida.⁸ Como afirmou Carlos Olavo, o exílio exacerbou o nacionalismo da sua sintaxe e vocabulário já que o poeta fora possuído por um «verdadeiro furor vernáculo». (Olavo 1944: 238)⁹

Escrever foi para Filinto, nos tempos de maior dificuldade, um lenitivo, uma forma de sustento, um processo de exteriorização da saudade. Empurrado para fora da pátria, escrever na língua materna era a única possibilidade de materializar o país que o viu nascer em tudo o que ele representava; defender a língua materna das marcas de bastardia gálica, era defender a pátria.

Se Fernando Pessoa pôde dizer “a minha pátria é a língua portuguesa”, Francisco Manuel do Nascimento, mais de um século antes, fez da língua, da luta pela pureza da língua-mãe, uma pátria sempre desejada porque expressão viva de uma saudade. Talvez melhor que ninguém Filinto Elísio tenha vivido a (e na) pátria pelo uso da língua nacional.

Referências bibliográficas

- Braga, Teófilo (1901): *Filinto Elísio e os dissidentes da Arcádia*. Porto: Lello&Irmão.
- Branco, Camilo Castelo (1876): *Curso de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Ed. Mattos Moreira & Ca.
- Castilho, Ant. Feliciano de (1837): *A Primavera*. Lisboa: Tip. A.J.S. de Bulhões.
- Elísio, Filinto (1817-1819): *Obras Completas*. Paris: A. Bobée.
- Garção, P. Ant. Correia (1957): *Obras Completas*. Lisboa: Sá da Costa.
- Garrett, J. B. L. de Almeida (1876): *Escritos diversos*. Lisboa: Imprensa Nacional.

⁸ Assim se comprehende melhor a recuperação que Filinto faz de Correia Garção que, ao tempo da Guerra dos Poetas era o seu ódio de estimação. Garção (talvez só lido por Filinto quando já no exílio) passou a ser apontado como modelo de perfeição linguística a seguir. A defesa da língua estava como se vê, para Filinto, acima de eventuais questiúnculas pessoais.

⁹ Este livro de Carlos Olavo é, sem dúvida, o melhor estudo biográfico do Padre Francisco Manuel do Nascimento.

Mendonça, Ant. Lopes de (1855): *Memórias de literatura contemporânea*. Lisboa: 1855.

Olavo, Carlos (1944): *A vida amargurada de Filinto Elísio*. Lisboa: Guimarães & C.^a.

A *Carta ao Senhor F. J. M. de B.* de Filinto Elísio – uma poética do século XVIII¹

1. A segunda metade século XVII e o século XVIII, em especial a sua primeira metade, conheceram, na Europa, um ambiente de produção literária doutrinária verdadeiramente notável. O esforço de reacção à estética barroca ficou consignado em inúmeros textos que vão desde a recuperação/reprodução dos documentos doutrinários das artes poéticas antigas, com especial destaque para Horácio e a sua *Arte Poética*, mas também Aristóteles, Quintiliano e Longino, até à feitura de novos documentos inspirados directamente nesses modelos antigos cujos preceitos teóricos se procurava revitalizar. Assim se ergueu um novo conceito de literatura, por sinal baseado na imitação de modelos clássicos perfeitamente identificados, assente num conjunto de regras estritas em que a codificação dos géneros literários ocupava lugar primeiro.

Portugal não escapou a este furor teórico e os ensaístas portugueses da época espelharam nas suas obras quer essa matriz inspirada nos modelos clássicos quer as reflexões que, a esse propósito, noutros países entretanto se produziram – casos da *Arte Poética* do francês Nicolas Boileau (1674) que o 4.º Conde da Ericeira D. Francisco de Meneses traduziu, da obra do italiano Ludovico Muratori, *Della Perfecta Poesia Italiana* (1706) ou de *La poética* (1734) do espanhol Ignacio Luzán – e onde se elencaram os preceitos que enformariam a doutrina neoclássica. A título de exemplo, citemos os trabalhos produzidos por Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*² (1746-7), Francisco José Freire (Cândido Lusitano), *Arte Poética, ou regra da verdadeira poesia*³ (1748), Pedro António Correia

¹ in *Retóricas*. Lisboa: Edições Colibri/Universidade do Algarve/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005, pp. 171-181.

² Referimo-nos particularmente às Cartas V e VI que versam sobre a Retórica e à Carta VII sobre a Poética.

³ Esta *Arte Poética* é uma reflexão de doutrina literária clássica, com destaque para Aristóteles e Horácio, do qual o mesmo autor viria a traduzir a sua *Arte Poética* em 1758.

Garção, *Dissertação*⁴ (1757), Francisco de Pina e Melo que, com a sua *Arte Poética* (1765) tentou um compromisso impossível entre o barroco literário decadente e o emergente neoclassicismo, e ainda a obra de Pedro José da Fonseca, professor de Retórica e de Poética, *Horácio. Notas escolhidas à Epístola aos Pisões de Horácio Flaco*, (1769).

Entretanto, só a *Epístola aos Pisões de Horácio* saiu traduzida em Portugal na segunda metade de Setecentos por sete vezes:

a) *Arte poética traduzida e illustrada em portuguez* por Cândido Lusitano, 1758, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luís Ameno; 2.^a edição aumentada com as regras de versificação portuguesa, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1784.⁵

b) *A Arte Poética traduzida em rima* por Miguel do Couto Ferreira, 1772, Lisboa, Regia Officina Typographica.⁶

c) *Arte Poética traduzida em verso rimado e dedicada à memória do grande Augusto*, por D. Ritta Claro Freyre de Andrade, 1781, Coimbra, Regia Officina da Universidade.⁷

d) *Arte Poética: Epístola aos Pisões traduzida em portuguez e illustrada com escolhidas notas dos antigos e modernos interpretes e com um comentário crítico sobre os preceitos poéticos, lições várias, e intelligencia dos lugares difficultosos* por Pedro José da Fonseca, 1790, Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira.

e) *Poética de Horácio traduzida e explicada methodicamente para uso dos que aprendem* por Jerónimo Soares Barbosa, jubilado da cadeira de

⁴ Verdadeiro doutrinador da Arcádia Lusitana, Correia Garção defende nas *Dissertações* a questão central da necessária *imitatio* dos autores antigos, não como cópia simples, cega, mas de bom gosto e enquadrada pela Razão enquanto matriz de criação e juízo estético.

⁵ Segundo Rosado Fernandes, «é esta a edição que goza, entre todas as edições portuguesas de maior fama (...) O comentário, já muito antiquado, ainda nos parece extremamente sugestivo, sobretudo pelo que revela das preocupações literárias vigentes da época». (Horácio s/d: 39)

⁶ Idem, p. 40: «(...) escrita com mau gosto evidente. (...) Tem esta tradução unicamente valor histórico».

⁷ A propósito desta edição diz-nos Rosado Fernandes: «(...) simples tradução precedida de uma introdução sucinta em que se remete para o comentário de Cândido Lusitano (...) O autor desta tradução não é D. Ritta de Andrade, mas seu marido Bartolomeu Cordovil». (Horácio s/d: 40)

Eloquência e Poezia da Universidade de Coimbra, 1791, Coimbra, Regia Officina Typographica.

f) *A Poética restituída à sua ordem: com a interpretação parafrástica em portuguez e huma carta do editor a certo amigo sobre este mesmo assunto*, 1793, Lisboa, Regia Officina Typographica.

g) *Arte Poética ou Epístola de Quintus Horácio Flacus aos Pisões, vertida e ornada no idioma vulgar com ilustrações e notas para uso e instrução da mocidade portuguesa* por Joaquim José da Costa e Sá, 1794, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

2. Caberia aos poetas da Arcádia Lusitana a produção de documentação teórica mais estruturada com vista a uma reforma literária alicerçada nos preceitos clássicos com especial incidência nos ensinamentos horacianos de que reclamavam seguidores, sobretudo os poetas António Dinis da Cruz e Silva – *Dissertações* – e Pedro António Correia Garção – *Dissertação sobre a Tragédia, Dissertação sobre a instrução dos Antigos, Sátira II, Teatro Novo*⁸. Especificamente, a Arcádia Lusitana, pela leitura do capítulo IV dos seus Estatutos, tinha por objectivo essencial a «instrução e o verdadeiro gosto da poesia». Tratava-se de empreender uma reforma literária e, corporizando essa ideia, Correia Garção defende uma simplicidade nobre para a poesia e uma frase pura. Correspondendo à sua divisa – *Inutilia truncat* – entendem os árcades que a escrita da poesia não é um mero ócio ou um simples divertimento de um grupo de amigos porque a arte literária tem também funções de utilidade pública e deve honrar a Pátria. Como doutrina estética, a poesia dos árcades segue o preceito aristotélico que consagram como imitação da natureza, uma imitação regrada, adaptada nos seguintes termos por Cruz e Silva:

(...) esta imitação não há-de ser tão rigorosa que não tenha mais liberdade que a de copiar servilmente os objectos como ela os produziu. Antes pelo contrário está obrigado a orná-los com todas as graças e perfeições possíveis, e expô-los a nossos olhos não como a Natureza os produziu, mas como deveria produzi-los se os quisesse criar no grau mais sublime de perfeição. (Silva 1893: II)

⁸ Poderíamos lembrar ainda como preceptistas estéticos e críticos literários de Setecentos o já referido Francisco José Freire (*Arte Poética, Dissertação* com que abre a sua tradução de *Atalia* de Racine), Manuel de Figueiredo (*Discursos*), Valadares e Sousa (*Censura*), José Agostinho de Macedo (*Motim Literário*)

Correia Garção, na sua *Dissertação III*, procura esclarecer os poetas sobre o conceito de imitação dos Antigos: assimilação e recriação. Assimilar o espírito das composições dos Antigos – Píndaro, Eurípides, Horácio, Virgílio, etc. – e dos portugueses de Quinhentos – Camões, Ferreira, Bernardes, por exemplo – e criar novos textos a partir daí. Escreveu Elpino:

(...) se imito o estilo, não devo servir-me das palavras dos antigos, mas achar na linguagem português termos equivalentes, enérgicos e majestosos, se, torcer as frases, nem adoptar barbarismos. (Garção 1958: 135)

Também por isso, numa carta dirigida ao Conde de São Lourenço, Correia Garção adverte para os perigos da imitação cega dos “antigos quinhentistas” com estas palavras:

Não posso, amável Conde, sujeitar-me
 A que às cegas se imitem os Antigos;
 Quero dizer, aqueles Portugueses
 A que hoje chamamos Quinhentistas.
 (...)
 Para imitares tu, Senhor, os feitos
 De teus claros Maiores, necessitas
 De calças e gibão? (Garção, 1958: I, 227-8)

A imitação passa a ser um artifício, um modo de assimilar as capacidades poéticas, estilo e linguagem dos Antigos; mas quem imita “deve fazer seu o que imita”, segundo o mesmo Garção e, porque se valoriza a linguagem, o conceito, enfatiza-se a mais-valia do verso branco porque mais adequado para estabelecer a correspondência entre expressão e pensamento e por ser menos artificioso, e mais livre, que o verso rimado.

Também o emprego da mitologia (que Verney condenava) não acolheu da parte dos árcades merecimento igual pois colocava-os perante um dilema: o uso da mitologia contrariava a doutrinação cristã, mas, por outro lado, a sua exclusão tornava a poesia mais pobre.

Com toda esta formulação teórica bem estruturada, pensada e executada, consciente de que a poesia tinha uma função pública bem determinada que só cumpriria se enquadrada nestes princípios, Correia Garção e os seus seguidores insurgiram-se contra os “bandos poéticos” que proliferavam na Lisboa da segunda metade de Setecentos, em especial contra o grupo da

Ribeira das Naus liderado pelo Padre Francisco Manuel do Nascimento, conhecido pelo nome poético de Filinto Elísio.

3. Mais do que qualquer outro do seu tempo, Francisco Manuel é um horaciano. O Venusino é o mestre que invoca, convoca e defende, o seu *vade mecum*. Traduziu Horácio, promoveu a sua doutrina, zelou pela ortodoxia das suas traduções, publicou mesmo um *Discurso acerca de Horácio, e suas obras* (Elísio 2001: IX, 153-210) onde o retrata como um

(...) poeta que mais que nenhum outro deu no alvo da sua arte, entressacando o útil com o doce; que abastado de delicado ingenho, de juízo sólido, e abundante ciência, querido de Príncipes (sem ser *vil*) soube assazonar os seus versos com moralidade, e graça, dando-lhes foro de Cartas Socráticas em Poesia. (Elísio, 2001: IX, 155)

definindo a sua poesia como o resultado amigável entre a

(...) doutrina e o Ingenho, a Natureza, e a Arte; incrível paciência no emendar, unida à grandíssima facilidade no imaginar (...) Volatíssima era nele, aquela de nós mais subtil parte, que dá vida às filhas do Ingenho, e à qual deram nome de *Sal da Razão*. (Elísio 2001: IX, 206)

Estas asserções produzidas por Francisco Manuel em nada desagrariam ao também horaciano Correia Garção. Simplesmente, incomodava a este que Filinto e os seus seguidores, no afã de imitarem os poetas quinhentistas portugueses, levassem esse zelo imitador, que também era uma luta pela restauração da língua, ao extremo de desmazelar o lirismo poético. Ao criticar o uso de «drogas de antigualha» (Garção 1958: 62) a Filinto, o que Garção pretendia era prevenir contra os excessos de classicismo tão bem clarificados na carta ao Conde de São Lourenço que acima citámos. Esta é a principal razão para a denominada Guerra dos Poetas entre os membros da Arcádia Lusitana e os poetas que se reuniam na Ribeira das Naus em casa de Francisco Manuel do Nascimento⁹, uma polémica que, mais do que um confronto literário de ideias, espelhava um conflito entre pessoas que pertenciam a grupos diferentes disputando um mesmo espaço de liderança.

⁹ Sobre a polémica entre a Arcádia Lusitana e o grupo da Ribeira das Naus, conhecida como a Guerra dos Poetas, ver a nossa obra *Filinto Elísio: o exílio ou o regresso impossível*. Braga: APPACDM, 2000, pp. 81-118.

De outro modo, talvez não houvesse qualquer disputa porque, no essencial, os dois grupos estavam do mesmo lado da barricada na luta contra a poesia seiscentista, nos modelos eleitos para imitar, enquanto leitores/seguidores da cartilha de Horácio, na consideração da rima como artifício, um chocalho inútil usado por poetas menores que servia unicamente para prejudicar a qualidade do pensamento e retirar força à expressão.

Há ainda uma outra razão para a luta entre os líderes dos dois grupos: por essa altura, Filinto não publicava os seus textos e conhecia mal a obra de Garção.¹⁰ É o que se depreende de uma nota que colocou a um dos seus poemas:

(...) lancei-me a uma tentativa, que foi arremedar Horácio em Portuguez. A mocidade é muito atrevida; eu tinha dezoito annos, e nesse tempo não tinha que temer dos Críticos; que ainda eles não sabião, que eu fazia versos.

Verdade era, que eu só para os gastos caseiros os fazia. Ainda me não tinhão vindo à mão (...) as bellas Odes de Garção e Diniz. (Elísio 1999: IV, 308)

E, se é verdade que Garção criticou Niceno por usar as «drogas de antigualha», como referimos atrás, de algum modo também ele as recomendava quando aconselhava o uso da «pura língua portuguesa / Que aprendida já tens no bom Ferreira, / No Camões imortal, em Sousa e Barros» (Garção 1958: I, 200); o que não tolerava o líder da Arcádia era o apego excessivo de Francisco Manuel e seus correligionários à matriz latina da língua portuguesa que tudo justificava, ou o exagero notório em utilizar palavras já caídas em desuso e que os da Ribeira das Naus teimavam em repor em circulação. Mais tarde, e desaparecido Garção, Filinto viria a transformar essa expressão insultuosa num instrumento de auto-defesa contra os seus detractores, em especial os apelidados “francelhos”, ao mesmo tempo que lhe conferia um estatuto de autoridade proveniente do autor original.

O conhecimento mais aprofundado da obra de Coridon (e da de outros árcades como Cruz e Silva e Domingos Maximiano Torres, por exem-

¹⁰ Teófilo Braga diz-nos que Filinto só conheceu verdadeiramente a obra de Garção aquando da sua estadia na embaixada portuguesa na Haia, Holanda, onde pôde ler os versos do árcade que existiam na biblioteca do embaixador António de Araújo de Azevedo, ao serviço do qual se encontrava. (Braga 1901: 317-8) Carlos Olavo, biógrafo de Francisco Manuel, refere apenas uma “retardada paixão” pela obra de Garção. (Olavo 1944: 240); facto é que são muitos os elogios que Francisco Manuel tece a Correia Garção em composições escritas já em pleno exílio.

plo) levou Filinto a reconhecer os propósitos inovadores e reformadores da língua e poesia portuguesas, no fundo, toda a teorização poética do árcade, que também era, no essencial, a sua. Daí a colocar Correia Garção (e Cruz e Silva) a par dos mestres de Quinhentos e de Horácio foi um passo; o adversário de ontem foi colocado num pedestal, considerado um exemplo a seguir e Francisco Manuel do Nascimento é, de facto, mais do que um dissidente da Arcádia Lusitana como o apelidou Teófilo Braga, o herdeiro do pensamento teórico-literário de Garção, o seu verdadeiro continuador, assim se compreendendo que, numa ode à sua morte, o poeta deseje, no Além, «continuar o baile nos Elísios / Entre o Garção e Horácio». (Elísio 1998: I, 120)

4. A *Carta ao Senhor F. J. M. de B.*¹¹ (Elísio 1998: vol. I, 27-95) é um feliz exemplo do que vimos afirmando. Mais conhecida por *Carta ao Amigo Brito* integra um bom lote de Cartas e Epístolas (18) que Filinto Elísio deixou dispersas pelas suas *Obras Completas* sendo, entre todas, a mais longa (1563 versos) e, seguramente, a mais importante. Escrita em verso decassilábico, é um extenso rol em defesa da língua portuguesa à qual se liga todo um preceituário para o bom orador e conselhos a seguir para um poeta fazer boa poesia. É conhecido o fascínio de Almeida Garrett pela obra de Francisco Manuel do Nascimento e, particularmente, por este texto que entendia poder rivalizar com a *Epístola aos Pisões* de Horácio «pela força de argumentos, eloquência da poesia, nobre patriotismo, finíssimo sal da sátira» numa luta sem tréguas contra «o galicismo, a ignorância, a vaidade, todos os outros vícios que iam devorando a literatura nacional». (Garrett 1877: 116)

Dedicada a Francisco José Maria de Brito (1759-1825), secretário da Embaixada de Portugal em Paris e referenciado como um amante da língua lusa pura, enérgica, abastada e sem mancha de francesismo, a Carta foi escrita na capital francesa, com data de 6 de Junho de 1790, cidade onde se encontrava exilado o poeta há já cerca de doze anos e também num momento em que a sua maturidade como escritor estava certamente no auge, contando ele perto de cinquenta e seis anos e exercendo uma reconhecida

¹¹ Seguimos, neste artigo, a edição das *Obras Completas* de Filinto Elísio, com introdução, notas e fixação do texto por nós efectuada. Esta edição segue à risca o texto de Paris, 1817-19, o qual foi quase inteiramente revisto pelo poeta, antes de ser publicado.

influência no meio literário português, que o tempo faria perdurar.¹²

Lidos os 1563 versos fica patente o objectivo primeiro e último de Francisco Manuel do Nascimento – a defesa da vernaculidade da língua portuguesa num momento em que a pressão francesa sobre ela se fazia sentir com intensidade, à semelhança do que se passava, aliás, por quase toda a Europa. Pelo meio, o poeta identifica o estado do idioma luso, traça o seu perfil histórico numa tentativa de justificar a acção que pretende desenvolver, reclama a matriz e herança latinas, destaca a idade de ouro vivida durante os reinados da dinastia de Avis até D. Sebastião, elenca os nomes e exemplos dos bons escritores desse período histórico em que Portugal foi uma grande potência com uma língua a condizer com esse poder e autores que lhe deram expressão – Camões, Ferreira, Lucena, Bernardes, Freire, Miranda, – elege a arte de Horácio como via a seguir bem como a dos seus seguidores Garção e Dinis que poetas incultos contemporâneos, do alto da sua ignorância, imitam servilmente mas sem conhecer as verdadeiras fontes clássicas; satiriza os poetas e académicos ignorantes do seu tempo, fracos imitadores uns, meros Quixotes outros, ataca o seiscentismo literário e critica com violência os que agora enxameiam a língua com francesismos.¹³

¹² Por causa de um *post-scriptum* que o poeta colocou no final da *Carta* na edição de Paris (1817-19) em que refere a idade de 82 anos que na altura dessa edição tinha, muitos críticos sustentam ser esta a idade com que o poeta escreveu este texto; nada mais falso: bastaria ler atentamente essa anotação final e, sobretudo, olhar para a data que vem no frontispício para se concluir que tal não é verdade.

¹³ A *Carta ao Senhor F. J. M. de B.* foi publicada pela segunda vez no *Parnaso Lusitano* (1826, tomo I, pp. LXIX-CXXXIV) onde vem com o título de *Arte Poética Portuguesa – Epístola* e dividida em títulos e capítulos que se entende ter sido feito com vista a uma melhor compreensão: I – Introdução; II – *Origem da língua portuguesa. – Seu aumento. – Perfeição. – Decadência; III – Estudo da língua. – Exemplo das nações estrangeiras e principalmente da francesa, que tão tontamente imitam os tarelos; IV – Criação de novos termos; instauração dos antigos. – Exemplo dos mesmos franceses; V – Objecção principal dos neologistas. – Põe a resposta na boca de Garção. – Hipérbatos. – Palavras compostas; VI – Necessidade de estudar a própria língua sobre todas as outras. – Tesouros donde tirar antigos termos: os clássicos portugueses. – Origem donde derivar os novos: os latinos e gregos; VII – Invectiva contra os maus poetas – Exemplo dos bons autores; VIII – Diferença entre locução trivial e a sublime da poesia. – Ornatos poéticos; IX – Como se arruinou a língua e a poesia portuguesa. – Concisão sublime; X – Método de estudar a língua. – Clássicos: Vieira, Lucena, Bernardes, Ferreira, Brito, etc., Jacinto Freire; XI – Vieira e os peraltas; XII – Causas de corrupção do gosto e da linguagem. – A dominação castelhana e as guerras da Restauração; XIII – Apóstrofe aos escritores sobre o estudo da língua e*

Como estratégia de defesa da vernaculidade e pureza da língua portuguesa (e também da sua promoção!) e reconhecendo a sua necessidade de enriquecimento, Francisco Manuel do Nascimento aponta o alforge da língua-mãe latina, de onde devem ser criados em primeira instância os termos novos ou pedir emprestado aos antigos – leia-se os autores clássicos antigos e clássicos modernos portugueses de Quinhentos, mais Vieira e D. Francisco Manuel de Melo – revitalizando termos entretanto caídos em desuso. É o estudo e imitação dos modelos que se recomenda para a inspiração e correcta utilização da língua pátria, para o seu bom uso que só é possível pelo conhecimento desses autores. Tudo isto para que «Falemos português brando e sonoro / a Portugueses, que entender-nos cabe» (Elísio 1998: I, 47).

Para Filinto Elísio, é o estudo dos clássicos em permanência e o conhecimento do legado latino (Horácio em particular) que bem alicerçam o poeta na eloquência elevada, que dá garridas cores ao seu discurso, palavras ricas:

Os exemplares puros com nocturna,
Diurna mão por vós sejam versados,
Por vós, Poetas (...)
Se desprezais dos Clássicos o estudo
Sereis dos sábios lusos desprezados.
Oh! Que é desdouro, um Vate alçar as vozes
Prometedoras de altaneiro assunto
Ante o Povo apinhado, e ser mesquinho
No arrojo, na afluência das pinturas,
Com que anela estofar o seu discurso,
Por falta de eloquentes vivas cores,
Que só dão as palavras preciosas
Cavadas nos bons Mestres, ou tiradas
Do riquíssimo erário do Latim. (Elísio 1998: I, 49)

O poeta tem de ser simples nas ideias, deve deixar-se guiar pela Razão, instruir-se pelo estudo, pela leitura continuada dos clássicos cuja

bons modelos; XIV – Preceito aos poetas. – Estilo. Pintura das ideias. – Variedade e propriedade; XV – Exemplo dos novos autores. – Necessidade de reforma; XVI – Galicismos. – Argumento tirado de Dacier; XVII – Diferença entre o estilo poético e o da prosa. – Liberdade daquele. – Necessários atrevimentos; XVIII – Desprezo que merecem os críticos ignorantes; XIX – Continuação do mesmo assunto; XX – Conclusão.

orfandade é preciso rejeitar porque «Quanto mais ferramentas tem o Mestre / Mais fáceis, mais subtils prefaz as obras» (Elísio 1998: I, 55), no sentido de alcançar o sublime:

Remontar ao sublime há sido sempre
O perpétuo lidar, o fito nobre
Dos que obras meditam, que os vindouros
Desempóem com fruto e com agrado:
E o *sublime* quer grande e nova ideia,
Curta, e que muito senso aperte em suma. (Elísio 1998: I, 54)

E se, por preguiça, não quer o poeta ir buscar as ferramentas aos clássicos latinos por distantes no tempo ou dificuldades linguísticas, mergulhe então na prata da casa que tal caminho já fizeram: enriqueça o seu saber com o sermonário de Vieira, com o fraseado elevado de João de Lucena, imite o bom estilo simples de Diogo Bernardes, siga os preceitos retórico-gramáticos de um Barros por essa Europa elogiado, estes, e outros, focos de energia com que se ilumina, coloridamente, o conceito.

Ler os clássicos, assumir a sua herança, é o caminho; ler sem descanso, para construir o saber, o “alto saber” que enforma o pensamento brilhante

Como pois esperais compor luzeiros,
Se os bons não estudais, se da memória
Os cofres não proveis com abastadas
Jóias, que os livros bons doar só podem!

Eles dão co'a louçã valente frase
Preço à sentença aberta e pura,
E ao subtil quadro de ficção ditosa
Dão a cor, dão a luz com que realça (Elísio 1998: I, 69)

e assim permitir a construção de uma “prosa eloquente” e de um “culto verso” sempre num português escorreito, «Brasão dessa era augusta,¹⁴ / Que nos deu nome em toda a redondeza», falado e escrito, limpo «Dessa tinha, que comichona afeia / O gesto airoso do idioma luso» (Elísio 1998: I, 76).

Deve o vate saber que as línguas têm índoies diferentes, que o fraseado de uma nem sempre se junta a outra; por isso, diz Filinto, «Nunca nariz

¹⁴ Os Descobrimentos.

Francês na Lusa cara, / Que é Latina; e só latinas / Feições lhe quadram»¹⁵, apostrofando, seguidamente, os poetas, com veemência, para esse perigo:

(...) Oh Vates,
Não fique uma só nódoa em nosso idioma
Desse lodo, que o enxoalhou tégora¹⁶ (Elísio 1998: I, 77)

O retorno à boa elocução dos Oradores, à boa poesia dos poetas só será possível com o sacudir do pó da estrangeira frase, da rejeição da palavra bastarda, com a invenção e adopção de termos a partir do latim, com a recuperação de termos antigos a partir dos quais também se podem forjar novos. Deve o poeta ser o criador da língua por excelência, um aventureiro imaginativo e irreverente, um novo Adão que dá a “novas cousas, nomes novos”; o engenhoso orador será o agente que dará foros de civilidade a esses termos e devem ambos serem vigilantes contra o empobrecimento da língua.

5. A *Carta ao Senhor F. J. M. de B.* é uma espécie de arte poética do neoclassicismo português que surge já numa fase tardia desse movimento literário. Escrita à maneira de Boileau e de Horácio ela é também, para lá de um libelo feroz e um repositório teórico-organizacional em defesa da língua portuguesa e da arte de bem fazer versos, um momento de verdade e de justiça à figura de Correia Garção espelhando, ao mesmo tempo, o papel de verdadeiro continuador da Arcádia Lusitana assumido pelo Padre Francisco Manuel do Nascimento.

A obra de Filinto é expressão de uma época e é nesse enquadramento que a *Carta ao Senhor F. J. M. de B.* deve ser apreciada; a luta do poeta pela vernaculidade da língua, por uma nova augusta era para a língua e poesia portuguesas cujos caminhos a seguir se apontam nesse texto, mais não é do que a resposta, que entende por necessária, para a celebração

¹⁵ Em dado momento da sua argumentação Filinto Elísio argumenta com o elemento histórico recordando que, desde a sua fundação e dos seus estádios de evolução mais recuados no tempo, a língua portuguesa sempre se tem alimentado da latina.

¹⁶ Filinto não suporta de todo a introdução de francesismos na língua portuguesa. Ao longo da *Carta* apresenta exemplos ilustrativos dessa prática que sempre censura duramente não como reacção anti-francesa, de cuja cultura e língua se mostra admirador, mas por respeito aos franceses que certamente não gostariam de ver a sua língua corrompida com termos portugueses.

conveniente de uma pátria que reviva a grandeza de Quinhentos, que ele julga ser possível.

Referências bibliográficas

Braga, Teófilo (1901): *Filinto Elísio e os dissidentes da Arcádia*. Porto: Lello & Irmão.

Elísio, Filinto (1998-2001) – *Obras Completas*, 11 vols (introdução, notas e fixação do texto de Fernando Alberto Torres Moreira). Braga: APPACDM.

Garção, Pedro António Correia (1958): *Obras Completas*. Lisboa: Edições Sá da Costa.

Horácio, Q. F. (s/d): *Arte Poética* (trad. de Rosado Fernandes). Lisboa: Clássica Editora.

Moreira, Fernando (2000): *Filinto Elísio: o exílio ou o regresso impossível*. Braga: APPACDM.

Olavo, Carlos (1944): *A vida amargurada de Filinto Elísio*, Lisboa: Liv. Editora Guimarães & C.a.

Silva, António Dinis da Cruz e (1893): *Poesias*. Lisboa: Imprensa Regia.

Garrett, Almeida (1877): *Escritos Diversos*. Lisboa: Imprensa Nacional.

A mestria da língua em Filinto Elísio¹

O século XVIII oferece ao historiador da língua portuguesa numerosos exemplos de criações linguísticas que procuraram enriquecer o idioma, depois de largo período em que esteve sob a influência directa do espanhol, durante o domínio dos Filipes.

Filinto Elísio pertenceu a esse número de literatos que intentou tais inovações.

(Bechara 1981: 15)

A leitura de um texto do professor Evanildo Bechara intitulado *Uma Criação linguística de Filinto Elísio*, de que reproduzimos uma epígrafe acima, induziu-nos a aventurar-nos nos propósitos de reflectir sobre o tema que propomos para esta comunicação.

Tomando a largueza que a citação do professor Bechara sugere – o seu estudo centra-se nas formas reduzidas dos pretéritos perfeitos de verbos irregulares derivados – procuraremos explicitar os modos (teorias e práticas) utilizados pelo Padre Francisco Manuel do Nascimento, nome civil de Filinto Elísio, na sua cruzada em defesa da língua portuguesa, usando como texto referência a conhecida *Carta ao amigo F. J. M. B.*², de 6 de Junho de 1790 (Elísio 1998: vol. I, 27-94), no que ela tem de indispensável para bem se compreender a amplitude da campanha pedagógica³ de Filinto em prol da língua portuguesa. Diga-se que o ano de elaboração da *Carta...* corresponde ao momento em que o poeta atinge metade da sua vida literária, logo seguramente fruto de uma reflexão amadurecida, expressão de todo um conjunto de leituras, sedimentação e convicções próprias sobre a questão, na forma e no conteúdo, resultado de uma polémica iniciada na Guerra dos Poetas, da influência galopante da língua e cultura francesas e

¹ in Actas *I Simpósio de Língua Portuguesa e Literatura: Intersecções*, PUC Minas, Belo Horizonte, Brasil, 2004.

² Esta Carta é dirigida a Francisco José Maria de Brito, ao tempo secretário da Embaixada de Portugal em Paris e amigo do autor.

³ A expressão foi usada, cremos que pela primeira vez, por Joaquim Ferreira na introdução ao seu livro *Líricas e sátiras de Filinto Elísio*.

de uma situação de exilado que exponenciou as suas crenças.

Partindo de um objectivo preciso – a luta contra a francesia dominante na língua portuguesa na segunda metade do século XVIII – Filinto Elísio historia, na *Carta...*, o percurso da língua lusa, diagnostica e identifica os sucessivos males de que padeceu ao longo dos séculos, assenta os seus momentos de glória e respectivas matrizes a seguir e receita as mezinhas curativas, para o momento.

Não podia ser mais claro quanto à finalidade da sua luta, aos objectivos que persegue e fá-lo de imediato na abertura do texto:

Ama o meu Brito a lusitana língua
Pura (como ele) enérgica, abastada
Estreme de bastardo francesismo.

(Elísio 1998: vol. I, 27)

Documento extenso de cerca de 70 páginas, a *Carta...* é um libelo acusatório violento contra aqueles que enxameiam a língua com estrangeirismos, ridicularizam os versos de Garção e Dinis⁴ (que cita aqui e ali ao longo do texto como bons exemplos de bem escrever português) e, sobretudo, desconhecem os fundamentos latinos do falar português e as obras dos mestres quinhentistas

Oh Clássicos de nosso augusto séc'lo
Que sempre fostes o patente molde
De elegante escritura genuína,
Oh quanto deveis hoje mais que nunca
Ser o que são bandeiras nas batalhas! (Idem: 29).

tais como Camões, Barros, Lucena, Ferreira, etc., ou de um Padre António Vieira ou um D. Francisco Manuel de Melo.

Preocupado com a pureza da língua de um povo que deu novos mundos ao mundo (para os portugueses do seu tempo Filinto fala em novos Gamas), eleita a francesia como inimigo a abater, é preciso, segundo o poeta,

⁴ Vide, como exemplo, os seguintes versos: «Que, Amigo, muitos morem os bons versos / Do facundo Garção, Dinis prestante, / Sem de Horácio ter lido um só conselho». (Elísio 1998: vol. I, 28)

Entrarmos na refrega c'os sediços
 Pedantes, c'os Casquilhos da moderna
 Que nos mofam, nos seguem, nos perseguem
 Quais bandos de pigmeus, e vêm armados
 Cada um como um Sansão, como um Alcides
 Valentes como impávidos Quixotes,
 Os da Corja Académico-Tarouca
 Com bexigas, e estados farfalhudos;
 E os mais com pélas de Francês *conducta*
De afféres, rango, massacrar, ressortes,
Egídio, populácea e iguais remendos
 De mal alinhavada Francesia.⁵ (Idem: 29-30)

No entanto, e prevenindo um sentimento que os menos desatentos ou mal intencionados seriam tentados a alimentar, Francisco Manuel sustenta a sua defesa da língua portuguesa com o exemplo que tão bem conhece dos franceses; por isso, alerta à laia de justificação: «Mas como fora escarnecido em França / O que emprendesse himpar de frases Lusas / Um discurso Francês em prosa ou verso»; (Idem, ibidem)

Que propostas tem Filinto para evitar o afrancesamento da língua? Em primeiro lugar, bater à porta da língua latina, ir «(...) à bolsa / De nossa Mãe Latina», fonte natural quer pela proximidade fonética, quer pela sua posição matricial que a coloca em posição privilegiada para o efeito, uma situação que em tempos idos (leia-se séculos XV e XVI) já ocorreu e possibilitara o arredio definitivo de uma “tosca algaravia”, nos reinados de D. João I e D. Manuel I.⁶

A posição de Filinto é clara: por que razão, estando de novo atacada a língua por uma doença freirática, não pode socorrer-se da mesma terapia

⁵ Filinto junta uma nota sarcástica a propósito do uso do galicismo *populácea*, num texto da Real Mesa Censória, que remata do seguinte modo: «(...) E censura livros, quem não sabe escrever a sua língua». (Idem: 30)

⁶ A justificação maior dá-a Filinto recorrendo ao gramático Duarte Nunes de Leão que, na sua *Descrição de Portugal* escreveu: «Sendo pois a Língua Portuguesa, na origem latina, reformada muitas vezes, e ampliada de vocábulos latinos de que carecíamos, por a corrupção que os Godos nela fizeram, sem nenhum pejo, e com muita honra nossa, nos devemos aproveitar dela, como filhos que dos bens paternos se ajudam» (Idem: 64). Carlos Olavo haveria de chamar a Filinto “latino-maníaco” (Olavo 1944: 246).

que tão bons resultados teve e tão alto a elevou? É que o presente linguístico de Francisco Manuel é uma língua clássica convertida em

(...) língua bruta, oco-rimbomba, ou freira
 Nua de valentia, e de doçura,
 Lardeada de ensossos, baixos termos.⁷ (Idem: 32)
 (...)
 (...) era a gerigonça mais da moda,
 (Quando eu nasci) nos Púlpitos gritada,
 E cantada nas nobres Academias.⁸ (Idem: 33)

Tudo recomeçara com a “infiltração jesuítica”, que se apropriara e transformara negativamente o que foram a excelente actuação e bons propósitos dos reis, de D. João II a D. João III, quando enviaram bolseiros para a Europa e aí, no culto das Ciências trabalharam no granjeio purificador da língua lusa alcando-a ao nível dos feitos dos gloriosos descobridores e de tão ilustre povo, e confirmada com a dominação filipina.⁹

Consequência desastrosa: ao descuido da língua, ao seu menor apreço nem Camões escapou, traduzido e lido que foi “em prosa ensossa”. A catilinária filintista insurge-se contra este desamor à língua-mãe, de a ver pelos seus filhos “pouco abonada”; veja-se o que escreveu, desalentado:

Nós prezamos tão pouco a nossa língua,
 Que tão somente as outras aprendemos,
 Em desar da nativa; e a ser-nos dado
 Na Francesa escrevêramos, faláramos,

⁷ O poeta define em nota a « língua freira » nestes termos: «Língua freira ou freirática, é uma certa língua delambida, ininteligível (por muito refinada) despida de todo o termo enérgico, confeitada de frases de conventual invenção, cujo significado é só claro para os adeptos». Filinto sabia do que falava já que, também ele, foi um frequentador assíduo dos outeiros de abadessado e das grades conventuais enquanto esteve em Portugal.

⁸ Note-se a recriminação irónica feita às Academias Literárias.

⁹ Pombalista convicto, Francisco Manuel diaboliza de forma evidente os jesuítas (excepção feita ao Pe. António Vieira) seja no seu papel educacional, seja no plano meramente religioso, responsabilizando-os por perseguições ideológicas associadas às práticas inquisitoriais, pela instigação junto de D. Sebastião que conduziria a Alcácer Quibir e pela perda da soberania em 1580 ao acusá-los de ter apoiado as pretensões de Filipe II de Espanha.

Como já na Espanhola, por lisonja
E por louca vaidade compusemos. (Idem: 35)

O remedeio da língua não passa exclusivamente pelo recurso ao alforbe latino; o próprio Filinto reclama, com menos fama que proveito, o seu estatuto de modernista, de criador de termos novos em número muito superior aos que transporta do léxico latino. É ele mesmo que, justificando a palavra *remémoros*, sai em sua auto-defesa causticando os que o acusavam de usar palavras de antigualha, termos que já ninguém entendia, por desusados, e não serem capazes de apreciar a sua vertente de neologista:

(...) Os que me arguem de antigualha tomem o trabalho (...) e contem as palavras antigas e vão ao mesmo tempo fazendo outro rol das modernas, e feita a soma, verão que por uma antiga (...) encontrarão com vinte modernas.¹⁰ (Idem: 36)

Claro que o seu processo de criação de neologismos seguia a matriz latina, com algumas exceções como sejam *remémoros*, *eco-batente*, *sindapsos*, *oco-ribomba*, entre outras, ou então patrocinava a recuperação de termos e expressões frásicas então desaparecidos do uso corrente – quiçá, mau grado, asinha, outrora, avante. A explicação para este procedimento, segundo Filinto, é simples e vem enunciada na *Carta...:*

Falemos português brando e sonoro
A Portugueses, que entender-nos cabe.
E se espantos me arguem os Peraltas
Que as riquezas vocais, que assim pretende
Introduzir, empecem à clareza
Da língua, e que o vulgar dos Portugueses
Não pode súbito abranger o senso
Das vozes clássicas, remotas de uso
Das novas, das latinas, das compostas.
Mui pachorrento e concho lhes respondo,

¹⁰ Foi Correia Garção quem primeiro acusou Filinto de usar “drogas de antigualha”, uma expressão que se colou ao poeta e que ele, jocosamente, glosava amiúde. Também D. Catarina de Sousa, escritora e mulher do ministro de D. Maria I, Luís Pinto de Sousa Coutinho, visconde de Balsemão, ridicularizou Filinto, dizendo ser preciso folhear um dicionário para ler os seus versos (Elísio 1999: vol. V, 63-66). A resposta do poeta foi violenta (Idem: vol. V, 38-61) e, como já opinámos noutra momento, talvez esta pequena guerra pessoal esteja também na razão directa do não regresso de Francisco Manuel a Portugal.

Que as que hoje estão em uso foram novas
 Tão difíceis então, quanto estas hoje
 De serem do vulgar entendidas. (Idem: 47)

E, numa antecipação de um acto que viria a celebrizar Fernando Pessoa que, para um anúncio da Coca-cola escreveu o slogan Primeiro estranha-se, depois entranha-se, Francisco Manuel assenta, com voz de autoridade, a sua estratégia acima estabelecida:

Tal é o facto das primeiras vozes.
 Estranham – vão entrando – tomam posse –
 Depois ficam de assento – e entre nós casam –
 Ei-las parentas já de toda a língua.
 Que assim é que um caminho de pé posto,
 C' o andar da gente, passa a ser estrada. (Idem: 48)

A estrada da língua filintista socorre-se também da língua pura do povo que o poeta recupera pela memória das conversações de infância havidas com as comadres Maria Pereira e Jerónima Maria a que acrescenta o modo castiço das histórias que ouviu a sua mãe – que melhor arma para combater a francesia que o casticismo do falar do povo profundo, da autoridade popular da gente que faz o caminho da língua? Ao fim e ao cabo, nem sempre o Latim ou os clássicos de Quinhentos tinham a resposta precisa e o seu refúgio último residia na autoridade do povo que é quem melhor guarda a herança da língua e lhe transmite vitalidade e perenidade.

Não podemos abordar a questão da mestria da língua da língua em Filinto Elísio sem associar esse projecto de uma vida à problemática do patriotismo filintista, porque, em primeira e última instâncias, todo o arremedo linguístico do poeta cumpre a função de prestigiar a Pátria, num esforço que se foi acentuando à medida que o seu exílio se eternizava e da língua precisava para presentificar um país distante que só via (e vivia) por ela mesma. Em boa verdade, temos que dizer que primeiro Filinto se filiou numa estratégia de valorização da língua como reacção ao domínio espanhol e à linguagem afectada e oca dos freiráticos e frequentadores das Assembleias. Ainda sem grandes intuições nacionalistas, a sua estratégia linguística confrontou-se com os membros da Arcádia Lusitana no episódio denominado Guerra dos Poetas. Garção, que ele não conhecia e a quem,

mais tarde, viria a dar como exemplo a seguir em matéria de língua numa atitude que demonstra a forma algo diletante com que Filinto trataria, ao tempo, a questão linguística, acusou-o de usar drogas de antigualha... Apesar de tudo e da força desta acusação, não cremos que a Guerra dos Poetas tenha sido motivada por questões de língua, antes se ficando por uma troca de motejos e dichotes de índole pessoal entre dois grupos que, na essência, nem eram tão diferentes assim!...

Garção desapareceu, a Arcádia Lusitana esvaiu-se e Francisco Manuel do Nascimento continuou com as suas drogas de antigualha, debitando versos, traduzindo e patrocinando traduções.

O exílio viria a alterar as coisas: à vida faustosa e mundana sucedeu o recato, a necessidade, o isolamento e o refúgio na língua.

A *Carta ao amigo F.J. M. B.* é, mais do que alguns quiseram dizer, um esboço de uma arte poética, à maneira de Boileau ou do seu mestre Horácio; ela é, acima de tudo e propositadamente, um libelo feroz e um repositório teórico-organizacional de defesa da língua portuguesa. À distância de mais de dois séculos e num momento em que a franquia linguística cabe à língua inglesa que, por sua vez enxameia o falar português de forma indiscriminada e pouco organizada, bem que o exemplo de Filinto Elísio, sobretudo o seu lado combativo em defesa da pureza da língua e algumas das suas prescrições, deverá merecer um pouco da nossa atenção.

Pensamos justa esta homenagem à memória do escritor, certamente merecedor de ser mais lido e reflectido neste particular assunto, ele que foi uma das mais significativas figuras literárias do século XVIII português e que registou, a contra-corrente, lições de vernaculismo linguístico (com exageros, é certo) que ainda hoje, neste dealbar do século XXI que conduzirá à extinção de muitas línguas, podem servir de exemplo a muita gente.

A obra de Filinto é obra de uma época e nesse contexto deve ser apreciada e talvez a *Carta...* seja a contribuição do poeta para a restauração desse Portugal glorioso que ele via protagonizado pela acção do Marquês de Pombal que, no âmbito das Letras, tão fortemente apoiara a Arcádia Lusitana da qual Francisco Manuel é o lídimo continuador. O Portugal pombalino, pela sua ambição, precisava de uma língua que estivesse à altura da sua melhor expressão. Por isso, a *Carta ao amigo F.J. M. B.* é um verdadeiro intento definitório de realização desse intento.

Referências bibliográficas

- Bechara, Ivanildo (1981): *Uma Criação linguística de Filinto Elísio*. São Paulo: Alfa.
- Elísio, Filinto (1998-2000) *Obras Completas* (11 vols. Introdução, prefácio e notas de Fernando Moreira). Braga: APPACDM.
- Ferreira, Joaquim (s/d): *Líricas e sátiras de Filinto Elísio*. Porto: Editorial Domingos Barreira.
- Olavo, Carlos (1944): *A vida amargurada de Filinto Elísio*. Lisboa: Guimarães e Ca.

Filinto Elísio: um agente francês¹

1.

Se houve período histórico em que as relações franco-peninsulares assumiram uma intensa profundidade pelo extremo dramatismo ideológico e político com consequências ainda hoje não resolvidas, esse foi, certamente, o dos anos de viragem do século XVIII para o século XIX; viu-se o poder régio deslocar-se para o Brasil, a alteração, de facto, dos limites fronteiriços de Portugal Continental, o patrocínio da mudança de regime político em Portugal e o início do fim do Império português.

No quadro das relações tumultuosas vividas entre Portugal e França nestes anos, poderá parecer estranho e surpreendente, quiçá contraditório ou mesmo atrevido o título que propomos para a nossa reflexão; procuraremos enquadrá-lo de modo a apaziguar essas eventuais reacções. Apresentar o celebrado patriota Francisco Manuel do Nascimento como agente francês gerará, no mínimo, uma suspeita que o Club de Negociantes Portugueses de Londres, que subscreveu uma colecta para ajudar à edição das *Obras Completas* do poeta em Paris, anos de 1817-19, não hesitaria em considerar de lesa-pátria; rotular desse modo o modelo literário-patriota por tantos e tantos apontado e seguido exemplarmente poderá parecer temerário. Tentaremos justificar a nossa escolha apontando argumentos demonstrativos da nossa razão.

2.

A figura do Padre Francisco Manuel do Nascimento perpassa, na sua identificação, por um conjunto de chavões (o que acontece a tantos outros autores com uma obra marcada pelo tempo) que urge modificar e a nossa contribuição pretende ser mais um pequeno passo para alterar esse estado de coisas sabendo que, se é verdadeiro o carácter anacrónico de muitos dos seus textos, também não é menos verdade que o colocam numa posição histórica e de figura incontornável no que concerne à

¹ in *Relações Literárias Franco-Peninsulares* (Coordenação de Ana Clara Santos). Lisboa: Edições Colibri/Centro de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade do Algarve, 2005, pp. 281-288.

reflexão sobre a construção de um discurso político em português e sobre as relações franco-peninsulares políticas e culturais em particular, no período que decorre entre a segunda metade do século XVIII e os dois primeiros decénios da centúria seguinte.

O reconhecimento do poeta, mais conhecido como Filinto Elísio, enquanto agente cultural francês vem assinado pelo próprio punho quando, numa carta dirigida a um chanceler de Napoleão Bonaparte, de nome Cambacères, datada de 1809, numa incursão elucidativa da sua forma de vida e formação intelectual, reclamando os seus bens, o poeta começa por denunciar o seu gosto pelos autores franceses e pelas discussões que as suas obras suscitavam no seu círculo de amigos do tempo em que residia em Lisboa, na Ribeira das Naus: «Les célèbres écrivains français faisaient mes délices, je vivait dans un cercle d'amis où leur génie était apprécié, où l'on aimait à discuter leurs idées profondes et généreuses».² (Olavo 1944: 259)

Esta predilecção de Francisco Manuel beneficiara da “abertura” pombalina (e, sobretudo, das excelentes relações pessoais que o poeta mantinha com a família de Sebastião José de Carvalho e Melo, particularmente Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Paulo de Carvalho, seus irmãos), da circulação dos textos e livros dos escritores enciclopedistas – muitas vezes proibida –, e dos seus contactos com amigos franceses ou de origem francesa residentes em Portugal, com destaque para os comerciantes Timóteo Lecussan Verdier e António Mathevon de Curnieu que com ele partilharam o ambiente tertuliano da Ribeira das Naus, amigos que tinham a oportunidade de importar livros e, por essa via, excluí-los do crivo controlador da Real Mesa Censória.

Era do domínio público a instrução do Padre Francisco Manuel do Nascimento na «lição de livros proibidos», no conhecimento dos «filósofos modernos» onde pontificavam, entre outros, um Voltaire, um Rousseau ou um Montesquieu.³

² Trata-se de uma carta dirigida ao diplomata Cambacères, como vimos e que Carlos Olavo afirma constar do espólio de Francisco Manuel do Nascimento pertencente ao diplomata brasileiro Alfredo César Teixeira de Macedo.

³ Para comprovar esta afirmação ver ANTT, *Processo da Inquisição de Lisboa n.º 14 048*, p. 27, testemunho de António Félix Mendes.

A instrução de Filinto nas coisas francesas contempla, de uma forma óbvia e evidente, um percurso ideológico que está na base da futura deflagração da Revolução de 1789. Sabemos do seu fascínio por *Mahomet ou le fanatisme*, de Voltaire, verdadeira bíblia do pensamento livre e do combate ao fanatismo religioso, do apreço que concedia ao *Tartufo*, de Molière, obras traduzidas pelos seus amigos José Basílio da Gama e Capitão Manuel de Sousa, mas de cuja fama o poeta não se livrava de ter sido o tradutor (o que comprovadamente não era verdade) ou de ter propiciado a tradução, nela participando; obras como *Candide*, *Lettres Philosophiques* de Voltaire, *Emile* e *Contrat Social* de Jean-Jacques Rousseau, *Le christianisme dévoilé* de d'Holbach ou *De l'esprit* de Helvetius enriqueciam e integravam os seus conhecimentos nas coisas da cultura francesa.

Se traduzir, no século XVIII português, foi a fórmula essencial de colocar o país a par da efervescência intelectual europeia e, se a arte de traduzir cumpriu, por si mesma essa função, tal acontece porque, ao nível ideológico, a produção nacional era muito precária, dominadas, como estavam, as consciências por mais de século e meio de acção atenta e persecutória de uma Inquisição que teimava em manter-se viva; as traduções tornaram-se, pois, numa necessidade que depois até virou moda, um excesso amplamente censurado pelo verrinoso Padre José Agostinho de Macedo em vários lugares dos seus textos.

Traduziu muito Francisco Manuel do Nascimento e entre as suas traduções constam muitos livros de autores franceses. Citemos alguns: *Zadig*, *Pucelle* de Voltaire, *Mitridates*, *Ifigenia in aulis* (incompleto), de Racine, *Medeia* de Longepierre, *Coriolano* de La Harpe, *O cinto mágico* de Jean-Baptiste Rousseau, *Telémaco* e *Cid* de Corneille, *Mártires da religião cristã* de Chateaubriand, *Fábulas* de La Fontaine.

De modo directo ou indirecto Filinto Elísio é um bom exemplo que comprova a importância das traduções na formação de um novo patamar ideológico, de uma nova mentalidade que, uns tempos depois, terá consumação prática com a Revolução Liberal. É inquestionável que as leituras e traduções de Filinto o puseram em contacto com as Luzes que mais fortemente irradiavam de França e que ele próprio se tornou num iluminista, num veículo de promoção ideológica que promoveria transformações definitivas no mundo. Ao ser um dos protagonistas que facilitou a disseminação da cultura francesa em Portugal, Francisco Manuel é, também, responsável pela transformação do gosto (talvez a contra-gosto)

e das ideias de um país que, de ora em diante e pelo período de mais de dois séculos, verá a sua cultura cruzar-se com a francesa.⁴

Poderíamos ainda referir um outro facto que suporta, a nosso ver, o agenciamento por parte de Filinto entre as relações luso-francesas; por paradoxal que possa parecer, toda a luta empreendida pelo poeta em prol da língua portuguesa, uma gesta que se consubstanciou essencialmente na diabolização dos francesismos e consequente influência da língua francesa junto da portuguesa, acaba por ser factor de promoção de um país (e de uma cultura) que o próprio poeta não renega já que o aponta como exemplo a seguir na forma de relacionamento com a língua⁵, afirmando com toda a convicção todo o prestígio, qualidade e universalidade das língua e literatura francesa:

(...) Ninguém confessa
Mais sincero o valor de seus bons livros
De todo o bom saber patentes cofres,
De polidez e de sapiência ornados.
Bastara em seu louvor, se o carecera,
Ser bem vista e prezada em toda a Europa,
Das Cortes e dos sábios do Universo. (Elísio 1817: T. I, 30)

3.

On dévorait en secret les ouvrages de Manoel, et depuis la révolution, surtout, il n'est point de Portugais qui, se trouvant à Paris, n'ait regardé comme une bonne fortune, et comme une sorte de devoir de lui rendre visite. (Sané 1808: XXXIV)

Estas palavras, escritas por Alexandre Sané, discípulo e amigo de Francisco Manuel do Nascimento, em 1808, mostram-nos o homem e o

⁴ A candura utilizada por Francisco Manuel nos textos que dedica a ministros de D. Maria e à própria família real não deve ser tomada muito a sério; a verdade é que o poeta foi um leitor compulsivo, um tradutor e um divulgador da literatura “herege” que corroía os fundamentos do regime absolutista e do fanatismo religioso que o amparava.

⁵ Na *Carta ao amigo Brito*, onde faz uma cerrada defesa da língua portuguesa, Francisco Manuel salienta o amor que os franceses têm pela sua língua, o modo como fomentam a sua aprendizagem, o ensino da gramática e reforça a sua ideia na seguinte nota: *Vejo aqui em França que os honrados Pais de família pagam mestres que venham ensinar gramática às filhas, porque não lhes escapem barbarismos nem solícismos, quando falem, ou escrevam; e lembra-me que em Portugal ninguém em tal cuida;* (Elísio 1817: T. I, 28)

escritor que era Filinto Elísio, a relação de afectividade que tinha com os seus leitores, o alto conceito em que era tido, o magistério de influência que exercia, fosse pelos textos, fosse pela sua personalidade e, consequentemente, a referência política e ideológica em que se tinha tornado.

A todos, Filinto satisfazia publicando, com regularidade, textos onde expendia todo um vocabulário que preenchia os seus anseios de crítica à forma como o poder político governava o país; é também isto que faz de Francisco Manuel do Nascimento uma espécie de mentor de toda uma geração que estaria na linha da frente de grandes transformações político-sociais. O seu discurso é claro quando denuncia as perseguições políticas, a devassa pessoal, a falta de liberdade de expressão e de liberdade pessoal, tudo corporizado na figura de Diogo Inácio Pina Manique, o Intendente da Polícia e, nas palavras do poeta, o «vil algoz da cándida verdade».

Há no conjunto da obra de Filinto Elísio um importante acervo de clara intervenção política e de crítica social; excessivamente visto pelo ângulo que o coloca como um poeta defensor da língua portuguesa (o que é rigorosamente verdade) o pensamento político de Francisco Manuel, pela importância que assume no interior da sua produção poética, pela autonomia que é fácil reconhecer-lhe e pela sua estruturação consequente, merece ser revelado. Atento à realidade que o circundava, se bem que aqui e ali toldado pela sua tragédia pessoal, bafejado pelo destino que o obrigou a conviver com acontecimentos que iriam mudar os ponteiros das nações e oriundo de uma condição social que capitalizou em seu favor, Filinto deixou-nos um discurso político digno de figurar, em lugar de destaque que o seu pioneirismo reclama, na história do pensamento político português, seja ele assinado como Filinto Elísio, Clemente de Oliveira Bastos, Lourenço da Sylbeira e Mattos, Agostinho Soares Vilhena, José Pinheiro Castello Branco ou por um anónimo.⁶

E tudo tem a ver com o facto de a França fazer parte da sua educação cultural e literária, um factor que se acentuou decisiva e definitivamente quando lá se refugiou em Agosto 1778, após uma fuga algo rocambolesca às malhas da Inquisição; aí refinou a sua irreverência libertária, re-moldou a sua personalidade, absorveu com denodo o primado dos valores da igualdade, da fraternidade e, claro, da liberdade como elementos essenciais à

⁶ Todos estes nomes são outros tantos pseudónimos utilizados por Francisco Manuel do Nascimento, normalmente apensos a textos de carácter político ou de crítica social.

dignidade humana. Em jeito de comentário à sua situação material precária no exílio francês, que muitos criticavam pela obsessão queixosa a que a ela sempre aludia, o poeta responde, compensatoriamente, com o que de bom lá aprendeu, com destaque para a valorização da honra e dignidade pessoal: «Aprendi a ser parco, a ser com honra / Independente e pobre.» (Elísio 1817: T. I, 435)

Francisco Manuel teve a felicidade, como dissemos, de ter estado no local certo e no momento adequado; foi um observador privilegiado do estertor do reinado de Luís XVI e da explosão revolucionária de 1789 que guindou o povo a um protagonismo até então nunca visto; tal facto permitiu ao poeta desenvolver, no melhor local, as sementes ideológicas que consigo transportou na fuga apressada que o levou a Paris: a sua adesão aos nobres ideais revolucionários está presente na acrimónia persistente e dura com que critica o poder político despótico e o fanatismo religioso a ele associado. De simples *jongleur* que divertia os participantes das entediante assembléias arcádicas tornou-se um doutrinador, um elemento de referência viva que o seu prestígio enquanto poeta celebrado amplificava e que muitos portugueses escapados ao despotismo beato da Corte de D. Maria / D. João VI procuravam avidamente.

O seu comprometimento francês pode medir-se pela celebração entusiasta concedida ao desaparecimento do poder (enganador e mortal, segundo diz) da Igreja em França (Elísio 1817: T. III, 283), pelo aplauso às novas leis revolucionárias que aboliram os privilégios, pela diabolização do ministro inglês William Pitt que chefiava o conjunto das nações contra-revolucionárias (Elísio 1817: T. III, 282), pelo elogio ao significado, acima de tudo simbólico, que teve a tomada da Bastilha. (Elísio 1817: T. III, 284)

O aprendizado em França deve perspectivar-se, no caso de Francisco Manuel, de um modo particular; tudo o que vive e aprende ganha uma dimensão político-ideológica que lhe servirá para cumprir um objectivo muito preciso: promover a luta contra o Portugal despótico e fanático, libertar a pátria do jugo que a oprimia para a ela poder regressar. Pode-se, portanto, dizer que, mais do viver a Revolução, Francisco Manuel convive com ela, sendo que toda a envolvência experimental da França revolucionária foi para ele o cadiño que lhe permitiu a estruturação e amadurecimento de um discurso político perfeitamente identificado com os “pais” da Revolução,

muito em especial com Jean-Jacques Rousseau, o «Rousseau imortal» que escreveu «(...) a regra, / Com que os Homens se igualam» (Elísio 1818: T. V, 199), o «bom Rousseau» que empunhava a «tocha da verdade», que foi o «pavor da tyranna iniquidade», o farol que alumia os povos e seus dirigentes para a liberdade. (Elísio 1818: T. IV, 176)

Francisco Manuel é um intuitivo como Rousseau, um emotivo, e daí ser com toda a naturalidade que o seu discurso político assente na doutrinação rousseauiana. Visionário, Filinto acredita no triunfo próximo da liberdade na sua pátria, na vitória sobre a tirania e o despotismo; a França, o seu modelo ideológico e político, apresenta ao mundo, desafiadoramente, o «Tricolor Despeito do Tiranos» que ele toma como seu – Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Exilado em 1778 por motivos de heresia, anos mais tarde Francisco Manuel do Nascimento será um revolucionário, um “francês” na tradução do poder político-religioso português de então, um classificativo que lhe assenta como uma luva pelo que fez enquanto promotor dos valores da liberdade e dos direitos do homem, adepto da abolição da escravatura atento aos futuros males do colonialismo.

4.

Por tudo o que escrevemos, entendemos não ser despropositado falar-se de Francisco Manuel do Nascimento como tendo sido um agente francês, um protagonista com uma influência decisiva nalguns dos promotores da Revolução Liberal de 1820 que absorveram os seus ensinamentos e o instituíram como referência a seguir.⁷

Francisco Manuel, um agente francês? Pensamos não ser descabida, no contexto por nós apresentado, tal classificação. De todo o modo, era como francês que o poeta era visto pelo poder político-religioso que o afastou da pátria; o regresso do poeta, algumas vezes dado como certo após instâncias de figuras influentes – como o foram D. Vicente de Sousa Coutinho, Frei Inácio de S. Caetano, António de Araújo de Azevedo, entre outros – ficou sempre arquivado certamente por razões pessoais, mas também por motivos políticos que ao tempo não admitiam o regresso do “agente” francês: a Intendência da Polícia tomava muito a sério a força ide-

⁷ O melhor exemplo que podemos apontar é o de Almeida Garrett que, aliás, assinou a sua primeira obra com o nome de Filinto Elísio, em homenagem ao poeta.

ológica e insidiosa de muitos dos textos do poeta exilado em França graças à actuação de uma Inquisição que, mesmo em perda óbvia, acolitava Pina Manique para o que desse e viesse. De um ponto de vista estritamente pessoal, Francisco Manuel sabia que, em Portugal, o seu retrato estava pintado em francês e o seu instinto de autodefesa não lhe permitia correr o risco, altamente previsível, de perecer perante uma multidão, instigada por um qualquer abade de província, aos gritos de “agarra que é francês!”; nem o período histórico em que o país esteve sob a alcada política dos generais de Napoleão levou o poeta a escrever qualquer linha sobre a hipótese de retorno à pátria – bem pelo contrário: limitou-se a fazer uma reivindicação junto a uma figura pertencente à *entourage* do corso no sentido de uma restituição dos bens que lhe foram arrestados em Portugal; nem a amizade e influência do Conde da Barca, António de Araújo de Azevedo, que por várias vezes integrou o governo do país, o levaram a empreender a viagem de regresso – sobejamente temia as fatalidades de um acaso que trouxesse à luz do dia as suas ligações francesas e a interpretação que disso se podia fazer. Uma nota avulsa que um qualquer diligente frade colocou no rascunho de um decreto real (que o não chegou a ser) autorizando o regresso do escritor à pátria, demonstra bem quanto os receios do poeta eram sobejamente fundados; depois de tecer considerações sobre os motivos do exílio do Pe. Francisco Manuel do Nascimento o escribe remata: «Depois se disse que estava [Filinto] na assembléa de França da revolução. Se agora vem é para ensinar o que de mais aprendeu lá».⁸

O quadro é digno de realce: defensor estrénuo da pátria e da sua língua e por isso muito apreciado, Francisco Manuel do Nascimento tem contra si os poderes político e religioso que vêem nele um perigoso “francês”, insidioso e herege. De facto, era-o, na medida em que todos os ensinamentos revolucionários serviam ao autor para patrocinar a transformação de Portugal numa pátria que não segregasse os seus filhos. É à volta da pátria que existe e que deseja transformada que o poeta constrói o seu discurso político interventivo no desejo íntimo de a ver livre da tirania e da opressão.

Por tudo isto, tinham razão a Intendência da Polícia e o anónimo anotador da Patriarcal de Lisboa a que aludimos acima: Filinto Elísio

⁸ Decreto publicado por Francisco Martins de Carvalho no jornal *O Conimbricense*, n.º 5153, Março de 1897.

aderira de corpo e alma aos ensinamentos da França revolucionária, a essa maravilhosa utopia que instaurou os direitos do homem e a liberdade como valores essenciais, sendo este facto uma marca indelével da sua personalidade, do seu pensamento... e o epíteto de “francês” foi uma marca que fez por merecer... quisesse ele ou não!

Referências bibliográficas

- ANTT, *Processo da Inquisição de Lisboa n.º 14048, contra o Pe. Francisco Manuel do Nascimento.*
- Elísio, Filinto (1817-19): *Obras Completas*. Paris: A. Bobée.
- Moreira, Fernando (2000): *Filinto Elísio: o exílio ou o regresso impossível*. Braga: APPACDM.
- Olavo, Carlos (1944): *A vida amargurada de Filinto Elísio*, Lisboa: Guimarães & Cª.
- Sané, Alexandre (1808): *Poésie Lyrique Portugaise ou Choix des Odes de Francisco Manuel*. Paris : Chez Cérioux Jeune.
- Jornal *O Conimbricense*. n.º 5153, Março 1897.

Relações luso-francesas no século XVIII – o caso do Padre Francisco Manuel do Nascimento¹

1. Francisco Manuel do Nascimento (1734-1819) nasceu em Lisboa, de origem humilde, em pleno apogeu do reinado joanino que se sustentava das torrentes auríferas vindas do Brasil. Por essa época, também a Inquisição correspondia à grandeza do reinado com inolvidáveis autos de fé. A infância do futuro poeta foi gasta pelas ruas de uma Lisboa que o terramoto de 1755 viria a fazer desaparecer e por onde passavam majestosas procissões religiosas que justificavam não só a existência de uma população de religiosos percentualmente muito elevada e um *modus vivendi* muito peculiar, mas também a concubinagem quase perfeita entre o poder real e o poder eclesiástico – D. João V, nas suas incursões pelos conventos de freiras esforçou-se por dar corpo material a essa mancebia política!...

A educação de Francisco Manuel do Nascimento foi patrocinada por uma personagem que se suspeita ser o seu verdadeiro pai; por alturas do terramoto de 1755 é já presbítero, proprietário da Tesouraria da Igreja das Chagas em Lisboa e possuidor de outros bens que o putativo pai lhe foi outorgando. Educado na lição dos clássicos, refinou os seus conhecimentos em matéria de história religiosa, granjeou fama de bom latinista e iniciou uma aproximação às novas ideias filosófico-políticas vindas da Inglaterra e, sobretudo, da França.

A sua vida desafogada e o facto de se interessar mais pelas leituras profanas do que pelo breviário levou-o a frequentar salões literários onde se destacou pela sua irreverência e jovialidade, pelos vastos conhecimentos que possuía, pela qualidade dos versos que compunha, pelo modo desassombrado com que exprimia livremente. A chegada de Sebastião José de Carvalho e Melo ao poder em 1750 e as ligações de amizade que uniam Francisco Manuel à sua família facilitavam estes comportamentos

¹ Texto apresentado no Congresso *I Dialetti della Tribù*, em Florença, Itália, 2005.

que, noutras circunstâncias, mereceriam adequado castigo. Isso mesmo tentou a Inquisição contra a qual o poeta se exprimia em público, mas sem sucesso.

Por todo o consulado pombalino o Pe. Francisco Manuel viveu desocupado, travou polémicas literárias, traduziu e patrocinou a tradução de autores franceses. A morte de D. José e a consequente demissão de Pombal, o retorno dos frades ao poder e uma Inquisição com um novo fôlego foram-lhe fatais. É-lhe movido um processo inquisitorial, amigos e familiares são convocados a depor contra ele. No momento em que vai ser preso consegue fugir escapando, algumas semanas depois, para França.

2. Não são muitas as informações objectivas que plasmam a vida do Pe. Francisco Manuel do Nascimento nos quarenta e um anos em que esteve exilado, trinta e seis dos quais em Paris. Sabemos onde morou – Choisy-le-Roi, Versailles, Reuilly, St. Philippe du Roule – em que condições materiais, com quem viveu e se relacionou. É também sabido que a sua estatura de escritor era respeitada nos meios intelectuais e entre os literatos, que era procurado pelos portugueses que passavam pela capital francesa; o seu auto-isolamento é, de igual modo, uma evidência, a sua personalidade introvertida também, a rejeição de uma vida de partilha social é um facto.

Sabe-se, portanto, pouco e, desse pouco, a maior parte resulta daquilo que o próprio poeta sobre si mesmo escreveu. Esta ausência de informações terá levado Carlos Olavo a, nalguns aspectos, romancear a vida parisiense de Filinto Elísio (Olavo 1944: 123-209). Apoiado em alguns factos, Carlos Olavo preencheu as lacunas com elementos interpretativos (e não só) resultantes das leituras que fez dos textos do poeta² e fê-lo sob um denominador comum: a vida de Filinto em Paris foi um exílio dentro do exílio motivado pela saudade permanente da Pátria – uma premissa que entendemos correcta.

Há muito de verdade nesta forma de pensar o afastamento compulsivo de Francisco Manuel de Portugal e na forma como viveu esse degredo e daí um óbvio interesse, entre tantos outros, do estudo de Carlos Olavo. Mas, também por isso, tentemos lançar um outro olhar sobre a presença

² Carlos Olavo foi, sem dúvida, um dos estudiosos que mais atentamente leu a obra de Filinto Elísio

de Francisco Manuel em França, interrogando a desadaptação (?) do poeta ao país de acolhimento.

Tudo apontava para uma relação feliz entre Francisco Manuel e a França, um país que pontificou na Europa do século XVIII – um Rei Sol que brilhou e se fez modelo, uma língua que funcionou como língua franca das cortes reais europeias, uma cultura que se impôs às demais pela qualidade e destaque que assumiu, uma literatura que se afirmava naturalmente e funciona como veículo linguístico e cultural.

Também Portugal, da imitação real de D. João V da corte de Versalhes até à moda dos francesismos, seguia em tudo essa avalanche francesa que se espalhou pela Europa. A França entrava por Portugal adentro, nomeadamente através das muitas traduções que se iam fazendo e nas quais Filinto desempenhou um papel significativo. Mas Francisco Manuel não é só um tradutor; ele é também, e sobretudo, um leitor atento de alguns dos mais importantes escritores franceses seus contemporâneos, tais como Rousseau e Voltaire, com as ideias dos quais se identifica. E, se começou por ler esses autores franceses em Portugal, quando em França acentuou esse seu conhecimento numa linha de pensamento ideológico da qual não se desviaria até ao fim dos seus dias e que seria, também ela, responsável pelo seu destino sem fim. Se havia país que Francisco Manuel conhecia, além de Portugal, esse país era a França e, portanto, é lógico que o seu destino de exílio tenha sido esse.

É pelas razões até agora apontadas que não espanta o deslumbramento que o poeta sentiu por Paris nos primeiros tempos da sua estadia e o tenha deixado registado, de forma exaltada, no soneto que a seguir transcrevemos, dirigido ao seu amigo e poeta Domingos Maximiano Torres:

Que Paris, meu Alfeno! Que passeios!
Que ricos trajes! – Damas roçagantes!
Mesuras de primor! Risos amantes!
Corteses, melindrosos galanteios!

Que teatros, de mil belezas cheios!
Que jardins asseados, e elegantes!
Que sombras táticas, que os mui flagrantes
Furtos, cobrem, de amantes devaneios!

Viva Paris! Aqui a Lira ociosa
Porei, c'os louros, nos idosos dias
Aborridos do Amor, da Formosura.

E escreva em baixo a Gratidão forçosa:
 «Aqui Filinto, contra as tiranias
 Colheu abrigo, e na soidão doçura».

(Elísio 1818: IV, 307)

Era o encontro (forçado, é certo) com um país, uma língua e uma cultura que estavam entranhados na matriz da sua formação intelectual como o próprio reconhece quando, numa carta dirigida a um chanceler de Napoleão Bonaparte datada de 1809, e numa incursão elucidativa da sua forma de vida e formação intelectual, reclamando os seus bens, o poeta começa por denunciar o seu gosto pelos autores franceses e pelas discussões que os mesmos geravam no seu círculo de amigos do tempo em que residia em Lisboa, na Ribeira das Naus:

Les célèbres écrivains français faisaient mes délices, je vivait dans un cercle d'amis où leur génie était apprécié, où l'on aimait à discuter leurs idées profondes et généreuses. (Olavo 1944: 259)³

Expliquemos melhor esta asserção que suportará melhor algumas das ideias que exporemos adiante.

Apesar de proibidos, primeiro pela Inquisição e depois pela Real Mesa Censória que na sua décima quarta regra estabelecia a interdição de leitura das

(...) obras dos prevertidos Filósofos destes últimos tempos que continuamente estão inundando e inficionando o Orbe literário com metafísicas tendentes ao Pirronismo ou incredulidades: à impiedade ou à libertinagem

não foi por isso que Francisco Manuel (e tantos outros) deixou de ler autores como Diderot, Voltaire, d'Holbach, Rousseau, Newton, Locke, Hobbes ou Ribeiro Sanches, fosse pela via da circulação subversiva, fosse através de licença obtida para o efeito junto da Real Mesa Censória, licença que uma testemunha depoente no seu Processo inquisitorial declarou dizer o

³ Trata-se de uma carta dirigida ao chanceler Cambacères, segundo Carlos Olavo, e que este autor afirma constar do espólio do poeta pertencente ao diplomata brasileiro Alfredo César Teixeira de Macedo.

autor possuir.⁴ De igual modo, uma outra testemunha, o erudito latinista e seu mestre António Félix Mendes, confirmou ser Francisco Manuel instruído na «lição de livros prohibidos», especialmente em «Livros de Philosofos modernos», o mesmo será dizer, dos autores acima mencionados. (Inquisição de Lisboa, Processo n.º 14048: 27) Corroborando este depoimento, Frei Filipe de Santiago Travassos, também ele depoente, deu conta ao Tribunal da Santa Inquisição de que Filinto tinha «uso» e «lição» de livros proibidos de Voltaire e Rousseau. (Idem: 114)

Confirmando o que vimos dizendo, o seu amigo e primeiro biógrafo, o francês Alexandre Sané, registaria em 1808, num livro em que edita odes escolhidas de Filinto e com uma pequena resenha biográfica do poeta seguida de uma curta história da literatura portuguesa, o conhecimento que o escritor português tinha das literaturas europeias, entre as quais a francesa, e o proveito que dele tirou.⁵ Aproveitou muito e bem, já que cita abundantemente livros e autores desses países nas inúmeras notas que apóe aos seus textos; leu esses autores e pagou esse atrevimento com o exílio, como se deduz da matéria acusatória do Processo onde, expressamente, são citadas as suas leituras de *Candide* e *Mahomet ou le Fanatisme* de Voltaire e o conhecimento que tinha (e acusado de ser seguidor) da religião natural de Rousseau. Leu e traduziu em especial os autores franceses. Apontemos, como exemplos, a sua versão para português de *Zadig*⁶ e do já referido *Mahomet ou le Fanatisme*⁷, obras de Voltaire, da tradução da *Medeia* de Longepierre, de *O Cinto Mágico* de Jean-Baptiste Rousseau, *Os Mártires...* de Chateaubriand ou *As Fábulas* de La Fontaine. Leu e patrocinou a tradução da literatura “maldita” que minava os pilares do regime absolutista.

⁴ Nos livros da Real Mesa Censória não encontrámos qualquer prova da existência dessa licença, mas a obtenção da mesma não lhe seria difícil dadas as relações de amizade que o poeta tinha com o presidente da R. M. C., D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas.

⁵ Escreveu Alexandre Sané: «[Filinto] connaît (...) les trésors littéraires que possédaient la France, l'Angleterre et l'Italie, il étudia leurs langues: bientôt il fut initié à la littérature de trois peuples si célèbres et capable d'en profiter». (Sané 1808: VIII)

⁶ Trata-se de uma tradução feita em Lisboa, a pedido de uma menina, como o próprio informa numa nota inserida no Tomo IX, pp. 63-4, das suas *Obras Completas*.

⁷ Esta autoria é confirmada por informações contidas no Processo inquisitorial, página 79.

3. Foi com toda esta bagagem que o poeta chegou a França; tinha quase 44 anos e aí viria a morrer em 1819 aos 85 anos. A escolha de Paris como local de refúgio não foi, certamente, casual; de lá emanava o turbilhão de ideias com as quais se identificava e desse país tinham vindo alguns dos seus amigos que com ele partilharam momentos de felicidade e o ajudariam na amargura do exílio. Forças alheias à sua vontade tinham-no empurrado para fora de Portugal e a França acolheu-o numa altura em que a sua capital vivia uma imensa euforia intelectual mercê da difusão das obras de Rousseau, Voltaire, Diderot, D'Alembert e Beaumarchais para além do impacto fulgurante da Encyclopédie. O acaso tinha colocado o poeta português no epicentro de um país em fase de pré-revolução e tornou-o numa testemunha dos momentos mais importantes e decisivos de um acontecimento que viria a alterar de modo definitivo a geopolítica europeia. Levou também consigo algum dinheiro pelo que o sustento dos primeiros tempos estava garantido com alguma folga. Mas o problema foi este mesmo, isto é, não estaria nos horizontes mais pessimistas do escritor permanecer por muito tempo fora de Portugal; as notas de crédito foram acabando, a estadia prolongava-se e, a uma vida folgada e sem sobressaltos, sucede-se uma vivência cheia de dificuldades, a necessidade de escrever para viver, de traduzir para angariar uns tostões, de dar lições de Português para minorar as dificuldades materiais. A França amiga, a deslumbrante Paris tornaram-se “ermos insípidos”; o Sena e as suas musas inspiradoras não conseguirá nunca destronar o Tejo e as suas ninfas; concordando com Carlos Olavo, «(...) a verdade é que tudo o aborrecia fora da sua pátria e longe dos portugueses: relações, festas, reuniões, teatros; a própria animação das ruas de Paris o irritava». (Olavo 1944: 179) Haverá algum excesso nestas asserções, mas é uma verdade adquirida que, conforme afirmou Dominique Lecloux, Francisco Manuel nunca conseguiu adaptar-se à sua condição de exilado tendo embora todas as condições para que isso acontecesse. Escreveu este autor:

Malgré les attractions incontestables de la terre d'accueil, malgré son inclination pour les idées des philosophes, malgré la rancune qu'il porte à ses compatriotes malveillants, il ne parvient pas à s'adapter à sa condition d'exilé. (Lecloux 1992)

Por estas razões, parece-nos haver algo de contraditório, quase irracional, na apreciação negativa que Francisco Manuel fez da sua estadia

em França. Apesar de exilado, o poeta tinha todas as condições para aí ser feliz, desde amigos influentes junto da diplomacia portuguesa em Paris – António de Araújo, Francisco José Maria de Brito, D. José Maria de Sousa (Morgado de Mateus) –, até portugueses aí residentes como o médico Francisco Solano Constâncio ou os luso-franceses Timóteo Lecussan Verdier e António Mathevon de Curnieu, ricos homens de negócios que nunca lhe regatearam a sua amizade e, finalmente, o facto de ser apreciado pelos seus méritos literários – os elogios de Chateaubriand e Lamartine confirmam-no amplamente.

Mas nada disso aconteceu. De muitos dos textos de Filinto ressoa uma amargura pesada, lúgubre por vezes, quase doentia – uma espécie de infelicidade endémica. Francisco Manuel arrosto consigo esta infelicidade alimentada por uma nostalgia de um país, Portugal, onde tudo, das pessoas aos factos outrora ocorridos (mesmo se ao tempo geradores de inimizades e controvérsia acesa), ganhava um colorido que antes não lobrigara. Há, por via disso, algum ressentimento às coisas francesas, das pessoas ao modo de vida, das festas às celebrações de efemérides caras aos franceses. Contudo, não se pense que tudo o que é francês era visto negativamente por Filinto; não raro o poeta faz uma defesa cerrada da língua francesa, do modo como a mesma era ensinada nas escolas, dos estímulos oficiais e familiares para uma boa aprendizagem da língua materna de forma correcta com destaque para a gramática, do amor que vê e sente terem os franceses pelo seu idioma. Citemos apenas um exemplo de uma nota apenas por Filinto à sua *Carta ao Senhor F. J. M. de Brito* que clarifica o que vimos afirmando:

Vejo aqui em França que os honrados Pais de família pagam Mestres que venham ensinar gramática francesa às filhas, porque não lhes escapem barbarismos nem solecismos, quando falem, ou escrevam; e lembra-me que em Portugal ninguém em tal cuida; (Elísio 1817: I, 28)⁸

⁸ Nesta mesma *Carta*, um documento essencial para a compreensão de todo o labor de Filinto em defesa da língua portuguesa e que espera por um estudo atento que largamente justifica, o poeta esclarece, de modo claro e definitivo, o que pensa da língua francesa e da relação dos franceses com a sua língua. Escreve Filinto:

«(...)

Não que à língua Francesa eu ódio tenha;
Que fora absurdo em mim: Ninguém confessa
Mais sincero o valor de seus bons livros

Como se vê, é apontando o exemplo da língua francesa e do relacionamento/tratamento dos franceses com e para com a sua língua que Francisco Manuel se posiciona na defesa que faz da sua língua-mãe e justifica, desse modo, a sua luta de uma vida em prol da pureza da língua portuguesa. Ser contra os francesismos não era ser contra a língua francesa: era tão só reivindicar para a língua portuguesa o estatuto de dignidade que os franceses cultivavam para a sua língua – não há qualquer paradoxo neste posicionamento, antes a expressão de admiração e respeito pela atitude dos franceses (e consequente relacionamento) em relação ao seu idioma pátrio. Escreveu ainda Filinto:

(...) darei um abono mais de quanto fujo de afrancesar a língua e da muita razão que para isso tenho.

É muito boa, é muito para estimar a língua francesa; mas nem por isso pede que abastardeem com ela as outras línguas,, que têm índole diferente da sua. Cuidem os Portugueses em falarem bem a sua, e imitem nisso esses mesmos Franceses, que se esmeraram em falar bem francês, sem estragarem o que falam, ou o que escrevem, com termos e ainda menos com frases estrangeiras. (Elísio 1818: 393)

Para além deste aspecto ligado à língua, Francisco Manuel é também, de modo directo ou indirecto, um bom exemplo que comprova a importância das traduções na formação de um novo patamar ideológico, de uma nova mentalidade em Portugal que, uns tempos depois, terá consumação prática com a Revolução Liberal. É inquestionável que as leituras e traduções de Filinto o puseram em contacto com as Luzes que mais fortemente irradiavam de França e que ele próprio se tornou num iluminista, num veículo de promoção ideológica que promoveria transformações definitivas no mundo. Ao ser um dos protagonistas que facilitou a disseminação da

De todo o bom saber patentes cofres,
De polidez e de sapiência ornados.
Bastara em seu louvor, se o carecera,
Ser bem vista e prezada em toda a Europa,
Das Cortes e dos sábios do Universo.
(...)
Mas, como fora escarnecido em França
O que emprendesse himpar de frases Lusas
Um discurso francês em prosa ou verso»

(Elísio 1817: I, 30)

cultura francesa em Portugal, Francisco Manuel é, também, responsável pela transformação do gosto (talvez a contra-gosto) e das ideias de um país que, de ora em diante e pelo período de mais de dois séculos, verá a sua cultura cruzar-se com a francesa.⁹

Poderíamos ainda referir um outro facto que suporta, a nosso ver, o papel desempenhado por Filinto nas relações culturais entre a França e Portugal; por paradoxal que possa parecer, toda a luta empreendida pelo poeta em prol da língua portuguesa, uma gesta que se consubstanciou essencialmente na diabolização dos francesismos e consequente influência da língua francesa junto da portuguesa, acaba por ser factor de promoção de um país (e de uma cultura) que o próprio poeta não renega já que o aponta como exemplo a seguir na forma de relacionamento com a língua¹⁰, afirmando com toda a convicção todo o prestígio, qualidade e universalidade das língua e literatura francesa:

(...) Ninguém confessa
Mais sincero o valor de seus bons livros
De todo o bom saber patentes cofres,
De polidez e de sapiência ornados.
Bastara em seu louvor, se o carecera,
Ser bem vista e prezada em toda a Europa,
Das Cortes e dos sábios do Universo.

(Elísio 1817: I, 30)

4.

On dévorait en secret les ouvrages de Manoel, et depuis la révolution, surtout,

⁹ A candura utilizada por Francisco Manuel nos textos que dedica a ministros de D. Maria e à própria família real não deve ser tomada muito a sério; a verdade é que o poeta foi um leitor compulsivo, um tradutor e um divulgador da literatura “herdeira” que corroía os fundamentos do regime absolutista e do fanatismo religioso que o amparava.

¹⁰ Na *Carta ao amigo F. J. M. de Brito*, onde faz uma cerrada defesa da língua portuguesa, Francisco Manuel salienta o amor que os franceses têm pela sua língua, o modo como fomentam a sua aprendizagem, o ensino da gramática e reforça a sua ideia na seguinte nota: «Vejo aqui em França que os honrados Pais de família pagam mestres que venham ensinar gramática às filhas, porque não lhes escapem barbarismos nem solicismos, quando falem, ou escrevam; e lembra-me que em Portugal ninguém em tal cuida»; (Elísio 1817: I, 28)

il n'est point de Portugais qui, se trouvant à Paris, n'ait regardé comme une bonne fortune, et comme une sorte de devoir de lui rendre visite. (Sané 1808: XXXIV)

Estas palavras, escritas por Alexandre Sané, discípulo e amigo de Francisco Manuel do Nascimento, em 1808, mostram-nos o homem e o escritor que era Filinto Elísio, a relação de afectividade que tinha com os seus leitores, o alto conceito em que era tido, o magistério de influência que exercia, fosse pelos textos, fosse pela sua personalidade e, consequentemente, a referência política e ideológica em que se tinha tornado.

A todos, Filinto satisfazia publicando, com regularidade, textos onde expendia todo um vocabulário que preenchia os seus anseios de crítica à forma como o poder político governava o país; é também isto que faz de Francisco Manuel do Nascimento uma espécie de mentor de toda uma geração que estaria na linha da frente de grandes transformações político-sociais. O seu discurso é claro quando denuncia as perseguições políticas, a devassa pessoal, a falta de liberdade de expressão e de liberdade pessoal, tudo corporizado na figura de Pina Manique, esse “vil algoz da cándida verdade”.

Há no conjunto da obra de Filinto Elísio um importante acervo de clara intervenção política e de crítica social; excessivamente visto pelo ângulo que o coloca como um poeta defensor da língua portuguesa (o que é rigorosamente verdade) o pensamento político de Francisco Manuel, pela importância que assume no interior da sua produção poética, pela autonomia que é fácil reconhecer-lhe e pela sua estruturação consequente, merece ser revelado. Atento à realidade que o circundava, se bem que aqui e ali toldado pela sua tragédia pessoal, bafejado pelo destino que o obrigou a conviver com acontecimentos que iriam mudar os ponteiros das nações e oriundo de uma condição social que capitalizou em seu favor, Filinto deixou-nos um discurso político digno de figurar, em lugar de destaque que o seu pioneirismo reclama, na história do pensamento político português, seja ele assinado como Filinto Elísio, Clemente de Oliveira Bastos, Lourenço da Sylbeira e Mattos, Agostinho Soares Vilhena, José Pinheiro Castello Branco ou por um anónimo.¹¹

E tudo tem a ver com o facto de a França fazer parte da sua educação cultural e literária, um factor que se acentuou decisiva e definitivamente

¹¹ Estes nomes são outros tantos pseudónimos utilizados por Francisco Manuel do Nascimento, assumindo a autoria de textos de tipo mais ideológico e político ou de crítica social.

quando lá se refugiou em Agosto 1778; aí refinou a sua irreverência libertária, re-moldou a sua personalidade, absorveu com denodo o primado dos valores da igualdade, da fraternidade e, claro, da liberdade como elementos essenciais à dignidade humana. Em jeito de comentário à sua situação material precária no exílio francês, que muitos criticavam pela obsessão queixosa a que a ela sempre aludia, o poeta responde, compensatoriamente, com o que de bom lá aprendeu, com destaque para a valorização da honra e dignidade pessoal: «Aprendi a ser parco, a ser com honra / Independente e pobre.» (Elísio 1817: I: 435)

Francisco Manuel teve a felicidade, como dissemos, de ter estado no local e hora certa no momento adequado; foi um observador privilegiado do estertor do reinado de Luís XVI e da explosão revolucionária de 1789 que guindou o povo a um protagonismo até então nunca visto; tal facto permitiu ao poeta desenvolver, no melhor local, as sementes ideológicas que consigo transportou na fuga apressada que o levou a Paris: a sua adesão aos nobres ideais revolucionários está presente na acrimónia persistente e dura com que critica o poder político despótico e o fanatismo religioso a ele associado. De simples *jongleur* que divertia os participantes das entediante assembleias arcádicas tornou-se um doutrinador, um elemento de referência viva que o seu prestígio enquanto poeta celebrado amplificava e que muitos portugueses escapados ao despotismo beato da Corte de D. Maria / D. João VI procuravam avidamente.

O seu comprometimento francês pode medir-se pela celebração entusiasta concedida ao desaparecimento do poder (enganador e mortal, segundo diz) da Igreja em França (Elísio 1817: III, 283), pelo aplauso às novas leis revolucionárias que aboliram os privilégios, pela diabolização do ministro inglês William Pitt que chefiava o conjunto das nações contrarrevolucionárias (Idem: 282), pelo elogio ao significado, acima de tudo simbólico, que teve a tomada da Bastilha (Ibidem: 284).

O aprendizado em França deve perspectivar-se, no caso de Francisco Manuel, de um modo particular; tudo o que vive e aprende ganha uma dimensão político-ideológica que lhe servirá para cumprir um objectivo muito preciso: promover a luta contra o Portugal despótico e fanático, libertar a pátria do jugo que a oprimia para a ela poder regressar. Pode-se, portanto, dizer que, mais do viver a Revolução, Francisco Manuel convive com ela, sendo que toda a envolvência experimental da França revolucionária foi para ele o cadiño que lhe permitiu a estruturação e

amadurecimento de um discurso político perfeitamente identificado com os “pais” da Revolução, muito em especial com Jean-Jacques Rousseau, o “Rousseau imortal” que escreveu “(...) a regra, / Com que os Homens se igualam” (Elísio 1818: V, 199), o “bom Rousseau” que empunhava a “tocha da verdade”, que foi o “pavor da tyranna iniquidade”, o farol que alumia os povos e seus dirigentes para a liberdade. (Idem: IV, 176)

Francisco Manuel é um intuitivo como Rousseau, um emotivo, e daí ser com toda a naturalidade que o seu discurso político assente na doutrinação rousseauiana. Visionário, Filinto acredita no triunfo próximo da liberdade na sua pátria, na vitória sobre a tirania e o despotismo; a França, o seu modelo ideológico e político, apresenta ao mundo, desafiadoramente, o “Tricolor Despeito do Tiranos” que ele toma como seu.

Exilado em 1778 por motivos de heresia, anos mais tarde será um revolucionário, um “francês” na tradução do poder político-religioso português, um classificativo que lhe assenta como uma luva pelo que fez enquanto promotor dos valores da liberdade e dos direitos do homem, adepto da abolição da escravatura atento aos futuros males do colonialismo.

5. Por tudo o que escrevemos, entendemos não ser despropositado falar-se de Francisco Manuel do Nascimento como tendo sido, um protagonista com uma influência decisiva nas relações culturais luso-francesas na segunda metade do século XVIII / inícios do século XIX. As circunstâncias da vida em muito contribuíram para esse papel que beneficiou de dois momentos essenciais da vida dos dois países: o terramoto de 1755 que possibilitou ao futuro Marquês de Pombal o protagonismo que a História lhe reconhece e o terramoto político que foi a Revolução Francesa de 1789 em cujos ideais se reviu e quis partilhar para trazer a Portugal um sismo de mentalidades de que o país estava tão precisado. A sua acção em Portugal protagonizada a partir de França foi toda uma atitude consequente que se organizou em torno de uma intenção: uma aposta clara na liberdade, na igualdade e na fraternidade entre os povos de culturas diferentes que têm de ser respeitadas, mas que são semelhantes na dignidade das pessoas que os compõem.

Referências bibliográficas

ANTT, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 14048 contra o Padre Francisco Manuel do Nascimento.

Elísio, Filinto (1817-19): *Obras Completas*. Paris: A. Bobée.

Lecloux, Dominique (1992): “Un exilé portugais témoin de la Révolution Française: Filinto Elísio”. In Actas do Colóquio *A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, vol. I. Porto: Universidade do Porto.

Olavo, Carlos (1944): *A vida amargurada de Filinto Elísio*. Lisboa: Guimarães & C.a.

Sané, Alexandre (1808): *Poésie Lyrique portugaise ou Choix des Odes de Francisco Manuel*. Paris: Chez Cérioux Jeune.

Filinto Elísio e a França

Parte I

Não são muitas as informações objectivas que plasmam a vida do Pe. Francisco Manuel do Nascimento nos quarenta e um anos em que esteve exilado, trinta e seis dos quais em Paris. Sabemos onde morou – Choisy-le-Roi, Versailles, Reuilly, S. Philippe du Roule – em que condições materiais, com quem viveu e se relacionou. É também sabido que a sua estatura de escritor era respeitada nos meios intelectuais e entre os literatos, que era procurado pelos portugueses que passavam pela capital francesa; o seu auto-isolamento é, de igual modo, uma evidência, a sua personalidade introvertida também, a rejeição de uma vida de partilha social é um facto.

Sabe-se, portanto, pouco e, desse pouco, a maior parte resulta daquilo que o próprio poeta sobre si mesmo escreveu. Esta ausência de informações terá levado Carlos Olavo a, nalguns aspectos, romancear a vida parisiense de Filinto Elísio (Olavo 1944: 123-209). Apoiado em alguns factos, Carlos Olavo preencheu as lacunas com elementos interpretativos (e não só) resultantes das leituras que fez dos textos do poeta¹ e fê-lo sob um denominador comum: a vida de Filinto em Paris foi um exílio dentro do exílio motivado pela saudade permanente da Pátria – uma premissa que entendemos correcta.

Há muito de verdade nesta forma de pensar o afastamento compulsivo de Francisco Manuel de Portugal e na forma como viveu esse degredo e daí um óbvio interesse, entre tantos outros, do estudo de Carlos Olavo. Mas, também por isso, tentemos lançar um outro olhar sobre a presença de Francisco Manuel em França, interrogando a desadaptação (?) do poeta ao país de acolhimento.

Tudo apontava para uma relação feliz entre Francisco Manuel e a França, um país que pontificou na Europa do século XVIII – um Rei Sol que

¹ Carlos Olavo foi, sem dúvida, um dos estudiosos que mais atentamente leu a obra de Filinto Elísio

brilhou e se fez modelo, uma língua que funcionou como língua franca das cortes reais europeias, uma cultura que se impôs às demais pela qualidade e destaque que assumiu, uma literatura que se afirmava naturalmente e funciona como veículo linguístico e cultural.

Também Portugal, da imitação real de D. João V da corte de Versalhes até à moda dos francesismos, seguia em tudo essa avalanche francesa que se espalhou pela Europa. A França entrava por Portugal adentro, nomeadamente através das muitas traduções que se iam fazendo e nas quais Filinto desempenhou um papel significativo. Mas Francisco Manuel não é só um tradutor; ele é também, e sobretudo, um leitor atento de alguns dos mais importantes escritores franceses seus contemporâneos, tais como Rousseau e Voltaire, com as ideias dos quais se identifica. E, se começou por ler esses autores franceses em Portugal, quando em França acentuou esse seu conhecimento numa linha de pensamento ideológico da qual não se desviaria até ao fim dos seus dias e que seria, também ela, responsável pelo seu destino sem fim. Se havia país que Francisco Manuel conhecia, além de Portugal, esse país era a França e, portanto, é lógico que o seu destino de exílio tenha sido esse.

É pelas razões até agora apontadas que não espanta o deslumbramento que o poeta sentiu por Paris nos primeiros tempos da sua estadia e o tenha deixado registado, de forma exaltada, no soneto que a seguir transcrevemos, dirigido ao seu amigo e poeta Domingos Maximiano Torres:

Que Paris, meu Alfeno! Que passeios!
Que ricos trajes! – Damas roçagantes!
Mesuras de primor! Risos amantes!
Corteses, melindrosos galanteios!

Que teatros, de mil belezas cheios!
Que jardins asseeados, e elegantes!
Que sombras táticas, que os mui flagrantes
Furtos, cobrem, de amantes devaneios!

Viva Paris! Aqui a Lira ociosa
Porei, c'os louros, nos idosos dias
Aborridos do Amor, da Formosura.

E escreva em baixo a Gratidão forçosa:
«Aqui Filinto, contra as tiranias
Colheu abrigo, e na soidão doçura». (Elísio 1818: 307)

Era o encontro (forçado, é certo) com um país, uma língua e uma cultura que estavam entranhados na matriz da sua formação intelectual. Expliquemos melhor esta asserção que suportará melhor algumas das ideias que exporemos adiante.

Apesar de proibidos, primeiro pela Inquisição e depois pela Real Mesa Censória que na sua décima quarta regra estabelecia a interdição de leitura das «(...) obras dos prevertidos Filósofos destes últimos tempos que continuamente estão inundando e inficionando o Orbe literário com metafísicas tendentes ao Pirronismo ou incredulidades: à impiedade ou à libertinagem», não foi por isso que Francisco Manuel (e tantos outros) deixou de ler autores como Diderot, Voltaire, d'Holbach, Rousseau, Newton, Locke, Hobbes ou Ribeiro Sanches, fosse pela via da circulação subversiva, fosse através de licença obtida para o efeito junto da Real Mesa Censória, licença que uma testemunha depoente no seu Processo inquisitorial declarou dizer o autor possuir.² De igual modo, uma outra testemunha, o erudito latinista e seu mestre António Félix Mendes, confirmou ser Francisco Manuel instruído na «lição de livros proibidos», especialmente em «Livros de Philosofos modernos», o mesmo será dizer, dos autores acima mencionados. (Inquisição de Lisboa Processo n.º 14048: 27) Corroborando este depoimento, Frei Filipe de Santiago Travassos, também ele depoente, deu conta ao Tribunal da Santa Inquisição de que Filinto tinha «uso» e «lição» de livros proibidos de Voltaire e Rousseau. (Idem: 114)

Confirmando o que vimos dizendo, o seu amigo e primeiro biógrafo, o francês Alexandre Sané, registaria em 1808, num livro em que edita odes escolhidas de Filinto e com uma pequena resenha biográfica do poeta seguida de uma curta história da literatura portuguesa, o conhecimento que o escritor português tinha das literaturas europeias, entre as quais a francesa, e o proveito que dele tirou.³ Aproveitou muito e bem, já que cita abundantemente livros e autores desses países nas inúmeras notas que apõe aos seus textos; leu esses autores e pagou esse atrevimento com o exílio,

² Nos livros da Real Mesa Censória não encontrámos qualquer prova da existência dessa licença, mas a obtenção da mesma não lhe seria difícil dadas as relações de amizade que o poeta tinha com o presidente da R. M. C., D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas.

³ Escreveu Alexandre Sané: «[Filinto] connaît (...) les trésors littéraires que possédaient la France, l'Angleterre et l'Italie, il étudia leurs langues: bientôt il fut initié à la littérature de trois peuples si célèbres et capable d'en profiter». (1808: VIII).

como se deduz da matéria acusatória do Processo onde, expressamente, são citadas as suas leituras de *Candide* e *Mahomet ou le Fanatisme* de Voltaire e o conhecimento que tinha (e acusado de ser seguidor) da religião natural de Rousseau. Leu e traduziu em especial os autores franceses. Apontemos, como exemplos, a sua versão para português de *Zadig*⁴ e do já referido *Mahomet ou le Fanatisme*⁵, obras de Voltaire, da tradução da *Medeia* de Longepierre, ou de *O Cinto Mágico* de Jean-Baptiste Rousseau. Leu e patrocinou a tradução da literatura “maldita” que minava os pilares do regime absolutista.

Foi com toda esta bagagem que o poeta chegou a França; levou também consigo algum dinheiro pelo que o sustento dos primeiros tempos estava garantido com alguma folga. Mas o problema foi este mesmo, isto é, não estaria nos horizontes mais pessimistas do escritor permanecer por muito tempo fora de Portugal; as notas de crédito foram acabando, a estadia prolongava-se e, a uma vida folgada e sem sobressaltos, sucede-se uma vivência cheia de dificuldades, a necessidade de escrever para viver, de traduzir para angariar uns tostões, de dar lições de Português para minorar as dificuldades materiais. A França amiga, a deslumbrante Paris tornaram-se “ermos insípidos” não resistindo os seus encantos a uma comparação singela com quaisquer exemplos portugueses; concordando com Carlos Olavo, «(...) a verdade é que tudo o aborrecia fora da sua pátria e longe dos portugueses: relações, festas, reuniões, teatros; a própria animação das ruas de Paris o irritava». (Olavo 1944: 179) Haverá algum excesso nestas asserções que resultam de textos escritos por Filinto o qual sobreavaliava, negativamente, a vida por si vivida em França...

Por estas razões, parece-nos haver algo de contraditório, quase irracional, na apreciação negativa que Francisco Manuel fez da sua estadia em França. Apesar de exilado, o poeta tinha todas as condições para aí ser feliz, desde amigos influentes junto da diplomacia portuguesa em Paris – António de Araújo, Francisco José Maria de Brito, D. José Maria de Sousa (Morgado de Mateus) –, até portugueses aí residentes como o médico Francisco Solano Constâncio ou os luso-franceses Timóteo Lecussan

⁴ Trata-se de uma tradução feita em Lisboa, a pedido de uma menina, como o próprio informa numa nota inserida no Tomo IX, pp. 63-4, das suas *Obras Completas*.

⁵ Esta autoria é confirmada por informações contidas no Processo inquisitorial, p.79.

Verdier e António Mathevon de Curnieu, ricos homens de negócios que nunca lhe regatearam a sua amizade e, finalmente, o facto de ser apreciado pelos seus méritos literários – os elogios de Chateaubriand e Lamartine confirmam-no amplamente.

Mas nada disso aconteceu. De muitos dos textos de Filinto ressoa uma amargura pesada, lúgubre por vezes, quase doentia – uma espécie de infelicidade endémica. Francisco Manuel arrostou consigo esta infelicidade alimentada por uma nostalgia de um país, Portugal, onde tudo, das pessoas aos factos outrora ocorridos (mesmo se ao tempo geradores de inimizades e controvérsia acesa), ganhava um colorido que antes não lobrigara. Há, por via disso, algum ressentimento às coisas francesas, das pessoas ao modo de vida, das festas às celebrações de efemérides caras aos franceses. Contudo, não se pense que tudo o que é francês era visto negativamente por Filinto; não raro o poeta faz uma defesa cerrada da língua francesa, do modo como a mesma era ensinada nas escolas, dos estímulos oficiais e familiares para uma boa aprendizagem da língua materna de forma correcta com destaque para a gramática, do amor que vê e sente terem os franceses pelo seu idioma. Citemos apenas um exemplo de uma nota apensa por Filinto à sua *Carta ao Senhor F. J. M. de Brito* que clarifica o que vimos afirmando:

Vejo aqui em França que os honrados Pais de família pagam Mestres que venham ensinar gramática francesa às filhas, porque não lhes escapem barbarismos nem solecismos, quando falem, ou escrevam; e lembra-me que em Portugal ninguém em tal cuida. (Elísio 1817: 28)⁶

⁶ Nesta mesma *Carta*, um documento essencial para a compreensão de todo o labor de Filinto em defesa da língua portuguesa e que espera por um estudo atento que largamente justifica, o poeta esclarece, de modo claro e definitivo, o que pensa da língua francesa e da relação dos franceses com a sua língua. Escreve Filinto:

(...)

*Não que à língua Francesa eu ódio tenha;
Que fora absurdo em mim: Ninguém confessa
Mais sincero o valor de seus bons livros
De todo o bom saber patentes cofres,
De polidez e de sapiência ornados.
Bastara em seu louvor, se o carecera,
Ser bem vista e prezada em toda a Europa,
Das Cortes e dos sábios do Universo.*
(...)

Como se vê, é apontando o exemplo da língua francesa e do relacionamento/tratamento dos franceses com e para com a sua língua que Francisco Manuel se posiciona na defesa que faz da sua língua-mãe e justifica, desse modo, a sua luta de uma vida em prol da pureza da língua portuguesa. Ser contra os francesismos não era ser contra a língua francesa: era tão só reivindicar para a língua portuguesa o estatuto de dignidade que os franceses cultivavam para a sua língua – não há qualquer paradoxo neste posicionamento, antes a expressão de admiração e respeito pela atitude dos franceses (e consequente relacionamento) em relação ao seu idioma pátrio.

Voltemos um pouco atrás e detenhamo-nos um tanto para reflectir sobre a “vida miserável”⁷ de Filinto por terras de França. Se, comparativamente à sua vida em Portugal, podemos concordar com esta classificação, em termos absolutos permitimo-nos expressar as nossas dúvidas. Até finais de 1796, data do seu retorno a Paris após uma estadia de quase cinco anos na Holanda, Haia, Francisco Manuel terá vivido, senão confortavelmente, pelo menos em condições razoáveis; e o mesmo terá acontecido pelo menos até às desavenças ocorridas com duas das suas servitais que levaram ao arresto judicial dos seus bens e à falência de um banqueiro na casa do qual depositara as economias conseguidas com a venda dos seus versos.⁸ Repesquemos a ideia original: se comparada com a vida largamente desafogada tida em Portugal, esta seria uma situação de quase miséria, mas

*Mas, como fora escarnecido em França
O que emprendesse himpar de frases Lusas
Um discurso francês em prosa ou verso;* (Idem: 30)

A *Carta* é dedicada a Francisco José Maria de Brito, secretário da Embaixada Portuguesa em Paris.

⁷ A expressão é utilizada pela generalidade dos estudiosos de Filinto Elísio e da sua obra.

⁸ Uma delas, de seu nome Chicoineau, roubou-o ao fim de trinta anos ao seu serviço; sobre isso escreveu Filinto em nota: «Tanto me valeu tirá-la do estado de costureira, sustentá-la, e vesti-la 30 anos, e ter com ela complacência, e ainda amizade» (Elísio 1817: III, 27). Uma outra, a Michel, processou judicialmente o escritor, tendo-lhe sido arrestados os bens que nunca lhe foram restituídos apesar do poeta ter vencido a causa. O banqueiro em causa chamava-se Julien, um «Banqueiro que faliu c’um deficit de dous milhões e meio, em cuja mão eu tinha posto quanto me produziram os versos que imprimi». (Idem)

objectivamente talvez não fosse tanto assim, excepção feita aos últimos anos do seu deredo. O verdadeiro problema, em nosso entendimento, foi bem outro, rigorosamente ilustrado por Dominique Lecloux quando afirma a dificuldade inultrapassável do poeta em adaptar-se à sua condição de exilado. Escreveu Dominique Lecloux:

Malgré les attractions incontestables de la terre d'accueil, malgré son inclination pour les idées des philosophes, malgré la rancune qu'il porte à ses compatriotes malveillants, il ne parvient pas à s'adapter à sa condition d'exilé. (Lecloux 1992: 98)

Filinto não terá conseguido desentranhar-se da sua condição humana de ser português e o seu exílio foi uma autêntica miséria psicológica, vivido como uma inutilidade potenciada por uma saudade corrosiva que, por vezes, o levou a ridicularizar a própria existência⁹ só exaltada na celebração do seu aniversário ou da data da sua fuga aos esbirros da Inquisição. De qualquer modo, para lá da amargura física e psicológica, há em Filinto uma amargura poética que amplifica as anteriores; ademais, testemunhos de seus amigos e contemporâneos, como Ferdinand Denis ou Timóteo Lecussan Verdier permitem-nos concluir que as dificuldades vividas não retiraram ao poeta o seu carácter jovial, alegre e bonacheirão e seriam exponenciadas por um medo muito particular à Inquisição. No primeiro caso, que contraria a ideia de um Filinto isolado do mundo que o rodeava ou de um eremita na cidade, Ferdinand Denis traçou ao escritor Ramalho Ortigão um retrato de Francisco Manuel já em idade avançada definindo-o com uma «rechonchuda fisionomia cheia de pachorra e de bondade (...) [e com um] finíssimo sorriso e o seu olhar perspicaz e vivíssimo (...) o *mot pour rire* tão espontâneo e tão fácil, que era impossível estar alguém triste ao pé dele». (Ortigão 1945: 72-73) Como se prova, este Francisco Manuel é assaz diferente do Filinto tão frequentemente amargo e lamuriento dos seus versos.

O mesmo Ferdinand Denis relatou, ao co-autor de *As Farpas*, um episódio em que Timóteo Lecussan Verdier (amigo do poeta nas boas e más horas e que o auxiliou financeiramente), na ausência de Filinto, satisfez a curiosidade dos presentes em casa de seu pai sobre as relações Francisco

⁹ É o que pode deduzir-se por este curto poema que nos deixou:

«Ao Mundo vim. Melhor não ter cá vindo.
E que vim cá fazer? Papel de parvo» (Elísio 1817: 115)

Manuel/Inquisição, situando-se numa perspectiva que explicita e exemplifica bem as asserções que vimos propondo. Narra o autor de *Portugal*:

— Verdier, você há-de contar hoje para aqui o que sabe dos horrores que a Inquisição preparava ao nosso amigo. Sempre que se fala nisso, você ri. Porventura não teria ele sofrido como diz?

— Sofreu — respondeu Verdier — sofreu imenso, mas a causa dos seus grandes infortúnios não foi principalmente a Inquisição...

— Então que foi?

— Foi o medo. (Idem: 76)

Verdier, uma personagem muito próxima de Francisco Manuel, deixou-nos aqui a chave que abre portas a uma explicação dos infortúnios vividos pelo poeta — o medo da Inquisição¹⁰; foi assim que a sua vida em França assumiu contornos que não se explicam facilmente, são por vezes algo incompreensíveis, sendo certo que a sua desadaptação à terra de acolhimento foi muito expressiva e impressiva. Uma situação a clarificar melhor...

Parte II

A presença de Filinto Elísio na França revestiu-se, como escrevemos atrás, de singularidades nem sempre facilmente explicáveis à luz de uma

¹⁰ Este medo acompanhou-o até ao fim dos seus dias e a Inquisição é apresentada pelo poeta como a causadora de todos os seus males. Numa carta escrita em 1808 dirigida ao arquichanceler de França, com a finalidade de solicitar a devolução dos bens que lhe tinham sido roubados pela Inquisição (esta carta vem citada por Carlos Olavo na obra por nós citada pp. 257-261), Filinto expressa, a dado momento, a sua dupla situação precária, material e psicológica, após a sua estadia na Holanda:

«Je revins à Paris en... et depuis cette époque, j'ai vécu ignoré. Je ne fatiguerais Votre Altesse du détail des privations que j'y ai éprouvées, de l'existence pénible que j'y ai mené. Cependant j'étais riche dans mon pays».

A Inquisição fora a causadora da sua miséria e, à data do envio desta carta, continuava a sê-lo pois, como na mesma missiva informa o escritor, até o pagamento da tradução do livro do bispo Jerónimo Osório — *Da vida e feitos d'El Rei D. Manuel* —, que lhe fora encomendada pelo regente D. João, fora impedido de ser feito pelo Santo Ofício. Lembremos que nesta altura a Corte portuguesa estava no Brasil por via das invasões francesas e terá sido essa fuga que impediu o pagamento a Filinto da sua tradução. Assim mesmo, esta postura de Francisco Manuel é reveladora do trauma inquisitorial que o perseguia.

racionalidade crítica. Como também afirmámos, os contornos da sua estadia em Paris são de compreensão difícil, se bem que seja evidente uma desadaptação à terra que o acolheu. Expliquemo-nos melhor: estando convictos da verdade destas afirmações, também é nossa convicção que o desconforto do exílio de Francisco Manuel em França resulta mais de factores psicológicos derivados do firme estabelecimento de um ideal de patriotismo com raízes que se alimentam bem fundo na antiguidade greco-latina – o patriotismo como virtude suprema¹¹ – do que de elementos ideológicos ou de uma desadaptação no plano meramente físico. Vejamos porquê.

Nos poucos anos em que esteve na Holanda (1792-97), em condições materiais que se podem considerar boas já que o poeta foi para lá a convite do então ministro plenipotenciário na Haia, António de Araújo de Azevedo, futuro Conde da Barca, para exercer as funções de seu secretário particular, os lamentos de Filinto, as queixas contra o clima que desestabilizou a sua saúde, contra esse país de charcos e sapos, contra um povo comedor de batatas¹² (onde o epíteto de batatífagos¹³ para os Holandeses), contra uma gente que falava uma língua incompreensível,¹⁴ ocupam um conjunto significativo de textos. Da Holanda, Francisco Manuel do Nascimento não disse nada (ou quase nada) de bom e o seu regresso a Paris, nos inícios de 1797, foi por ele considerado como uma libertação, foi o

¹¹ ... e, por isso, o exílio era a suprema humilhação, a punição das punições; com esta prescrição, estar fora da pátria era sempre mau e, consequentemente, não haveria adaptação possível.

¹² Sobre a Holanda escreveu Filinto na hora da despedida (Elísio 1818: IV, 96):

«Ficai em má hora, Lagoas, Charcos
Aposentos de Sapos, de Canalha
De avaros Batatífagos, Casmurros
De Státuas, que cachimbam».

¹³ Segundo Filinto (Elísio 1818: IV, 96), Batavia vem de Batata, principal produto dos pântanos holandeses, e *fageia* comer, donde batatífagos.

¹⁴ «De desterro em desterro, pôs-me em Haia
Povo de estátuas, de enleado idioma,
Soturna gente fala, qual de cafres
Confusa algaravia». (Elísio 1817: 51)

(...) despir do luto, que trajava
*Meu peito há quasi um lustro.*¹⁵ (Elísio 1817: I, 302)

Libertação, mas não aceitação. É que todo o argumentário patriótico de Filinto testemunha a estranheza contínua que foi o seu exílio – as musas do Sena nunca substituíram as ninfas do Tejo. Francisco Manuel queixa-se, frequentemente, da sua desgraça, mas nem por isso nos deixou informações bastantes sobre o seu estilo de vida – como eram as casas onde morou, que condições tinham, quais os seus afazeres, que tipo de vida social levava, como ocupava os seus dias, etc. – e os testemunhos dos que com ele conviveram pouco esclarecem sobre o *modus vivendi* do poeta no exílio. Foi este que construiu, verdadeira ou ficcionalmente, o enquadramento da sua vivência psicológica no desterro, um edifício que apresenta lacunas para as quais não há respostas objectivas, mas que sugere preenchimentos que, vindos do próprio autor, se apresentam como perniciosos.

Houve, repetimos, um desconforto permanente na vida parisiense de Filinto cuja culpa não deve ser assacada aos Franceses ou sequer à França; o desconforto resultava da personalidade do poeta e, como vimos, se ele tripudiou a Holanda e os Holandeses, outro tanto não fez da França e seus naturais. Há razões objectivas para esta postura: a França está na educação de Francisco Manuel, na formação da sua personalidade; a França moldou

¹⁵ A chegada a Paris, vindo da Holanda, foi celebrada com os seguintes versos (Elísio 1818: V, 302):

« (...)
 Como acenar-me vejo lá de longe
 C' o alegre desenfado
 O umbroso Sena, de cantada veia»

Francisco Solano Constâncio, amigo e editor das *Obras Completas* de Filinto, comentou do seguinte modo a passagem traumática do poeta pela Holanda:

«[Filinto] (...) cuidava que o maior dissabor da vida era Paris, onde não via os seus fiéis e queridos amigos; ainda não sabia que havia uma Holanda, aonde tinha de beber todo o fel da desconversação e soledade; ainda não suspeitava que havia uma Haia no centro da Europa, onde os homens eram batatas ambulantes e cachimbantes, a quem as palavras custam a sair da boca, como os ducados a lhe sair da burra». (Elísio 1818: 260)

o carácter de Filinto, ensinou-lhe os valores da liberdade, da dignidade do homem; a França mostrou-lhe que ser independente, viver com honra e livremente são os mais altos direitos do ser humano. Por isso, para aqueles que pensavam que Filinto não regressava a Portugal só porque lhe não foram devolvidos os bens confiscados pela Inquisição, o poeta escreveu:

Perdi os bens? Perdi muito em perdê-los!
Senti o que é miséria. Mas em troco
Aprendi a ser parco, a ser com honra
Independente e pobre. (Elísio 1817: I, 435)

Não será novidade afirmar-se que o padrão ideológico de Filinto provinha de França e, por isso, se não há qualquer simpatia evidente com a terra de onde germinaram essas ideias (porque havia outra terra chamada Portugal da qual o poeta herdou o apelido do seu pseudónimo) em termos de residência permanente, o mesmo se não poderá afirmar no plano das ideias. Aliás, para a Intendência da Polícia bem como para a Inquisição, Filinto era um “francês”. Senão vejamos: em 16 de Abril de 1803, o Intendente Diogo Inácio de Pina Manique fez publicar um **Aviso** em que interditava a posse ou leitura do «(...) sedicioso escrito intitulado Epístola (...) estampado em Londres em 29 de Novembro de 1791 e que clandestinamente se tem espalhado neste reino»¹⁶; é um aviso de proibição da epístola *Enquanto punes pelos sacros foros* (Elísio 1818: V, 424-433) na qual o Intendente viu, com toda a razão, um violento ataque ao estado absolutista e seus suportes, como a própria Intendência e a Inquisição, apoiado numa defesa dos princípios revolucionários consagrados pela Revolução Francesa. Daí que, continua o **Aviso** de proibição,

(...) todo aquele, que tivesse em sua mão esses doux papéis da dita Epístola (...) os fizessem entregar (...) no termo peremptório de trinta dias, e no caso não esperado que assim não cumprissem ficarem sujeitos à pena de irem degredados para um dos Presídios das Colónias deste reino.¹⁷

Nesta mesma epístola Francisco Manuel saúda a França livre, com uma imprensa livre e modelo contra o despotismo, exemplo para a pátria portuguesa subjugada a uma tirania despótica obscurantista:

¹⁶ Cf. ANTT, Intendência da Polícia, Livro 7.

¹⁷ Cf. nota anterior.

Oh França ilustre, das Nações Rainha
 Tu sacudiste o vergonhoso encargo
 Que à imprensa abafava o claro grito.¹⁸ (Elísio 1818: V, 431)

E, se para a Intendência assim era, para a Inquisição Filinto ganhou mais um qualificativo: ao epíteto de herege, Francisco Manuel viu ser-lhe acrescentado o de revolucionário perigoso. É o que se comprova pela nota apensa ao Decreto Real, nunca publicado¹⁹, de 21 de Maio de 1796, onde se argumenta sobre a fuga de Filinto à Inquisição, os motivos da perseguição que sofreu e o que então se pensava sobre a sua presença em França e um eventual regresso. Diz a anotação o seguinte:

Este clérigo fugiu quando já havia ordem do Santo Ofício para o prender por libertino: era cura, ou cousa que o valha, das Chagas de Lisboa.

Depois se disse que estava na Assembleia de França da revolução. Se agora vem é para ensinar o que de mais aprendeu lá.²⁰

Estamos perante uma situação original: enquanto Filinto tece laus à Pátria, reclama perante ela da sua desgraça e luta incessantemente pela valorização do seu idioma, as autoridades civis e religiosas vêem nele um perigoso “francês”. E, na verdade, era-o, mas de um modo muito particular – na Revolução e na sua adesão aos seus ideais, Francisco Manuel projectava o desejo de ver o seu país transformado numa Pátria que não segregava os seus melhores filhos; o discurso revolucionário de Filinto institui, sem restrições de qualquer espécie, a Pátria como objecto das suas reflexões, numa visão ambivalente: a que existe e a que deseja transformada. A renovação política potenciada pela Revolução Francesa foi sufragada por Francisco Manuel nos seus textos (e entre nós foi quem mais o fez profundamente), consequência de um desejo íntimo de ver a Pátria partilhar a ventura de viver livre da tirania, de viver em liberdade;

¹⁸ Num outro texto, Filinto apresenta a França empunhando o «Tricolor despeito dos Tiranos», numa clara alusão à simbologia das cores do estandarte francês que a Revolução fez erguer.

¹⁹ A este respeito ver a nossa tese de doutoramento, vol. I, pp. 349-351, Vila Real/UTAD, 1999.

²⁰ Este Decreto Real, e respectiva anotação, foi publicado n’*O Conimbricense*, n.º5153, Março de 1897, pelo então director do jornal Joaquim Martins de Carvalho.

de tal forma o poeta assumiu os ideais revolucionários que, parodiando o sistema classista e de privilégios do despotismo, construiu para si uma linhagem sem mácula. Escreveu Filinto:

A família dos Nascimentos é antiquíssima. Na sua carta genealógica se estende, como Chefe, Adão. Seu filho Caim foi o primeiro em quem assentou o apelido de Nascimento: porquanto seu Pai não fora nascido, mas Criado: deste primogénito pois vem a linhagem dos Nascimentos que o autor do Pentateuco trás muito ao longo individuada de Pai e Filhos. As armas desta família são – Em campo de prata uma mulher parindo – (a qual é Eva). Job, que também era desta família dos Nascimentos, e foi potentíssimo Régulo nos desertos da Arábia, ajuntou ao escudo das antigas armas este lema em latim – Venhais embora, embora venhais –. David, Monarca da vitoriosíssima Judeia, ilustre vergôntea da árvore dos Nascimentos achando cabelos brancos a este lema fez outro mais comezinho, que diz assim – Boa estrela te acompanhe – (...) A família que contar Avós mais atrasados pode-se gabar de antiga. (Elísio 1817: I, 263)

É que, para Filinto, o talento vinha acima do berço, a superioridade era um dom natural que não se obtinha por nascimento ou por qualquer comenda posterior.

Por causa destas suas atitudes (ou, deveríamos antes dizer, luta?), Francisco Manuel tomou atitudes, emitiu opiniões nem sempre compreendidas por quem com ele conviveu ou as analisou posteriormente. Um bom exemplo disso são as peripécias ligadas à ode que Alphonse Lamartine lhe dedicou – *A un poète exilé* (Elísio 1818: V, 6-8)²¹ – e que o poeta publicou nas suas Obras Completas. Alphonse Lamartine, estimulado pela aprendizagem da língua de Camões que colhera junto do velho mestre, dirigiu-lhe, na referida ode, rasgados elogios que o poeta, ao que tudo indica, recebeu com quase ofensiva indiferença já que, como escreveu em nota:

Nem o divin, que o Autor das Stances me imbute, nem a alcunha de Horácio Lusitano (...) valia comigo têm. Um louvor moderado, mas sincero que me viesse

²¹ Joaquim Ferreira (Ferreira s/d: 35) cita uma nota de Lamartine à edição de 1820 das *Méditations Poétiques* na qual justifica a ode dedicada a Filinto do seguinte modo:

«Foi-me inspirada esta ode em Paris, em 1817, pelos infortúnios de um pobre poeta português chamado Manuel. Depois de haver sido ilustre no seu país, expulso pelas reacções políticas, refugiara-se em Paris, onde ganhava penosamente o pão da velhice. (...) Ele ensinava-me português, e ensinava-me a admirar Camões».

de Elpino, de Garção, ou do bom Duricense me contentaria mais, que todas essas encarecidas exuberâncias. (Elísio 1818: V, 10)

Aparentemente, estamos perante uma atitude algo incompreensível;²² mas, como escrevemos na nossa dissertação de doutoramento (Moreira 1999: 223), Lamartine, ao declarar a França como pátria de Francisco Manuel («C'est là qu'est ton séjour, c'est là qu'est ta patrie» (Elísio 1818: V, 6)) não se apercebera de que a França, se se afigurava como o modelo ideológico e cultural seguido e praticado por Filinto, era também o seu lugar de expiação porque a Pátria, sendo sagrada, não se troca nem se partilha. Talvez assim se perceba o motivo pelo qual o poeta preferia um simples louvor de um escritor português...

Mesmo assim, por que razão terá Filinto inserido a ode do romântico francês nas suas *Obras Completas*, já que lhe apôs um comentário, no mínimo, deselegante? Em nosso entendimento por duas razões aparentemente contraditórias:

- por despeito para com aqueles que, detendo o poder político e religioso na Pátria o ostracizaram, relegando-o para um desterro sem fim;
- por respeito (e também vaidade) à Pátria já que com o comentário pouco elegante que fez ao elogio de Lamartine institui a validade que teria, para ele, um elogio vindo de patrícios, equivalente, para ele, ao reconhecimento da própria Pátria.

Reafirmemos, contudo, que este mau humor de Filinto não era contra Lamartine ou contra a França. A questão deve colocar-se a um outro nível: a França não poderia nunca substituir a pátria de Francisco Manuel porque isso seria a descrença na sua própria condição pessoal, seria aceitar a mudança de valores intimamente ligados à sua qualidade de ser português – ora, não se pode substituir o insubstituível!...

De todo o modo, tinham razão a Intendência e o anónimo anotador da Patriarcal de Lisboa; a adesão de Filinto aos princípios da Revolução Francesa, a essa maravilhosa utopia que instaurou os direitos do homem e a liberdade, era um facto marcante da sua personalidade, do seu pensamento

²² George Le Gentil reagiu mesmo indignado a este «descaramento» do nosso vate acusando-o de não saber cuidar da sua popularidade. (Le Gentil 1951)

e um sintoma indelével da sua permanência por terras de França que se manteve inalterável até à sua morte.

Filinto não gostava de viver fora da Pátria? Não. Filinto queria regressar a Portugal? Claro que sim, mas hipotecar o seu regresso à condição de viver sob uma tirania despótica, religiosa e política, era demais para quem sonhava uma pátria livre e redentora. Por isso permaneceu em França... e aí morreu na miséria, mas livre!

Referências bibliográficas

- ANTT, Inquisição de Lisboa, *Processo n.º 14048 contra o Padre Francisco Manuel do Nascimento*
- ANTT, *Intendência da Polícia*, Livro 7.
- Olavo, Carlos (1944): *A vida amargurada de Filinto Elísio*. Lisboa: Guimarães & C.a.,
- Elísio Filinto (1817-1819): *Obras Completas* 11 vols. Paris: A. Bobée.
- Ferreira, Joaquim (s/d): *Líricas e sátiras de Filinto Elísio*. Porto: Editorial Domingos Barreira.
- Lecloux, Dominique (1992): “Un exilé portugais témoin de la Révolution Française: Filinto Elísio”. In Actas do Colóquio *A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, Vol. I. Porto: Universidade do Porto.
- Le Gentil, Georges (1951): *Littérature Portugaise*. Paris: A . Colin.
- Moreira, Fernando (1999): *Filinto Elísio – O Exílio ou o Regresso Impossível*. Vila Real, UTAD.
- Ortigão, Ramalho (1945): *Em Paris*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, Lda.
- Sané, Alexandre (1808): *Poésie Lyrique portugaise ou Choix des Odes de Francisco Manuel*. Paris: Chez Cérioux Jeune.

Filinto revolucionário¹

Filinto ofrece la más singular contradicción entre el espírito revolucionario de sus ideas y el amor fanatico que siempre tuvo á la tradition literaria á la pureza de la lengua. (Menendez y Pelayo: s/d)

Quando se ouve falar de Filinto Elísio, quando o poeta é objecto de referências em manuais escolares, histórias da literatura ou nos poucos estudos que, especificamente, lhe são dedicados, o que se diz ou escreve reporta-se, quase exclusivamente, a um Francisco Manuel enquanto homem da coisa literária ou estrénuo poeta defensor da pureza da língua portuguesa. Só de raspão há referência a um Filinto mentor de ideias, de um conjunto de ideias que campeariam, a pouco e pouco, por um Portugal um tanto avesso às novidades ideológicas e às profundas transformações sociais e políticas que a segunda metade do século XVIII pôs em andamento.

Contradictoriamente, alguns dos estudiosos mais atentos da vida e personalidade do Padre Francisco Manuel do Nascimento, reportando-se à presença do poeta em França, nos anos da Revolução, vêem-no «cego como um morcego» (Olavo 1944: 188) perante a vitalidade da civilização francesa pré e pós-revolucionária, ou então declaram-no «absorto e inerte» (Silva 1891: 30) perante as grandes convulsões que à sua volta se desenrolavam. São, naturalmente, excessivas estas conclusões pelo carácter peremptório como colocam a questão; contrariando estas visões, parece-nos que uma frase feliz de Nuno Daupias d'Alcochete coloca bem a problemática que pretendemos abordar:

O poeta acolheu a Revolução como uma aurora de liberdade, mas criticou-lhe igualmente os excessos. (Alcochete 1969: 20)

Sem procurar preencher semanticamente o alcance destas afirmações, Dominique Lecloux deixou algumas pistas de interesse atinentes ao papel de Filinto no trespassse dos ideais da Revolução Francesa para a realidade portuguesa, pistas com as quais concordamos e que vieram alargar um espaço que pertence, por direito próprio ao poeta. (Lecloux 1992)

¹ in *Anais da UTAD – Revista de Letras*, n.º5, 2000, pp. 129-138.

Não pretendendo ir mais longe no estabelecimento, feito até hoje, do modo como Filinto “viveu” o período revolucionário em França, sempre adiantamos que, nessa matéria, se tem mais treslido do que lido muita da literatura produzida pelo poeta. Digamo-lo frontalmente: estamos perante uma matéria ainda por desbravar e que, por ventura, urge estabelecer para melhor conhecimento do discurso político em Portugal na segunda metade do século XVIII, princípios do século seguinte.

Porque viveu muitos anos em França e durante o período revolucionário, alguns críticos exigem a Francisco Manuel uma presença mais actuante, terão desejado que fosse um homem de acção, coisa que, manifestamente, ele não era nem o fora em Portugal antes de se exilar fugindo à Inquisição. Mas, se não era um homem de acção, era homem da palavra e, por isso, o Santo Ofício o perseguiu até no exílio, facto de que se queixa². É uma realidade incontornável que Filinto foi um observador atento do processo revolucionário francês e plasmou, em muitos dos seus textos, uma adesão efectiva e afectiva, logo comprometida, com os seus ideais mais nobres³. É nossa firme convicção que o conhecimento destes textos, em Portugal (pelo menos de alguns deles), assim como a doutrinação trazida por aqueles que o visitaram no seu exílio, foi responsável, em larga percentagem, pela inviabilização permanente do seu regresso. Estamos a falar de um homem que celebrou efusivamente a emblemática tomada da Bastilha (Elísio 1817: III, 283-4), a queda do poder sacerdotal em França⁴, que aplaude a decisão da Assembleia Nacional francesa que aboliu os privilégios classistas, que criticou os esforços contra-revolucionários

² Francisco Manuel refere numa nota inscrita no Tomo VI a tentativa, por parte da Inquisição, de o atrair a Portugal nestes termos: «Veio de Lisboa um Lobo(Familiar) há 25 anos, bem amestrado ppor meus inimigos, inculcar-me, que partisse com ele para Portugal, que nada tinha que temer. Eu fiz como o Cabritinho: Mostre-me pata branca(scilicet) a Inquisição destruída». (Elísio 1818: VI, 156)

³ Referenciamos, como primeiro exemplo, uma ode significativamente intitulada *Ode à Liberdade*, dedicada ao Marquês de Bombelles, embaixador francês que esteve acreditado em Portugal nos anos de 1786-88, estadia da qual nos dá conta num diário (Bombelles, Marquis de (1979): *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal (1786-88)*. Paris)

⁴ Escreveu o poeta: «Essa Sphynge sacerdotal, que enigmas / Propunha aos Povos, acertou em França / C'o Édipo, que os soltou; que lhe deo morte, / Pelos Bons desejada». (Elísio 1817: III, 283)

chefiados pela poderosa Inglaterra⁵. Mas, se é certo que louvou o ideário revolucionário, também é verdade que não aderiu aos desmandos excessivos então praticados e daí a sua mudança de Paris para Haia no período mais conturbado, política e socialmente, da Revolução entre 1792 e 1796.

Da relação de Francisco Manuel com a França daremos conta em ocasião oportuna. Neste momento interessa-nos verificar de que modo é que Filinto, vivendo (e participando) mergulhado no caldo revolucionário, direcionou essa sua vivência e que tipo de discurso, a partir daí, construiu.

Diga-se, desde já, que Filinto vive, transporta e dirige essas suas convicções para Portugal, isto é, ele “vê” e reclama um Portugal livre, onde pudesse escrever, falar e pensar em liberdade; a Revolução foi o tubo de ensaio que permitiu a Francisco Manuel materializar, no seu discurso, uma linguagem revolucionária patente em muitos dos seus textos e notas, uma linguagem que é, essencialmente, de liberdade e que transportara consigo, embrionariamente, para França. Recordemos aqui que a independência da América e os seus heróis Washington e B. Franklin lhe mereceram versos enfáticos de regozijo:

Soltão-se os pendões livres
Ao teu sizado aceno,
Philósopho Franklin, que arrebataste
Aos Céos o Raio, o Sceptro à Tyrannia
(...)
De honra e valor armado,
Washington, alli te ergues,
E ao Congresso indeciso a fé abonas.

(Elísio 1818: V, 103)

Adiantemos, também, a sua postura anti-esclavagista, em versos que não resistimos a citar pela sua beleza e porque indiciadores de uma certa postura de visionário do próprio poeta de um acto que os Portugueses protagonizariam entre os primeiros, a abolição da escravatura:

⁵ São vários os remoques que dirige ao chanceler britânico da época, George Pitt, que chefiou a coligação de países europeus que se opunham à França revolucionária. Citemos um exemplo em que Filinto louva a República franca e critica os reis seus opositores: «Quando estenda a República dous braços; / Um que abarque Vienna, outro Bengala, / Onde ireis esconder-vos? Que Pitts astutos / Vos salvarão os thronos?» (Idem: 282)

Eis já Cabral descobres
 Os Brasis não buscados
 E, aos Povos, que te hospedam,
 Ignaro do vindouro, os grilhões lanças.

(Elísio 1818: V, 100)

Terão sido versos como estes que levaram o seu primeiro biógrafo, o francês Alexandre Sané, a escrever que

On dévorait en secret les ouvrages de Manoel, et depuis la revolution, surtout, il n'est point de Portugais qui, se trouvant à Paris, n'ait regardé comme une bonne fortune, et comme une sorte de devoir, de lui rendre visite. (Sané 1808: XXXIV)

Umas palavras que atestam a consideração tida para com Filinto enquanto referência política, avidamente procurado por concidadãos também eles de costas voltadas ao poder político em Portugal; é de Francisco Manuel, enquanto mentor de uma geração, no plano político, que falamos. E o poeta não desiludia os que o procuravam, desafiando, nos seus textos, todo um vocabulário libertário que permite uma notória proximidade com os princípios liberais que brevemente viriam a triunfar.

Exemplifiquemos o que ficou dito com excertos retirados de uma epístola escrita em plena efervescência revolucionária, em 29 de Novembro de 1791, que, por si mesma, justificaria para Filinto o epíteto de revolucionário. Registemos, antes de mais, que este texto foi legalmente proibido de circular em Portugal pelo Intendente Diogo Inácio Pina Manique o qual ameaçou com o degredo em África todo aquele que tivesse em seu poder um exemplar desta epístola e não o entregasse às autoridades. Sem papas na língua, Francisco Manuel afronta directamente o Intendente, esse «vil algoz da cándida verdade», e a acção por ele protagonizada, as perseguições, a devassa pessoal, a coacção policial, a censura:

Debalde então povoas as fronteiras
 De esfaimados malsins, pousas vexames
 Na Cidade, na Aldeia, nos caminhos,
 Levantas tribunais devassadores
 Da palavra, atributo inato do homem.
 Como se a livre voz, que nos é dada
 Para entreter comércio de alam a alma,
 Navegando nas asas do ar corrente,

Da plena boca aos ávidos ouvidos
Fora campeche ou sórdido tabaco,
Mercancia de cauto contrabando

Em vão profanas o sagrado selo
Das Cartas, que reclamam violadas
O público foral, público asilo.

(Elísio 1818: V, 425)

Arenga sobre a liberdade natural do homem, responsável só perante a sociedade.

(...)
O Homem, que nasceu para ser livre
Livre em suas acções, em seus conceitos,
E livre em bargante derramá-los,
Quanto à social Ventura não empecem. (Idem)

defende a liberdade de imprensa, conseguida em França:

Oh França ilustre, das Nações Rainha,
Tu sacudiste o vergonhoso encargo,
Que à imprensa abafava o claro grito:
Tu a remiste, ela hoje te liberta. (Ibidem; 431)

exalta a independência norte-americana, firmada na sua Constituição e exemplo a seguir

América feliz! Nação briosa
Que rompeste os grilhões do cativeiro
(...)
Oh ditosos! Oh bons Americanos,
Porque o tão venturoso exemplo vosso,
As protectoras asas despregando,
Não visita, e empenhado não consola,
Com seu voo, os impérios desastrosos,
As miserandas gentes oprimidas
Da fradesca ralé tirana, e néscia. (Idem: 429-30)

Na Revolução Francesa, Francisco Manuel consagra o triunfo de Rousseau, o “Rousseau imortal” que deu «(...) a regra, / Com que os Homens se igualam» (Elísio 1818: V, 199), um Rousseau que

(...) aos homens spontâneos
O rumo de ser livres, de ser homens...
Em que pese aos tiranos. (Idem)

Aliás, sem negar os ensinamentos de Voltaire, de Mercier e dos encyclopedistas em geral, é em Jean-Jacques Rousseau, na sua lição, que Filinto se filia, numa clara amostra de que o racionalismo voltairiano lhe seria insuficiente – a paixão e a emoção de Rousseau (conciliadas, é certo, com a Razão), esse decifrador das leis da Natureza, esse propagandista dos valores da Liberdade e da Igualdade entre os homens, batiam mais fundo nos ideais do nosso poeta. Jean-Jacques é o «bom Rousseau», o transportador da «tocha da Verdade», o «pavor da tyranna iniqüidade» que guia os povos e ensina os reis no sentido da Liberdade. (Ibidem: IV, 176)

Filinto partilhava, afinal, das afinidades da Constituinte que erigiu uma estátua ao autor do *Emile* e da Convenção que colocou os restos mortais do escritor no Panteão. Proclamando a soberania do povo em 1789, a Assembleia Constituinte francesa ultrapassava os outros filósofos e consagrava Rousseau cujos princípios ideológicos se encontram maiormente exarados na Declaração dos Direitos do Homem e nos actos dos convencionais; proclamando a Igualdade com a Liberdade, os revolucionários são sobretudo fiéis ao espírito do *Contrat Social*, obra que Marat comentava em público.

O revolucionário Filinto é um rousseauiano convicto, os seus ideais políticos plasmam-se nas reflexões de Rousseau, o seu sentido libertário anda de mão dada, por isso, com a dignidade humana. Alicerçado nestas convicções, Francisco Manuel acredita na sua propagação para a sua Pátria, tarefa para a qual também contribuiu, à sua maneira, acreditando que a Razão triunfaría sobre o fanatismo e a tirania; para ele, a França, transportando o «Tricolor Despeito dos Tiranos» (Idem: 143), abre o caminho, desafiadoramente, para a luta contra os déspotas, contra a opressão fradesca. Seria, aliás, esta briga contra o poder dos frades que concentrou parte do discurso político de Filinto, numa sequência já iniciada antes do seu exílio, beneficiando da “abertura” de Pombal. Conhecedor do meio eclesiástico, ciente dos seus vícios o poeta escreveu sobre os frades o que o diabo não terá dito da cruz. Daremos um exemplo singelo, mas elucidativo do modo como ele via essa «ralé maldita» (Idem: V, 200):

Cristo morreu há mil, e tantos anos;
Foi descido da Cruz, logo enterrado:
Mas téqui de pedir não têm cessado
Par o sepulcro dele os Franciscanos.

Tornou Cristo a surgir entre os humanos,
Subiu da terra aos Céus, lá está sentado:
E inda, à saúde dele sepultado,
Bebem (o saco o paga) estes maganos

E cuida quem lhes dá a sua esmola,
Que eles a gastam em função tão pia?
Quanto vos enganais, oh gente tola!

O altar mor, com dois cotos se alumia;
E o frade, co'a putinha, que o consola,
Gasta de noite o que lhe dais de dia.

(Ibidem 1818: IV, 149)

Apontado como herege e por isso exilado, Filinto encontrou, na marcha da Revolução o cadinho ideal para a evolução do seu pensamento e também para uma certa radicalização; perseguido como herético e libertino em 1778, após 1789 seria também revolucionário, um estatuto que fez por merecer enquanto cantor da Liberdade, defensor dos direitos do homem, opositor da escravatura e pela oportunidade do seu sentido de visionário contra os males do colonialismo.

Não sendo um político, sequer um homem de acção, é, no entanto, um mentor de ideias, um guia, e os seus textos reflectem uma preocupação social e traduzem um pensamento político decisivos para a formação de gerações vindouras; estamos até a referir-nos a textos que, sendo mais forte a vertente pessoal como quando ataca virulentamente o fanatismo religioso ou o poder temporal dos frades, emanam sempre um desejo de liberdade, meta essencial a cumprir; deixemos um exemplo:

Quem forjará na nossa Elysia (Oh Pátria,
Oh Pátria, que soubeste ambos os jugos
Sacudir, do Hespanhol, do Mouro, e dar-te
Claro nome!) quem forjará os raios
De livre ideia, que de Deos vem livre,

E livre a Deos, de si, razão só deve,
Raios, que assustem pálidos Tyrannos? (Idem: V, 433)

É pelas razões apontadas que falamos de um Filinto revolucionário, um Filinto que teve uma quota parte de responsabilidade significativa junto daqueles que protagonizaram a Revolução Liberal e cujo discurso encontra nos ensinamentos do poeta um referente essencial.

Filinto revolucionário? Claro que sim, quanto mais não fosse porque assim era visto pelo poder político-religioso do Portugal mariano. Como se comprova este sentimento? Atente-se apenas numa nota/comentário colocada à margem de um decreto real de 21 de Maio de 1796, autorizando o regresso do poeta mas que nunca chegou a ser oficialmente produzido; foi encontrado, significativamente, em documentos da Patriarcal de Lisboa e lê-se nessa anotação:

Este clérigo [Filinto] fugiu quando já havia ordem do Santo Ofício para o prender por libertino: era cura, ou couxa que o valha, das Chagas de Lisboa.

Depois se disse que estava na assembléa de França da revolução. Se agora vem é para ensinar o que lá de mais aprendeu lá.⁶

Et pour cause!...

Referências bibliográficas

Alcochete, Nuno Daupias d' (1969): *Bourgeoisie pombaline et Noblesse libérale au Portugal*. Lisboa: F. C. Gulbenkian.

Elísio, Filinto (1817-19): *Obras Completas*. Paris: A. Bobée.

Lecloux, Dominique (1992): “Un exilé témoin de la Révolution Française: Filinto Elísio”. In Actas do Colóquio *A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*. Porto: Universidade do Porto.

Olavo, Carlos (1944) *A vida amargurada de Filinto Elísio*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & Ca.

⁶ Este decreto foi publicado por Francisco Martins de Carvalho no jornal *O Conimbricense*, n.º 5153, Março de 1897.

Pelayo, M. Menendez y (s/d): “História de las ideas estéticas en España”. In *Encyclopédia Universal Ilustrada*, T. XXXVII. Madrid: Espasa Calpe, S. A . Ed.

Sané, Alexandre (1808): *Poésie Lyrique Portugaise ou Choix des Odes de Francisco Manoel*. Paris: Chez Cérioux Jeune.

Silva, J. Pereira da (1891): *Filinto Elísio e a sua época*. Rio de Janeiro: Companhia Impressora.

Jornal *O Conimbricense*, n.º 5153, Março de 1897.

Filinto Elísio – um exemplo de anti-clericalismo do século XVIII em Portugal¹

*Queixam-se, e sem razão de mim, os Frades.
Ninguém, mais que eu, respeita o intuito ascético
Dos Fundadores seus. Obra tão santa
Deus a inspirou benigno.*

*Se, contra os Frades clamo, que desonram
A Religião sagrada, hábitos, e votos;
Louvo os bons, louvo os santos, louvo os sábios,
Por gosto, e com respeito.*

(Elísio 1819: XI, 17-18)

Estas duas quadras, que colocamos em epígrafe, integram uma ode escrita pelo Padre Francisco Manuel do Nascimento (aliás Filinto Elísio) dedicada ao Marquês de Marialva, D. Pedro Vito de Meneses, então Ministro de Portugal em Paris e protector do poeta e enquadraram-nos no cerne da temática que pretendemos abordar; são também um registo escrito no ocaso da vida do autor (contava então cerca de 83 anos), mas revelam, por isso mesmo, uma marca do que foi a relação de oposição sistemática entre Francisco Manuel e um certo clero, mais concretamente os Frades.

Esclareça-se um pouco a questão: Francisco Manuel do Nascimento (1734-1819) nasceu de origem humilde mas, beneficiando do patrocínio de um mecenas (que se suspeita ter sido o seu verdadeiro pai), teve acesso a uma educação cuidada e a uma vida sem sobressaltos de maior e em abundância, pelo menos enquanto residiu em Portugal; ordenou-se padre, tendo-lhe o seu benfeitor adquirido a propriedade e consequente rendimento da Tesouraria da Irmandade das Chagas em Lisboa. É um homem adulto e já clérigo quando Sebastião José de Carvalho e Melo, por via do Terramoto de 1755, assume definitivamente o protagonismo

¹ in Actas do Colóquio *O Anti-clericalismo Português: História e Discurso*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002, pp. 103-113.

que a História lhe reconhece. Por intermédio de João Manuel, Patrão-mor da Ribeira das Naus e protector por nós referido, Francisco Manuel tem contactos de amizade com a família do futuro Marquês de Pombal, mais concretamente com os seus irmãos Francisco Xavier de Mendonça Furtado, também ele Ministro de D. José e responsável pela Ribeira das Naus, e Paulo de Carvalho e Mendonça, bispo, presidente do Senado de Lisboa e Inquisidor-Geral, o que explica o facto de se socorrer e aconselhar com ambos quando se sentiu acossado pela Inquisição². Desta amizade talvez radique a mais profunda e insondável explicação para o pombalismo incondicional de Francisco Manuel em toda a sua vida apesar de, a partir de dada altura coincidente com o seu longo exílio em França durante 41 anos (1778-1819) e de onde não mais voltou, criticar severa e asperamente o despotismo, esclarecido ou não.

Serve-nos este curto intróito para reconhecer em Francisco Manuel do Nascimento duas etapas do seu anti-clericalismo: antes e depois de 1778, isto é, o tempo vivido em Lisboa e o do exílio; temos numa primeira fase, um Francisco Manuel que, acomodado à situação desafogada em que vivia e protegido pelo chapéu do pombalismo, se divertia a frequentar outeiros, saraus literários, grades de convento, dedicar poemas às damas, namoriscar, fomentar disputas literárias³, traduzir clássicos e autores cujas obras integrariam as listagens de livros proibidos quer do Tribunal do Santo Ofício quer da Real Mesa Censória, a verberar, contestar e a provocar um certo clero que o Marquês procurou dominar, em especial os jesuítas e os responsáveis pela Inquisição; numa segunda fase temos um Francisco Manuel que, deposto Pombal e sob o reinado beato de D. Maria, se vê acossado pela Inquisição tendo fugido do país vindo a refugiar-se em França onde viveria o resto dos seus dias entremeados por uma estadia na Holanda durante os anos mais quentes da Revolução Francesa (1792-1796). É um Francisco Manuel traumatizado, permanentemente amargurado, despro-

² A prova do que afirmamos encontra-se em declarações prestadas por depoentes no processo que a Inquisição moveu contra o Pe. Francisco Manuel do Nascimento: Cf. ANTT, Processo n.º 14048 da Inquisição de Lisboa.

³ Referimo-nos aqui à Guerra dos Poetas que opôs o Grupo da Ribeira das Naus, onde pontificava Filinto, aos membros da Arcádia Lusitana, chefiados por Correia Garção. Francisco Manuel não participou directamente na polémica, mas foi um dos mais visados. Cf. A propósito o nosso estudo *Filinto Elísio: o exílio ou o regresso impossível*. Braga: APPACDM, 2000, pp. 81-118.

vido da abundância de que gozara em Portugal, saudoso de tudo quanto a Inquisição (e o Estado) o privara, dos bens que amplamente possuía à felicidade de uma *aurea mediocritas* vivida horacianamente na Pátria na companhia dos amigos. Ái viveu com grandes dificuldades e a sua produção literária e as traduções que efectuou foram o seu principal sustento, aqui e acolá reforçado pelo pecúlio amealhado com umas lições de língua portuguesa e por ajudas de amigos. Foi neste cenário de vida difícil com responsáveis bem identificados que Francisco Manuel deu à estampa a maior parte da sua obra e não é de estranhar que os seus ódios de estimação viessem a ocupar um lugar de destaque nessa produção literária. Note-se que, quando chega a França em Agosto de 1778, Francisco Manuel vai encontrar um país que fervilhava sob o impulso de novas ideias, das marcas da Encyclopédie que conhesceriam o seu clímax em 1789. Tudo isto virá a ter uma influência decisiva em toda a sua obra, especialmente no plano ideológico, somado que foi a uma predisposição, a uma permeabilidade e a uma crescente identificação, por parte do poeta, relativamente a essas novas ideias que já penetravam o país enquanto ele cá viveu⁴.

Homem de vida fácil, mundano até, Filinto levava uma vida muito própria num contexto político-religioso que só uma forte personalidade e os apoios certos permitiria,⁵ rejeitando mesmo quaisquer entraves ao seu *modus vivendi*, religiosos que fossem, motivo pelo qual, na formalização da sua acusação ao Santo Ofício tenha havido testemunhas que declararam não ter o poeta uma vida conforme à sua condição de clérigo pois a mesma, segundo uma delas, «(...) nam hera muyto ajustada nem conforme ao seu estado, vivendo luxuriosamente». ⁶ (Inquisição de Lisboa Proc. n.º 14048: 57)

Na realidade, Filinto pagava com a mesma moeda este enfoque, porventura exagerado, que lhe atribuíam os frades provocando-os, responden-

⁴ Vide algumas das traduções que o poeta efectuou, ou patrocinou, o tipo de leituras que se lhe apontam, os livros que possuía. A este respeito cf. a nossa obra citada na nota anterior bem como a acusação formulada no Processo da Inquisição de Lisboa n.º 14048 contra o Pe. Francisco Manuel do Nascimento. (V. tb. Moreira, Fernando (2000): *O Processo Inquisitorial de Filinto Elísio*. Braga: APPACDM)

⁵ Referimo-nos aos já apontados apoios dos irmãos de Pombal, mas também a uma boa rede de segurança junto do poder religioso-político, como era o caso da sua amizade com Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas.

⁶ Trata-se do depoimento de Frei Simão da Conceição, uma das testemunhas de acusação.

do-lhes à letra, argumentando e disputando com eles em matéria religiosa, em especial sobre alguns dogmas.⁷ Aliás, se os frades tiveram o poder de o perseguir (após 1777), Francisco Manuel teve o privilégio (e o prazer?) de sobre eles lançar um labéu de fanáticos, criminosos e responsáveis pelo estado deplorável e de atraso em que encontrava a sociedade portuguesa e o país em geral. Livre e independente, bem instalado na vida e com bons rendimentos, o clérigo secular Francisco Manuel representava o outro lado da moeda de que se alimentava o *status quo* político-religioso do país: um povo dominado pelos frades que nutriam um desrespeito humilhante para com o clero do século, em geral pobre e dependente dos primeiros. Isto mesmo observou Joseph Carrère quando passou pelo nosso país por meados da década de cinquenta:

Este país é dos frades, mais do que do clero secular. Aqui estabeleceram os frades a cabeça do seu império e a sede do seu despotismo (...) aqui protegem [os frades] todos os que lhes obedecem e esmagam tudo o que lhes resiste.

Aqui o clero secular é tratado pelos frades com desdenhosa altivez, contagiando o geral dos indivíduos do desrespeito vilipendioso com que os humilham. (Carrère 1989)

O que antes fora, pelo menos para ele, uma postura algo diletante que beneficiou da “abertura” de Pombal e da sua acção porfiada contra o excessivo poder religioso bem exemplificada com a expulsão dos jesuítas,⁸ tornou-se, após refúgio em França, num discurso de profundas convicções políticas, de autêntica doutrinação, em que a componente pessoal assume

⁷ O latinista António Félix Mendes, depoente no processo da Inquisição contra Francisco Manuel, informou o Tribunal ser o réu «(...) geralmente reputado por homem douto [e] muito instruído na Latinidade (...) como também na Filosofia e na história Ecclesiastica.» (Inquisição de Lisboa Proc. n.º 14048: 28)

⁸ Filinto foi um fiel seguidor e divulgador da estratégia de demonização dos Jesuítas levada a cabo por Pombal; como este, responsabiliza os inacianos pelo atraso secular do país, por um papel nefasto na educação e com consequências no desenvolvimento das ciências no país, em suma, pela perda do prestígio de Portugal após a época de ouro de Quinhentos («Os Jesuítas e a perseguição que intentou contra os homens instruídos, foram dois grandes infortúnios para a liberdade das ciências em Portugal» (Elísio 1817: I, 32)), e até pela perda da independência em 1580 pois, segundo Filinto, os jesuítas estiveram ao lado de Filipe II de Espanha ao instigarem D. Sebastião na ida para Alcácer Quibir. («Quando por traição de alguns nobres, e jesuítica perfídia usurpou o reino o Demónio Meridiano» [Filipe II] (Elísio 1817: I, 64)).

particular papel e que, para Filinto, encontrava a sua melhor motivação – pela negativa – no retorno dos frades ao poder com a entronização de D. Maria; anti-clericalismo é, em Filinto, sinónimo de livre-pensamento, uma expressão ideológica que nele se enforma com o conhecimento de Locke caldeado pelas ideias revolucionárias, em especial de um Rousseau e, logo, de um certo libertinismo.

Conhecedor do meio eclesiástico (afinal era um deles), ciente dos seus vícios e defeitos, sofrendo na carne a opressão do seu poder, Francisco Manuel produziu um discurso de ataque ostensivo e sistemático à fradaria responsável, em sua opinião, por todos os males que assolavam o país. Muito poucos terão sido tão incisivos nos ataques ao poder temporal da Igreja e aos desvios da sua função essencial e, note-se que não estamos perante a atitude de um descrente ou de um agnóstico, tão pouco de um deísta puro.(Dias 1993)⁹

O que Francisco Manuel critica do alto da sua própria condição clerical e sendo, repetimos, uma testemunha privilegiada dados os seus conhecimentos do meio religioso em geral e do domínio dos frades em particular, é a vida dissoluta dos frades e altos dignitários, o incumprimento dos seus votos, a devassidão dos seus costumes, aspectos que a concubinagem poder religioso/poder político favorecia¹⁰. Ilustremos um pouco citando, a propósito, um soneto que versa sobre práticas e condutas recorrentes dos frades, um poema com um discurso ostensivamente agreste, directo, sem meias palavras e que interpela, provocadoramente, o leitor numa prova evidente de esforço doutrinário de um público:

Christo morreó há mil, e tantos annos;
Foi descido da Cruz, logo enterrado.
Mas téqui de pedir não tem cessado
Para o Sepulchro dele os Franciscanos.

⁹ Graça Silva Dias emparceira Filinto com José Anastácio da Cunha identificando-o como um dos representantes do deísmo em Portugal, conclusão que não nos parece completamente defensável apesar de algumas attitudes do poeta e de um certo teor da acusação inquisitorial remeter para esse sentido. (cf. tb Inquisição de Lisboa Processo n.º 14048: 113)

¹⁰ José Gorani, um estrangeiro que visitou Portugal na segunda metade do século XVIII constatava isto mesmo e, sobre ao frades, escreveu: «Quanto aos frades (...) a maioria vivia numa pavorosa libertinagem. Alguns havia que chegavam ao ponto de durante a noite andarem metidos em aventuras de amor, munidos de uma grande espada debaixo dos hábitos». (Gorani 1945: 137)

Torna Christo a surgir entre os humanos,
 Subio da terra aos Céos, lá está sentado:
 E inda, à saúde delle sepultado,
 Bebem (o sacco o paga) estes maganos.

E cuida quem lhes dá a sua esmola,
 Que elles a gastão em função tão pia?
 Quanto vos enganais, oh gente tola!

O altar mor, com dous cottos se allumia;
 E o frade, c' o a putinha, que o consola,
 Gasta de noite o que lhe daes de dia. (Elísio 1818: IV, 149)

Para os mais incrédulos, Francisco Manuel dá testemunho pessoal do descrito numa nota que apóe ao soneto, afirmando que o exposto é «(...) a relação histórica do que sucedeio a certo frade, com quem eu e outro estudantinho meu camarada, andamos pedindo para o sepulchro». (Elísio 1818: IV, 149)

Apontemos um outro exemplo carregado de ironia em que o poeta alegoriza a vida terrena de um cristão do nascimento até à morte, pelos custos monetários que essa condição lhe exige em todos os momentos visando a conquista (a compra) do Paraíso:

Nasci. Logo a meus Páes custou dinheiro
 O baptismo, que Deus nos dá de graça.
 Tive uso da razão. Perdi a graça.
 Dei-me ao rol – chegou a Páschoa – dei dinheiro.

Quis casar c' uma Moça. Mais dinheiro.
 Brinquei com ella. Não brinquei de graça:
 Que aos nove mês, me custou a graça
 Para o Mergulhador Cappa e dinheiro.

Morro minha Mulhér. Não lhe achei graça:
 E menos graça no arbitral dinheiro
 Da Offérita; que o Prior não vai de graça.

Se o ser Christão requer sempre dinheiro,
 Como cumprem dar graças de graça
 Os que as graças vendem por dinheiro?¹¹ (Elísio 1818: IV, 183-4)

¹¹ Este poema é assinado sob o nome de Clemente de Oliveira Bastos, um dos

Pelos exemplos que ficam escritos, parece-nos lícito inferir que Francisco Manuel protagoniza e institui-se como um verdadeiro percursor do discurso anti-clerical que o liberalismo consagrou. Pertence-lhe, por mérito, um lugar no discurso de doutrinação política (e anti-clerical) e o reconhecido papel de mentor de gerações vindouras, de referência obrigatória no plano ideológico-político. Alexandre Sané, o seu primeiro biógrafo, regista esse papel de figura tutelar do poeta, o seu prestígio poético-político numa passagem da breve introdução que faz à publicação de algumas odes do poeta:¹²

On dévorait en secret les ouvrages de Manoel, et depuis la révolution, il n'est point de Portugal qui, se trouvant à Paris, n'ait regardé comme une bonne fortune, et comme une sorte de devoir, de lui rendre visite. (Sané 1808: XXXIV)

Muitos são os seus poemas que veiculam um discurso político cujo suporte essencial é um assumido anti-clericalismo.¹³ Escreveu mesmo um *Manifesto* em que, fazendo o elogio da Razão (= Lei e Liberdade) condena *a contrario* o papel nefasto dos frades, essa “ralé maldita” e facinorosa que inventou o infame tribunal da Inquisição e que amordaça os espíritos esclarecidos (Elísio 1818: V, 200); reivindica Francisco Manuel o primo da Razão para aliviar o homem das trevas em que o tem mantido a “Monacal superstição grosseira” (Elísio 1818: V, 201) e aponta a liberta França como exemplo a seguir; reclama o poeta contra a tirania religiosa e política, censura

pseudónimos de Francisco Manuel do Nascimento. Tal como o anteriormente citado vem ilustrado por um conjunto de notas de rodapé de entre as quais registaríamos a seguinte, por ser a primeira e por exprimir o sentido geral do texto e, convenientemente, o posicionamento do poeta na matéria em questão: «Les prêtres nous prennent en naissant, et ne nous quittent pas même en mourant; et tout cela pour de l'argent». Fica claro que o poeta separa Deus daqueles que, sendo seus representantes, fizeram da religião um negócio.

¹² Alexandre Sané, francês, foi discípulo do poeta português e com ele aprendeu a língua portuguesa; editou também um livro com uma selecção das odes de Francisco Manuel do Nascimento.

¹³ Entre os cerca de 900 originais de Filinto Elísio há, de facto, muitos poemas e notas que, no todo ou em parte, são exemplos de um discurso anti-clerical; estes textos surgem espalhados de forma “desorganizada” pelos diferentes volumes de originais das suas *Obras Completas* que, de acordo com o desejo por si manifestado numa nota do I volume não têm qualquer tipo de arrumação criteriosa.

(...) sacerdotes subtis
 Engordam com a substância, e puro sangue
 Que dos mesquinhos maltratados Povos
 Malvadas mãos espremem. (Elísio 1818: 211)

e critica a demagogia daqueles que alienam as pessoas com suposta teologia:

E esses astutos Malandrins, que as mentes,
 Com phosphoros theológicos nos cégoā.

(Elísio 1818: 213)

Por isso, os reis, executores/detentores do poder político, também são prendados com remoques por estarem vergados ao poder religioso, submetidos à autoridade do papa, verdadeiras sanguessugas das riquezas das nações:

Se os Reis tivessem tino, houvérao roto
 Em todas as tirânicas clausuras
 Seus votos imprudentes, ou matreiros
 E dado à Pátria Cidadões – baldados
 Em rezas vãas, ridículos trejeitos

porque finalmente

Que tinhão que dever os Reis, c'os Papas
 Que bem lhes vinha à Christandade, aos Reinos,
 De virem Cardeáes, virem Legados
 Sorver Thesouros, com que a Roma engorde,
 (...)
 Vós Reis tendes a culpa, que estes lobos
 Não espancáes do meio das ovelhas

(Elísio 1818: 434-436)

Crente de que a “excelsa santidão”¹⁴ em que o país vivia era a causa de todos os seus males, Filinto protagoniza uma cruzada contra os frades

¹⁴ A expressão é de Teresa Bernardino que desenvolveu um excelente estudo sobre a sociedade portuguesa de finais de Setecentos inícios de oitocentos. Cf. bibliografia final.

mentores e guardiões dessa situação.¹⁵ Não falamos de sentimento anti-religioso, mas anti-clerical: a crítica filintista recai toda numa perspectiva fradesca da religião que apresenta um deus vingador e não clemente, na demagogia “irracional” dos frades apoiados numa desumana Inquisição que domina pelo medo, que instila no povo um sentimento de medo irracional que mantém o país numa apagada e vil tristeza.

O discurso anti-clerical de Francisco Manuel tinha evidentes motivações políticas (e também pessoais, mas esse é assunto que aqui não cabe explorar) sendo que, muitas vezes, é difícil, senão impossível, separar os dois aspectos. O seu objectivo era simples: livrar o país da «ralé maldita», tirá-lo das trevas e alcandorá-lo ao nível das glórias de Quinhentos. Por isso, o alvo das suas críticas era bem evidente: destronar os frades do poder e eliminar de vez a Inquisição, esse Estado dentro do próprio Estado e instrumento perverso nas mãos da Igreja (e com proveito para os reis, claro). É neste sentido que, pese embora a pessoalidade da questão, toda a violência da escrita de Francisco Manuel contra o Santo Ofício deve ser enquadrada na convicção do poeta de que o aparecimento deste tribunal eclesiástico no nosso país está na relação directa da perda do seu prestígio glorioso; ora, se o programa de Filinto assentava na restauração da Fama de Quinhentos (e daí a sua luta estrénuia pela defesa da língua portuguesa) e no retorno ao prestígio do país protagonizado pelos Camões, Barros, Lucena, Albuquerque, Gama ou Cabral (onde o seu apelo ao aparecimento de “novos Gamas”), tal só seria possível com a eliminação das causas e assim se poderia remediar os efeitos perversos acumulados com os tempos.

Terá sido por isso que Filinto foi o único, na sua geração, a transportar da linguagem para o discurso termos como Tirania, Civismo, Cadeias, Liberdade, Grilhetas, Fanatismo, Algozes, Déspotas.¹⁶ E é o uso continuado de palavras como estas que marcam o seu discurso e fazem dele um denunciador obsessivo dos males do fanatismo dos frades, da opressão de uma Igreja, da tirania dos religiosos, do sentimento de medo

¹⁵ Referimo-nos, obviamente, aos frades, mas também a alguns nobres que Francisco Manuel designa, habitualmente, por Bonzos e Naires, respectivamente.

¹⁶ Esta observação foi pela primeira vez posta em destaque por Graça Silva Dias (Dias 1993: 208) e seguramente que a análise do discurso de Francisco Manuel, no quadro de um estudo discurso político em Portugal, merecerá um lugar de destaque.

entrinhado no povo, dos valores e agentes que suportavam um regime político-religioso caduco.

Pelo que ficou escrito, diríamos que o discurso anti-clerical de Francisco Manuel do Nascimento se institui como um fenómeno cultural (que, no seu caso, é também a afirmação de uma Pátria) pela representação simbólica e exemplar que assume: é a contestação pelo discurso investido de um poder simbólico que será resgatado e erigido pelas gerações futuras; assim se comprehende que, com o seu discurso anti-clerical, Francisco Manuel do Nascimento tenha construído um cenário e apontado caminhos que fazem dele um dos responsáveis pela ruptura política que o país viria a conhecer, mas à qual ele já não assistiria.

Referências bibliográficas

ANTT, Inquisição de Lisboa, *Processo n.º 14048 contra o Pe. Francisco Manuel do Nascimento*.

Bernardino, Teresa (1986): *Sociedade e atitudes mentais em Portugal (1777-1810)*. Lisboa: ICNM.

Carrère, Joseph B. F. (1989): *Panorama de Lisboa no ano de 1756*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Dias, Graça Silva (1993): “O deísmo em Portugal: Leitura de uma Biblioteca”. In *Actas do 4º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Hamburgo: Universidade de Hamburgo.

Elísio, Filinto (1817-1819): *Obras Completas* (11 vols). Paris: A. Bobée.

Gorani, José (1945): *Portugal (A Corte e o país nos anos de 1765 a 1767)*. Lisboa: Ed. Ática, Lda.,

Moreira, Fernando: (2000) *Filinto Elísio: o exílio ou o regresso impossível*. Braga: APPACDM.

Moreira, Fernando (2000): *O Processo Inquisitorial de Filinto Elísio*. Braga: APPACDM.

Sané, Alexandre (1808): *Poésie lyrique portugaise ou Choix des Odes de Francisco Manoel*. Paris: Chez Cérioux Jeune.

Filinto Elísio e o Marquês de Pombal¹

A leitura de um artigo do Prof. Kenneth Maxwell sobre o Marquês de Pombal intitulado *O Estado e o indivíduo no Portugal Setecentista: a Herança Pombalina* (Maxwell 1993: 35-62) conduziu-nos a um conjunto de reflexões motivadas pela pertinência e originalidade das ideias aí expostas, em especial pelo modo esclarecido como perspectiva o seu posicionamento em relação à figura controversa que foi, é e porventura continuará a ser Sebastião José de Carvalho e Melo.²

Kenneth Maxwell procura demonstrar, no seu texto, as razões que o levam a tomar partido pela classificação de Pombal como um despota iluminado, isto é, para ele Pombal foi um reformador, alguém que tentou, essencialmente, uma modernização de atitudes pela via de uma estratégia global de reformas, motivado por um conceito filosófico expresso, nomeadamente, por um dos seus “inspiradores”, o padre Luís António Verney que escreveu: «Filosofia é conhecer as causas pela sua causa, ou conhecer a verdadeira causa das coisas»; (Verney cit. Andrade 1981) no entanto, a saga reformista de Pombal apoiou-se num exercício implacável do poder, num esmagamento desregrado da oposição, numa tomada de partido sectorial dentro da sociedade portuguesa de então, num forçar quase sem limites (assente num pragmatismo subtil) a aplicação das medidas que preconizava. Daí que, escreve K. Maxwell, «(...) a sua grandiosidade reside na sua acção – para melhor ou para o pior», (Maxwell 1993: 57) consoante os visados se sentiam beneficiados ou prejudicados e daí ser o Marquês herói ou vilão, tirano ou patrono, flagelo ou benemérito. Kenneth Maxwell remata, em favor da sua tese de um Pombal enquanto tirano esclarecido, e apesar dos sentimentos contraditórios que a sua acção gerou, com o facto do ministro

¹ Texto apresentado ao Symposium on Portuguese Traditions, na UCLA, Califórnia, EUA, em 2001.

² K. Maxwell suporta com uma frase o carácter controverso das opiniões, no país e no estrangeiro, sobre Pombal: «Afinal de contas, é eternamente frustrante ser ao mesmo tempo aquele que imita, aquele que é culpado pela imitação e aquele que vê a imitação rejeitada por os que estão a ser imitados». (Maxwell 1993: 39)

de D. José, em contraste com a maior parte dos governantes iluministas que foram essencialmente teóricos, ser um homem de acção que realizou em grande parte os objectivos por si estabelecidos, com destaque para a reforma do ensino que foi responsável por um florescimento da ciência e da filosofia no Portugal do final do século XVIII.

A história do pombalismo (ou as histórias) nada nos diz sobre o Padre Francisco Manuel do Nascimento. Não consta que este alguma vez tenha participado activamente nas reformas então efectuadas ou que exercesse sequer qualquer acção de aconselhamento junto do Marquês, à semelhança de outros ilustres conhecidos como o já citado Verney, o Pe. António Pereira de Figueiredo ou o bispo D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas. Mesmo assim, Pombal e Francisco Manuel “cruzaram-se”, sobretudo após a morte do primeiro. Vejamos como.

Francisco Manuel do Nascimento e Sebastião José de Carvalho Melo apresentam semelhantes posturas, mas também diferenças se bem que o objectivo de ambos fosse, em nosso entender, basicamente o mesmo: o engrandecimento de Portugal, a colocação do país num patamar que já fora o seu, uma espécie de *primus inter pares* entre as demais nações europeias. O atraso endémico da pátria perturbava a ambos; as causas identificadas desse atavismo são comuns aos dois; as vias para alcançar o objectivo comum foram necessariamente diferentes dado o percurso de vida dos dois. Sem ser um homem de Pombal como o foram as personalidades acima apontadas, Francisco Manuel do Nascimento foi um pombalista assumido na medida em que a acção de Sebastião José mereceu, da sua parte, um apoio sem reservas.

Ter-se-ão os dois homens conhecido? Não temos nada que o prove nem o que quer que seja que negue essa possibilidade. Francisco Manuel era de origem humilde e alcandorou-se, durante o pombalismo, a uma posição relativamente importante no campo das letras e do saber (e também a uma sólida situação financeira). Se Pombal não privou com ele, decerto saberia quem era, atento como era às coisas da literatura – veja-se o apoio pessoal e directo dado à Arcádia Lusitana. Temos para nós ser praticamente seguro que Pombal conhecesse Filinto. Porquê? Bom, Francisco Manuel foi criado na Ribeira das Naus onde viveu com os seus pais de registo na casa do mais que provável verdadeiro pai, o Patrão Mor da Ribeira das Naus João Manuel; este funcionário respondia directamente perante Francisco Xavier de Mendonça Furtado, visita frequente da Ribeira das

Naus e irmão do omnipotente ministro de D. José cujo governo integrou até à sua morte em 1769. Ora, o Processo da Inquisição de Lisboa contra o Pe. Francisco Manuel do Nascimento dá-nos conta de um episódio em que se viu envolvido o acusado com uns padres de Rilhafoles ligados à Inquisição; tendo contestado abertamente e publicamente a existência do Santo Ofício e temendo ser perseguido, Francisco Manuel foi aconselhar-se junto de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e também com o seu irmão Paulo de Carvalho, membro do Conselho Geral da Inquisição e mais tarde Inquisidor Geral, que apaziguaram os seus temores. Parece-nos que este simples acontecimento nos prova até que ponto Filinto circulava junto da família de Pombal; arriscaríamos mesmo a possibilidade do poeta integrar o círculo de amizades da sua família. Mas não só da família já que também o nome de D. Frei Manuel do Cenáculo aparece referenciado no Processo como sendo conselheiro e amigo de Francisco Manuel, no qual apreciava a sabedoria,³ e sabemos muito bem a influência que este religioso tinha junto de Pombal e a acção meritória que desenvolveu no sentido da aplicação de medidas essenciais da política pombalina – a Real Mesa Censória e a Reforma do Ensino.

Para além destas circunstâncias que nos provam, no mínimo, a relação de proximidade de Francisco Manuel com Pombal, há outros dados que confirmam o apoio, mais ou menos visível, concedido pelo poeta às políticas e atitudes perpetradas pelo homem forte de D. José I.

Trinta e cinco anos separam o nascimento dos dois homens; trinta e sete os aparta na morte; quarenta e oito de vivência simultânea. Um era membro de uma família fidalga de reduzida projecção social, viveu praticamente anónimo até aos trinta e nove anos, momento a partir do qual inicia a sua vida ao serviço da coisa pública, primeiro em Londres (1738-44), depois em Viena (1744-49) integrando o governo do rei D. José a partir de 1750 dele saindo após a morte do rei em 1777. O outro, Francisco Manuel, de origem plebeia, de duvidosa paternidade, vai formar-se no escolasticismo vigente e aproveitará a abertura pombalina para conseguir fama e proveito que, de outro modo, lhe estariam vedados. Ambos tiveram vidas anormalmente longas para a época; eram ambos personalidades

³ A este respeito ver nossa edição do *Processo da Inquisição n.º 14048 contra o Pe. Francisco Manuel do Nascimento*, Braga, APPACDM, 2000, pp. 111-113.

fortes, de convicções firmes e foram essenciais no seu campo específico: se Pombal é a figura política que se conhece, também Francisco Manuel, com o pseudónimo de Filinto Elísio, foi um dos poetas que em vida maior reconhecimento e glória obteve. Sebastião José foi um líder político, Filinto foi o mentor de toda uma geração de poetas que o reverenciaram.

O Marquês de Pombal tentou (e conseguiu) reverter o quadro da governação joanina tão bem retratado nas seguintes palavras de Voltaire:

Quando queria [D. João V] um festival, ordenava uma procissão religiosa.
Quando queria um novo edifício, mandava construir um mosteiro. Quando queria uma amante, arranjava uma freira.⁴

Para tanto levou a cabo um conjunto de reformas estruturais que marcam o seu consulado: instituição de um sistema de ensino público estatal, reforma da Universidade de Coimbra, alteração e redução do poder da Inquisição, modernização do exército, abolição da escravatura, incremento das manufacturas, criação de companhias monopolistas e do Real Erário, sem esquecer esse exemplo máximo do urbanismo iluminista que foi a reconstrução de Lisboa; consequentemente, aliviou o poder da Igreja no Estado, expulsou os Jesuítas e enfraqueceu o poder da nobreza.

Talvez por tudo isto Pombal fosse ainda visto pelo povo, aquando da Revolução Liberal em Portugal, segundo testemunho deixado por A. Lyall, como um «tirano franco, activo e simpático» (Lyall 1827: 258), imagem de que o Marquês não gozava na Europa esclarecida; o processo dos Távora e do Duque de Aveiro e execução dos membros mais destacados das duas famílias juntamente com a queima do Padre Gabriel Malagrida construíram *ad aeternum* uma imagem negativa de Pombal que se atrevera a instigar a pronúncia de uma sentença e consequente execução – tortura, quebra de membros, roda, antes de serem queimados e expostos publicamente, castigos até então só reservados para gente do povo, hereges, judeus ou praticantes de bruxaria. Este facto acabou de pintar o quadro que os Europeus tinham de Portugal: um país dominado pela fradaria viciosa, por uma Inquisição fora de prazo de validade, um país afeito a grandes catástrofes sem explicação e, agora, seguindo uma prática judicial que, sendo comum na mesma Europa, atingia as vítimas erradas. Estes mesmos europeus es-

⁴ A este respeito ver nossa edição do *Processo da Inquisição n.º 14048 contra o Pe. Francisco Manuel do Nascimento*, Braga, APPACDM, 2000, pp. 111-113.

queceram que foi o Marquês quem despoletou todo o processo de extinção da Companhia de Jesus ao expulsá-los de Portugal em 3 de Setembro de 1759, uma data simbólica e emblemática pois coincide em um ano com o atentado sofrido por D. José cujas consequências estão na base de toda a animosidade para com Pombal, mas também da definitiva afirmação do seu poder. A queima de Gabriel Malagrida, um jesuíta velho e louco que anos antes entrara em conflito com Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Brasil e que, na sua loucura, espalhava aos quatro ventos o castigo divino que fora o terramoto de 1755 para os Portugueses, foi a cereja no bolo da tirania pombalina vista da Europa, mais a mais se considerado o facto do agente executor ter sido a Inquisição que agora o Marquês dominava a seu bel-prazer⁵ e que só em 1768 sofrerá uma reorientação ao ser considerada um tribunal régio e apenas em 1773 deixará, por decreto real, de perseguir os cristãos-novos. Temos para nós que o maior crime de Pombal (ou o seu maior pecado) foi tentar colocar Portugal no mapa da Europa, foi tentar demonstrar que esta Europa, ao contrário do que muitos pensavam (e outros ainda pensam) não começava nos Pirenéus. O esforço do Ministro deve ser visto como uma forma de contrariar aquela ideia de Portugal como uma colónia inglesa⁶, de mudar as atitudes de uma aristocracia dirigente, de acabar com os privilégios (e, porque não, com as ideias independentistas) de uma companhia missionária poderosa que, no Brasil, ainda a “vaca leiteira” de Portugal, (Boxer 1962) exercia não só uma acção missionária como também era proprietária de enormes extensões de terrenos, para além de estar isenta de pagamento de impostos.⁷

⁵ Por esta altura a Inquisição estava sem Inquisidor Geral por morte de D. Nuno da Cunha Ataíde; Pombal colocara o seu irmão Paulo de Carvalho no Conselho Geral do Santo Ofício o qual viria a ser nomeado Inquisidor Geral em 1769.

⁶ Jorge Borges de Macedo (Cf. Dicionário da História de Portugal, vol. V, Porto, Liv. Figueirinhas, pp. 113-121) defende o inglesismo de Pombal. Ora, como o demonstrou K. Maxwell, a acção pombalina visa, em grande parte, contrariar a excessiva influência da Inglaterra nos destinos de Portugal; pense-se em dois exemplos: a criação da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro, em 1756 e, um ano antes, da Companhia do Pará e Maranhão. Há mesmo uma frase do Padre João de Mansilha (homem de mão do Marquês à frente da Companhia do Alto Douro) dirigida a Pombal que, referindo-se aos ingleses, diz o seguinte: «(...) vamos magoá-los de forma a que não possam gritar». (cit. por Susan Schneider in op. cit., p. 169)

⁷ O filme *The Mission* retrata o conflito entre Jesuítas e a Coroa portuguesa,

A Europa foi cega a tudo isto, talvez porque não perdoasse a Pombal o facto de ter tentado colocar de novo Portugal no patamar das grandes nações. K. Maxwell, no artigo por nós já referenciado, tem uma frase que explicita na perfeição este pensamento e com a qual estamos de acordo por inteiro. Escreveu Maxwell:

Na Península Ibérica, o Iluminismo coincidiu com a luta em ser grande de novo: uma luta baseada numa adaptação consciente das técnicas que os espanhóis e os portugueses acreditavam terem sido usadas pelos seus concorrentes para os ultrapassarem. (Maxwell 1993: 40)

Terá sido por tudo isto que Francisco Manuel do Nascimento apoiava o Marquês de Pombal; os dois homens concordavam no essencial: a descrença numa nobreza parasita, o papel excessivo e pernicioso dos frades e em especial da Companhia de Jesus, a acção nefasta da Inquisição (aqui de forma mitigada para Pombal) e sobretudo partilhavam da ideia de um Portugal maior, um Portugal que se assemelhasse aos tempos áureos de Quinhentos.

Francisco Manuel é, como dissemos, um pombalista assumido.⁸ Celebra entusiasticamente a obra de Pombal, nomeadamente a reforma da Universidade de Coimbra,

Erguida a nova Atenas Lusitana
Por um novo Sólon, nova Minerva
Pisa as viçosas margens do Mondego
Com delicadas plantas. (Elísio 1818: IV, 64)

confílio que teve por base o Tratado de Madrid de 1750 que procurava resolver os problemas fronteiriços entre Portugal e Espanha e ao qual os inacianos se opuseram instigando os indígenas a pegar em armas. Na realidade, as missões jesuítas que iam do Amazonas até ao Rio de la Plata representavam uma séria ameaça aos interesses dos dois países, sobretudo para Portugal que já vira os missionários aliarem-se aos Espanhóis aquando da tentativa para definir uma fronteira natural para o Brasil. De todo o modo e na sequência do Tratado, Pombal, por interposta acção do seu irmão Francisco, vai mandar edificar uma rede de fortificações fronteiriças que constituem uma obra notável e permitiram estabelecer aquela que é, ainda hoje, a linha de fronteira do norte e noroeste do Brasil.

⁸ No nosso livro *Filinto Elísio: o exílio ou o regresso impossível*, Braga APPA-CDM, 2000, referimo-nos a esta circunstância como sendo também responsável pelo desterro do poeta.

e os seus Estatutos que impediram um «tropel de Tomistas, e Escotistas (...) De gritar sobre nada». (Idem: 67)

Comentando estes e outros versos, Teófilo Braga entende apenas que Filinto está a elogiar a obra feita e não o déspota. Haverá alguma verdade nesta apreciação, mas é nossa convicção de que Francisco Manuel, tal como tantos outros “filósofos” portugueses do seu tempo, julgou Pombal pelas suas obras, pelo efeito das mesmas e nunca pelos processos e métodos que levaram à sua concretização; estamos a falar de meios que justificam os fins e, por isso, concordando e citando António Ferreira de Brito «(...) génios como o de Filinto Elísio esqueceram e omitiram as páginas negras da administração pombalina, com todos os exageros que eram praticados». (Brito 1990: 27)

Esqueceram e omitiram⁹ porque a alternativa era pior; pior e hipócrita porque, convém lembrá-lo, após a morte de Pombal e apesar das acusações que contra ele se levantaram, os seus familiares continuaram nos cargos que antes desempenhavam, a viver com o fausto próprio da nata da nobreza, a distinguir-se positivamente, se acreditarmos nas palavras, cremos que insuspeitas, do Marquês de Bombelles e do viajante inglês William Beckford; o embaixador francês (1786-88) dá-nos conta da alta cotação da família de Pombal que era «(...) la mieux élevée, la plus sociable de Lisonne»; (Bombelles 1979: 107) Beckford, numa carta datada de 14 de Julho de 1787, apontava o fausto em que vivia a família do Marquês, a sua refinada educação e elegância não muito comuns em Portugal. (Beckford 1988)

Filinto pagou com o exílio as consequências dessa alternativa; terá sido também por isso que defendeu o “iluminado” Ministro contra os que o caluniavam mesmo após a morte.¹⁰

Por isso esqueceu os exageros da acção pombalina e exalta de modo encomiástico o papel do ministro de D. José, um «sábio honrador de sábios» (Elísio 1817: I, 429), um protector da sapiência e dos poetas, um feroz

⁹ Apesar de tudo, não deixa de ser surpreendente a omissão e o silêncio de Francisco Manuel perante o caso Malagrida, queimado por uma Inquisição contra a qual lutou toda a vida.

¹⁰ Após a morte de Pombal correram muitos boatos sobre a doença que o apontou no final dos seus dias, boatos que pretendiam denegrir a sua imagem. Filinto deixou-nos numa nota um exemplo desses boatos que corriam: «*Do Marquês de Pombal diziam os praguentos, que tinha cabelos no coração*». (Elísio 1817: I, 280)

protector do desvalido da Fortuna.¹¹ Para Filinto, Pombal está para D. José como Agripa para Augusto, comparação de todo essencial para se compreender o quanto o projecto do primeiro para Portugal, calava fundo junto do poeta, que reclamava os novos Gamas necessários à elevação do país.

Convirá aqui dizer que Francisco Manuel não é um homem de acção; digamos que a sua actividade política se quadrava num apoio, como vimos sem reservas, às reformas do Marquês, crente que estava nas suas ímpares capacidades de recolocar, por via de um despotismo esclarecido (de uma terapia de choque, diríamos), a nação num lugar que por direito histórico lhe pertencia. Foi assim que a expulsão dos Jesuítas teve o seu aplauso; à sua maneira também Francisco Manuel participou na ampla estratégia de demonização dos inacianos levada a cabo por Pombal apontando-os como autores dos males que se abateram sobre Portugal e o mantiveram num atraso secular após a época de ouro dos Descobrimentos.¹² Apontaremos dois exemplos; um primeiro em que o poeta responsabiliza os Jesuítas pelo atraso e opressão das ciências em Portugal, escrevendo:

Os Jesuítas, e perseguição que se intentou contra os homens instruídos
foram dois grandes infortúnios para a liberdade das ciências em Portugal. (Elísio
1817: I, 32)

E um outro no qual os padres da Companhia de Jesus são indicados como traidores e responsáveis pela perda da independência em 1580:

¹¹ Leia-se o que escreveu Filinto sobre o Marquês (1817: I, 429):

*Tal, tu Marquês, depondo os esplendores
Que bebes do Monarca
Só sabes que és valido quando acodes
Com mão potente ao triste
Que a travessa Fortuna traz de rojo
(...)
Sábio honrador de Sábios, agasalhas
Com risonho semblante
Os que amam a formosa Sapiência,
E os que o escabroso monte
Cansados trilham das estéreis Musas.*

¹² O ponto alto desta estratégia de Pombal foi o pedido de tradução do *Tartufo* de Molière ao poeta Basílio da Gama e o consequente patrocínio da representação.

Quando por traição de alguns nobres, e Jesuítica perfídia usurpou o reino
o Demónio meridiano [Filipe II]. (Idem: 64)

Também o ataque perpetrado contra importantes famílias da nobreza
e sua clausura não mereceu a Filinto qualquer reparo. Aliás, o poeta “vê”
uma pátria sadia e progressista sem os nobres, a quem chama de Naires:

Que feliz fora a Pátria (e eu com ela)
Se, varrido esse lixo de ruins Naires,
(...)
Fosse sadia, e nédia. (Idem: III, 296)

O apoio manifestado pelo rei e seu ministro às artes e letras – é
conhecido o apadrinhamento dado por Pombal à Arcádia Lusitana tendo
mesmo assistido a algumas sessões – levou Francisco Manuel a considerar
o treinado josefino como a «(...) segunda idade de ouro para a Poesia
Portuguesa» (Idem: I, 184) e a referir-se à «Restauração das Letras sob D.
José I» (Idem 1818: IV, 50), obra só possível com «(...) um tal Rei, um tal
Ministro» (Idem: V, 417).

Comprometido com o pombalismo, como tantos outros escreveu
Filinto uma ode *À Feliz Inauguração da Estátua Equestre de D. José I* onde
põe, na boca do pai do monarca encomiado, as seguintes palavras:

Fizeste o que não pude. Cinge o louro
Que o Deus que aqui nos rege,
Guardado tinha para quem, com brio
Os Monstros aterraram
E à Virtude , e à Ciência Altar erguesse. (Idem, Ibidem: 188)¹³

Escreveu ainda uma outra ode *Aos tiros de D. José I* denunciando a
covardia do atentado. (Idem: IV, 398)¹⁴

¹³ Esta participação de Filinto no coro de elogios escritos a propósito da inauguração da estátua equestre de D. José e ao mesmo tempo de Pombal já que um medalhão com a sua efígie emoldura o pedestal, mereceu-lhe uma recriminação áspera da sua amiga Alcipe (Dona Leonor de Almeida) então encarcerada em Chelas às ordens do Marquês. A futura Marquesa de Alorna não entendia esta adesão de Filinto.

¹⁴ Esta composição tem o título *Traidor chumbo acertou no régio braço*.

Mas nem tudo foram concordâncias da parte de Filinto em relação a Pombal. Directamente e de forma sibilina o Marquês mereceu um reparo por parte de Francisco Manuel quando numa nota aponta a acção de controle da Inquisição levada a cabo por aquele, criticando-o embora por não ter acabado com ela. Era já o exilado que falava e se queixava da Inquisição:

Podem replicar-me os devotos do Despotismo, e da Ignorância que a Inquisição tem hoje pouco poder, e faz pouco mal. Como são mentecaptos. Considerai bem que a Inquisição é como uma serpente, que está por ora como amodorrada mas que apenas, por desgraça de Portugal, subir ao trono um rei, a quem os padres fanatizem, súbito a amodorrada serpente acorda, espergiça-se, e tomando novas formas, remoçada devorará o Reino, que a não matou. Considerai que sopita um tanto no reinado de D. João IV, apenas ele morreu, com que devastadora crueldade não se ensopou ela no sangue das infelizes vítimas do seu ciúme, e da sua cobiça, até que o Marquês de Pombal a açaimou, bem que por descuido político a não acabou de todo. (Idem, ibidem: 87-88)

Indirectamente, também Filinto se manifesta contra a acção de censura da Real Mesa Censória não pela censura em si, mas pela falta de qualidade literária e capacidade linguística dos censores pois «(...) censura livros, quem não sabe escrever a sua língua». (Idem 1817: I, 29-30)

De críticas ou discordâncias para com a política pombalina nada mais se conhece; contudo, são conhecidas as relações de amizade de Francisco Manuel com figuras pouco gradas a Pombal; referimo-nos, em especial, à família Alorna à qual o poeta ajudou financeiramente e de cujas filhas Maria e Leonor foi uma espécie de preceptor, uma ajuda que lhe viria a sair muito cara pois o Marquês de Alorna esteve na origem da perseguição inquisitorial que o levou indefinidamente ao exílio.

Concluindo:

Apesar do que ficou escrito o que terá levado o “filósofo” Francisco Manuel a nunca contestar o consulado de Pombal, sequer a sua figura? Por outras palavras, porque esteve sempre cego o revolucionário Filinto perante a acção do despota Pombal? Parece-nos que a pergunta tem toda a razão de ser até porque, como vimos, foi a própria Alcipe quem o alertou para esse facto.

Terá sido a amizade com a família de Carvalho e Melo? Não o cremos pois o poeta deixou-nos provas sobejias da sua isenção nesse domínio como, por exemplo, quando criticou asperamente o seu amigo e protector António de Araújo e Azevedo por ele se ter “atrevido” a traduzir (mal, em sua opinião) Horácio. (Elísio 1818: IV, 286) Mais a mais, seria muito cómodo para Francisco Manuel fazer o que tantos outros fizeram após a queda de Pombal, procurando por essa via lavar a face e participar no enxovalho de críticas da Viradeira¹⁵. Podia, mas não o fez. Porquê? Temos para nós a convicção de que tal se deveu a uma dívida de gratidão que o poeta terá assumido para consigo mesmo, mas que exclui a vertente pessoal; falamos de uma dívida tão forte que lhe fez “esquecer” o quanto a sua faceta revolucionária e homem da liberdade estava em contradição com o despotismo, ainda que iluminado, de Pombal, o quanto o seu papel de cantor da liberdade contrastava com a acção tirânica do Marquês nesse domínio. Talvez Filinto visse em alguns aspectos da acção pombalina, com os quais não concordaria, um mal necessário, um meio que justificava os fins. Se fosse um voltairiano, talvez Francisco Manuel, como o filósofo francês, tivesse criticado Pombal; mas o nosso poeta, instruído, é certo, na lição de Voltaire, seguia mais de perto a cartilha de Jean-Jacques Rousseau que conciliava a razão com a paixão e a emoção; e a paixão de Filinto – tal como a do Marquês – era Portugal, uma paixão que via ameaçada pelos homens da viradeira, pelo regresso dos frades ao poder, pela reinstalação da Inquisição, pelo retorno dos privilégios da nobreza parasita, pela dependência do país perante países terceiros.

A tirania pombalina não foi um obstáculo para Francisco Manuel, antes o protegeu permitindo-lhe uma irreverência muito própria, um estilo de vida despreocupado e até diletante, talvez pouco conforme com a sua condição de sacerdote; ao invés, o fanatismo mariano perseguiu-o assanhadamente e levou-o ao exílio.

Sendo assim, a postura de Francisco Manuel para com Pombal deve ler-se à luz de uma atitude pessoal de quem via no ministro de D. José alguém capaz de usar o poder (de modo discricionário, é certo) para atingir o progresso do país. E se os brasileiros, fiéis admiradores de Pombal inscreveram na sua bandeira a divisa ORDEM e PROGRESSO, um

¹⁵ Sobre os textos anti-pombalistas ver Brito, Ant. Ferreira de – *Cantigas de Escárnio e Mal-dizer do Marquês de Pombal ou Crónica rimada da Viradeira*, Porto, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras, 1990.

outro admirador de Sebastião José não desdenharia de lhe acrescentar um elemento essencial ao ser humano – a Liberdade.

No fim de contas, talvez para Filinto também Pombal fosse um tirano franco e simpático...

Referências bibliográficas

- Andrade, A. A. Banha de (1981): *Contributos para a História da Mentalidade Portuguesa*, Lisboa.
- Beckford, William (1988): *Diário de William Beckford em Portugal e em Espanha*, Lisboa, Biblioteca Nacional
- Bombelles, Marquês de (1979): *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal (1786-88)*, Paris.
- Boxer, C. (1962): *The Golden Age of Brazil 1695-1750: Growing Pains of a Colonial Society*, Berkeley/L.A.
- Brito, Ant. Ferreira de (1990): *Cantigas de Escárnio e Mal-dizer do Marquês de Pombal ou Crónica rimada da Viradeira*, Porto, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras.
- Elísio, Filinto (1817-19): *Obras Completas*, Paris, A. Bobée.
- Lyall, A. (1827): *Rambles in Madeira and in Portugal in the Early Part of 1826*, Londres.
- Maxwell, Kenneth (1993): “O Estado e o Indivíduo no Portugal Setecentista: a Herança Pombalina”, in *Portugal: o Indivíduo e o Estado*, Lisboa, Ed. Fragmentos.
- Moreira, Fernando (2000): *Filinto Elísio: o Exílio ou o Regresso Impossível*, Braga, APPACDM.
- Moreira, Fernando (edição) (2000): *Processo Inquisitorial de Filinto Elísio*, Braga, APPACDM.
- Schneider, Susan (1956): *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto: Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII*, Lisboa.
- ANTT, *Inquisição de Lisboa, processo n.º 14048 – Processo contra o Pe. Francisco Manuel do Nascimento, Tesoureiro Proprietário da Igreja de Nossa Senhora da Piedade das Chagas, natural, e morador desta Corte, e hoje ausente*.

Filinto e Ribeiro Sanches – algumas notas

Quando chegou a Paris, nos primeiros dias de Agosto de 1778, após uma longa e custosa viagem que quase teve incidências dramáticas e durou mais de um mês e depois de ter estado escondido dos esbirros da Inquisição que vasculharam a cidade de Lisboa à sua procura, Francisco Manuel do Nascimento é um homem amargurado, choroso, mas esperançado num regresso rápido a Portugal. A cidade-luz foi um deslumbramento e a sua tristeza vinha amenizada pela esperança e, certamente, pela companhia de que desfrutou de um outro perseguido que com ele fez a viagem – Félix Avelar Brotero.

Na capital francesa, Filinto Elísio terá a oportunidade de acompanhar e conviver com um verdadeiro monstro da cultura e ciência médica portuguesas, o médico António Nunes Ribeiro Sanches; há entre estes dois homens um paralelismo, diríamos, circunstancial: separados no nascimento por trinta e cinco anos, a mesma distância os separa da morte; viveram ambos longos períodos de exílio, nunca regressaram à pátria, foram perseguidos pela mesma Inquisição mas, apesar de tudo, recolheram os dois fartos elogios dos seus naturais. Ausentes do país, as obras que deixaram (de natureza distinta, é certo) tornou-os mais presentes do que a presença física talvez o fizesse.

António Nunes Ribeiro Sanches foi, para Francisco Manuel do Nascimento, um caso de admiração pessoal e o tributo que este lhe prestou ao incluir, no IX volume das suas *Obras Completas* a sua tradução do *Elogio do Doutor António Nunes Ribeiro Sanches* feito pelo francês Vicq d’Azir, demonstra bem o quanto a figura deste prestigiado médico português se impunha perante o poeta que, desse modo, quis perenizar o conhecimento de tão ilustre português no nosso país.

Filinto teria gostado que alguém lhe fizesse o resumo histórico da sua vida na mesma dimensão e nos termos em Vicq d’Azir fez o de Ribeiro Sanches:

Abrigado das refregas, estimável pessoa, descansado vive; recorda o que observara, e o pôe por escrito, ou dá-o à luz; e então morre, quando tinha longamente dado em si o modelo da beneficência, e o da virtude. (Elísio 1819: IX, 7)

Ao leremos o referido *Elogio*, parece-nos óbvio que, com as devidas distâncias, Francisco Manuel se revê em muitos dos aspectos aí apresentados. Revê-se e concorda com eles. Mais a mais, é nossa convicção de que o poeta “conhecia” Ribeiro Sanches antes de privar com ele em Paris. O prestígio deste colaborador da *Encyclopédia Francesa*, deste sócio da Sociedade Imperial de S. Petersburgo era um facto em Portugal; o seu papel activo e contributivo para a reforma pombalina do ensino, nomeadamente do ensino da medicina, não seria do desconhecimento de um Francisco Manuel apoianto sem reservas da governação de Sebastião José de Carvalho e Melo.¹

Filinto apreciaria em Ribeiro Sanches esse uso da liberdade que a tudo preferira e, na sua obra, destacaria, com deleite, o denodado interesse que lhe merecia a sua pátria que, em razão do seu engrandecimento, o levara ao exílio; no seu vulto intelectual admirava Filinto a sua erudição suportada num saber de experiência feito, como tão bem o destaca o autor do *Elogio*:

Lá [na sua obra] é que se depara com erudição; não essa, que chamamos parasita, porque somente se ceva em passagens citadas, e publicadas por outros; mas sim a erudição cavada em seu próprio saber, tão fecunda em provas, quão alumada na escolha. (Elísio 1819: IX, 48)

Parece-nos, contudo, ser justo destacar dois outros aspectos que ligavam Filinto a Ribeiro Sanches e faziam dele objecto da sua admiração: o

¹ Permitimo-nos aqui citar a nossa obra *Filinto Elísio – o exílio ou o regresso impossível* (Braga, APPACDM, 2000) onde reflectimos sobre as leituras de Filinto, testemunhos do ambiente em que vivia, também ele enformado por Ribeiro Sanches:

«É neste quadro [figuras que se recusam a viver num país cujo governo ministerial despótico impedia a liberdade pessoal] que vive Francisco Manuel do Nascimento, num ambiente em que o despotismo ilustrado conduzido por Pombal, mesmo em matéria religiosa, fazia afastar os inconformistas, alguns daqueles aos quais, por razões notórias, as reformas empreendidas pelo Marquês não só agradavam como foram inspiradas pelas obras que produziram; referimo-nos, concretamente, a Ribeiro Sanches e a Luís António Vernei; nas *Cartas sobre a educação da mocidade* Ribeiro Sanches invoca a separação entre a Igreja e o Estado, devendo aquela submeter-se a este; no ensino, a Igreja só deveria ser responsável pelas cadeiras de Teologia e de Direito Canónico, que o Estado inspecionaria; por sua vez, este deveria criar universidades e extinguir a situação vigente. Também não deveriam os frades ensinar as primeiras letras ou qualquer outro tipo que não fosse do tipo eclesiástico. Como se vê, Ribeiro Sanches é um regalista e, portanto, facilmente se admite que as suas ideias, se não influenciaram directamente Pombal, alinharam-no mesmo patamar de pensamento». (Moreira 2000: 51-2)

valor da amizade e o seu posicionamento para com a Inquisição portuguesa, duas questões que mereceram a preocupação constante do poeta ao longo do seu exílio; a primeira, porque foi graças à generosidade de alguns dos seus amigos que as agruras do desterro se foram minorando (embora as falsas amizades também tenham estado na sua origem); a segunda, porque a eliminação do Santo Ofício foi, a partir de um dado momento, a luta de uma vida para Filinto.

Ora, resulta da leitura de Vicq d’Azir que, para António Nunes Ribeiro Sanches a amizade é um culto desinteressado que se pratica assente numa lealdade sem limites e com abnegação – é, no fundo, um estilo de vida; o testemunho registado pelo seu irmão em carta a M. Andry² de Novembro de 1783, pouco após a sua morte em 14 de Outubro de 1783 é um bom exemplo disso:

Tinha um Irmão, Médico também como ele, e que se achava empregado nos exércitos de El Rei de Nápoles, e cujos bens foram longos tempos bem limitados. Quando lhe eu pedi, que me desse alguns elementos acerca da vida privada do Dr. Sanches, tive em resposta o que se segue: «Muitos anos há, que tive a disgrácia de viver separado de meu Irmão, que nunca nas suas cartas me falou em mais, que no quanto inquieto ficava acerca da minha sorte, quando mesmo me acudia com os mais abundantes socorros. Até no centro da mesma Sicília me ia alcançar a sua generosidade; muitas vezes descobri ele maneira de me remeter munificências suas, em sítios, onde eu não avistava caminho, por onde lhe testificasse a minha gratidão. (Elísio 1819: IX, 52)

Embora não seja seguro que Ribeiro Sanches preconizasse a extinção total do Tribunal da Inquisição do Santo Ofício³, Filinto vê nele um resistente de décadas, uma vítima da Inquisição, o que, de facto, foi. Sem dúvida que o médico pessoal da czarina Catarina não apreciava a Inquisição, quanto mais não fosse porque odiava a discricionariedade da instituição, a perseguição sem quartel que movia às suas vítimas, em especial aos Judeus, o que ele também era; escreveu sobre a Inquisição – *Ideias para uso*

² M. Andry elaborou um catálogo dos livros de Ribeiro Sanches ao qual juntou um *Compêndio Histórico da Vida do Dr. Sanches*.

³ Nas suas *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760) Ribeiro Sanches não aconselha a «liberdade de consciência», nessa época, nas terras onde reinava D. José, o mesmo vale por dizer que defenderia uma reorientação do Santo Oficio o que, afinal, Pombal veio a fazer.

*meu, acerca da Inquisição*⁴ – reflectiu sobre a velha questão cristãos-novos / cristãos-velhos em Portugal⁵, causas da perseguição aos Judeus e proposta de finalização dessa distinção secular, reflexões que estarão na origem e fundamentos da lei pombalina publicada em 25 de Maio de 1773 que acabará com essa diferenciação e patrocinará a reforma do Santo Ofício em 1774⁶, resultado de um longo amadurecimento de ideias e de diferentes condições entretanto criadas no país: reforma do ensino, controle da alta nobreza, expulsão/extinção dos jesuítas, novos grupos económicos nacionais.

Conversas e convivência de uma amizade de cinco anos – 1778/1783 – terão levado Francisco Manuel a capitalizar, para a sua luta contra a Inquisição, os justos receios do Dr. Sanches para com essa instituição e terá sido por isso que, numa ode escrita para comemorar, uma vez mais, a data da sua fuga ao Santo Ofício, o poeta revive a felicidade da liberdade na companhia de outros dois proscritos – Sanches e Brotero – em momento posterior à morte do primeiro. É uma composição de 4 de Julho de 1806⁷, vinte e três anos após a morte de Ribeiro Sanches e Filinto relembrava a satisfação comemorativa e o momento que, propiciamente, era usado, de forma simbólica, para juntar descontentes e perseguidos pela Inquisição, esse «infame Tribunal», e sobre ela perorarem. Neste texto, Filinto apresenta Ribeiro Sanches como um «foragido da Pátria» (tal como ele)⁸, uma Pátria

⁴ Sobre Ribeiro Sanches e a Inquisição escreveu Vicq d'Azir no *Elogio: «Conservou sempre o Dr. Sanches rancor profundo contra certo tribunal, de que vítimas foram alguns dos seus amigos. Ideias, para uso meu, acerca da Inquisição* é o título de um manuscrito seu; e dessas ideias nasceu não voltar ele a Portugal, e vir antes morar em Paris, que por certo se ufana de ter sido muitas vezes o asilo dos que perseguiam esse tribunal». (Elísio 1819: IX, 35)

⁵ Vide Sanches, Ant. Nunes Ribeiro – *Cristãos Novos e Cristãos Velhos em Portugal*, Lisboa, 1956. A redacção do texto de Sanches é de Paris, 8 de Novembro de 1748.

⁶ *Regimento do Santo Ofício da Inquisição*, alvará régio de 1 de Setembro de 1774.

⁷ 4 de Julho de 1778 é a data em que Francisco Manuel fugiu aos familiares da Inquisição que se deslocaram a sua casa, manhã cedo, para o prender.

⁸ Em nota ao *Elogio*, Filinto queixa-se da ingratidão da Pátria (ou dos que a governam) que honra quem não merece e ostraciza quem mais a preza:

«Parece que tem sempre sido condão da Pátria Ter sido mais prezada pelos

que o persegue e aos seus parentes e amigos, queimando uns e torturando outros; o Tribunal do Santo Ofício é, aos olhos de Filinto (e de Sanches e Brotero) uma mancha sobre a imagem de Portugal na Europa das Luzes.

Seguro da sua opinião (e, porque não dizê-lo, usando esta estratégia para se esconder e melhor credibilizar os ataques desferidos contra a Inquisição), Filinto coloca na boca de Sanches todo o seu agastamento para com o Santo Ofício, esse «antro de assassinos tonsorados» que os reis, apesar do desprestígio que lhes acarretam e do escárnio que a pátria é dos outros povos, não eliminam:

Inda vive, inda reina, para injúria
Dos reis, que o não confundem, para escárnio
Dos Povos alumadios, e despeito
 Dos Sábios, e Humanos probos

Esse antro de assassinos tonsorados,
 (...)
Que ao saber pôem mordaças. (Elísio 1818: IV, 85)

Sanches (e Filinto) pede a vinda de um novo Hércules que os «Queimadores queime»; reivindica vingança para os ilustres perseguidos como José Anastácio da Cunha, Bartolomeu Lourenço, Filinto e ele próprio, que se vêem impossibilitados, pela acção criminosa do «Tribunal iníquo», de ilustrar a Pátria, uma Pátria que se comporta como uma megera que sanciona os crimes cometidos:

Quando virá um Hércules, que afouto
Os Queimadores queime?
 (...)
Vingue o Anastácio, vingue o bom Lourenço
E Sanches, e Filinto, e barões tantos,
Que a Pátria ilustrariam, se essa Pátria
 Não salariasse os crimes. (Idem: 86)

Crimes que afastam de Portugal os seus sábios, censuras que tolhem a criatividade e os arrojos dos homens de espírito, cuja ilustração é temida

grandes homens, que dela foram desterrados, e perseguidos, que amada pelos que ela honrou, e muitas vezes, sem mais merecimento, que a escolha da cega fortuna». (Elísio 1819: IX, 47)

pelos responsáveis inquisitoriais que, desse modo, mantêm o país na «boçal ignorância»:

Os crimes dos que a privam de tais astros
 Dos que adrede enoitecem tais engenhos
 Para encerrar melhor o seu império
 Na boçal ignorância. (*Ibidem*)

É a este Sanches que partilha consigo o ódio à Inquisição, a este Sanches que cultiva a liberdade individual como valor supremo e inquestionável que Filinto dedica duas odes. Uma delas vem inserida no quarto volume das Obras Completas, páginas 327-329 – *Ode ao Doutor António Ribeiro Sanches* – e é um verdadeiro hino à amizade, à «Divina Amizade», à «Santa Amizade», rara como os diamantes e só apanágio de alguns poucos, entre os quais Francisco Manuel coloca Ribeiro Sanches, um dos «(...) lembrados Amigos, que salvaram / A vida de Filinto». (*Idem, ibidem*: 328)

É no reconhecimento desta acção que Filinto se propõe, na outra ode por nós referenciada, escrita em Paris em 1789 – *Ode ao Doutor António Nunes Ribeiro Sanches* –, ser o Horácio deste seu Mecenas e assim retirar este Hipócrates dos tempos modernos do Letes do esquecimento ao qual o votara a «ingrata Elísia» que ele tanto prestigiara além fronteiras; porque mora no peito dos amigos, e logo no seu também, Francisco Manuel propõe-se louvá-lo em seus versos, expressando neles, para a eternidade, todo o mérito de Ribeiro Sanches:

Apenas morará teu claro nome
 No peito dos amigos saudosos;
 (...)
 Mas não morrerás de todo. A melhor parte
 De ti, nos versos meus, será eterna;
 Tens de ser celebrado, enquanto as letras
 Tiverem amadores. (*Idem*)

Porquê este fascínio, este louvor a Ribeiro Sanches?

Porque no reconhecimento dos méritos transnacionais deste seu compatriota Filinto Elísio celebrava um dos novos Gamas, imagem tão a seu gosto para reivindicar a necessidade de glorificação da Pátria, de mostrar o seu engrandecimento, e de afastamento do país dessa apagada e vil tristeza

em que caminhava desde a idade de ouro de Quinhentos. António Nunes Ribeiro Sanches era, para Francisco Manuel do Nascimento, um bom exemplo do engrandecimento que tanto desejava para Portugal, um Portugal que queria ver recuperar todo o prestígio de um passado glorioso.⁹

⁹ Da vasta bibliografia sobre António Nunes Ribeiro Sanches deixamos a indicação de três investigadores: Maximiliano Lemos, que fez um estudo autobiográfico no início do século XX; António Rosa Mendes que no final do mesmo século publicou um texto sobre Ribeiro Sanches e Pombal e, por fim, os vários estudos do professor Norberto Cunha, em particular sobre as cartas do médico português.

Bocage e Filinto Elísio¹

Em 15 de Junho de 1778, após ter escapado, onze dias antes, aos esbirros da Inquisição que o foram prender pela madrugada, um homem robusto, trajado de estivador e carregando um cesto de laranjas, entrava num navio sueco que o levaria ao Havre e depois a Paris, após uma viagem atribulada que demoraria cerca de um mês. Esse homem, que seguia sob disfarce, era o Padre Francisco Manuel do Nascimento, Tesoureiro da Igreja das Chagas em Lisboa, encomiado poeta e distinto tradutor, frequentador de salões literários, figura galante e possuidor de fortuna própria que lhe veio de um protector que, tudo o indica, era o seu verdadeiro pai, líder de um grupo de escritores que se travou de razões com a oficiosa Arcádia Lusitana chefiada por Correia Garção, amigo da família Pombal entretanto afastada do poder e de Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, opositor de um certo clero vicioso, adepto das novas ideias que sopravam de uma França pré-revolucionária e inimigo declarado da Inquisição. Aos 44 anos deixava assim para trás uma pátria amada que preencherá os seus textos até ao fim da vida e à qual não mais voltaria mas que com ele sempre viveu ao longo do seu exílio de 41 anos.

Nesse mesmo ano de 1778, Manuel Maria Barbosa du Bocage contava apenas 13 anos, preparava-se para assentar praça e frequentar a Academia Real da Marinha que durante cinco anos substituiu pelos botequins lisboetas e por uma vida boémia onde coube a frequência dos outeiros literários; um desterro voluntário de seis anos por terras do Oriente fá-lo sentir na carne a dor da ausência pátria e refazer a odisseia camoniana. O regresso à pátria, o desgosto amoroso, a sua irreverência anti-católica e anti-monárquica levam-no à prisão e colocam-no sob a alçada da Inquisição; uma redenção forçada devolve-o à liberdade que viveu por pouco tempo, próximo da miséria.

¹ in Actas do VIII Congresso da Associação Internacional dos Lusitanistas *Da Galiza a Timor* (vol. II). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela Publicaciónes, 2008, pp. 1771-1789.

É mais do que certo que os dois poetas não se conheceram pessoalmente – não é muito provável que um jovem de 13 anos frequentasse os mesmos locais de um quase velho de 44 anos... as suas vidas andariam por caminhos diferentes. Portanto, se o moço Bocage se cruzasse com o estivador disfarçado, a indiferença seria a reacção, naturalmente mútua. No entanto, muito na vida de ambos os unirá, desde logo porque marcaram, definitivamente, o tempo em que viveram (e mesmo o que partilharam de duas vivências que coincidiram por 40 anos, tantos quantos durou a vida de Bocage), e por paralelismos de percursos literários e de vida.

Amigos comuns como D. Leonor de Almeida, marquesa de Alorna (protegida e discípula de Francisco Manuel a qual, por sua vez, protegerá o poeta sadino que, em reconhecimento, lhe dedicará o último livro que publicou em vida²), Domingos Maximiano Torres (Alfeno Cíntio), José Maria da Costa e Silva ou, entre outros, Nuno Álvares Pereira Pato Moniz fazem a ponte entre os dois. E, se Francisco Manuel do Nascimento protagonizou uma dissidência com a Arcádia Lusitana de Pedro António Correia Garção e António Dinis da Cruz e Silva por intermédio do grupo da Ribeira das Naus, Bocage assume, por sua vez, um estatuto de independência perante a Nova Arcádia com a qual depressa se incompatibiliza satirizando as famosas “quartas-feiras de Lereno”³. Ambos são poetas independentes, figuras cujos vultos são incomportáveis pelas estreitas regras das Arcádias já que fazem da independência e do exercício da liberdade individual uma regra de ouro do seu *modus vivendi*. A abertura de novos caminhos mercê do afastamento das convenções e ortodoxias arcádicas foi a consequência e a sua contribuição para a poesia neo-clássica na sua caminhada em direcção a um romantismo emergente que já se vislumbra nos seus textos, particularmente em Bocage.

Mas, quando o furacão Bocage serpenteia pelas ruas lisboetas num final de século XVIII e início do século XIX em tudo perturbador para a vida histórica, social e política portuguesa, Filinto é, por essa altura, um velho de mais de sessenta anos, saudoso e cansado por um exílio que já se

² *Poesia de Manoel Maria Barboza du Bocage* dedicada à Ilustríssima e Excelentíssima Condessa de Oyenhausen, Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1804.

³ A Nova Arcádia reunia às quartas-feiras em casa do conde de Pombeiro José Vasconcelos e Sousa, um dos seus fundadores juntamente com Belchior Curvo Semedo (Belmiro Trastagano), Domingos Caldas Barbosa (Lereno Selinuntino) e José Agostinho de Macedo (Elmíro Tagídio).

arrasta por longos anos e, sobretudo, *persona non grata* para uma aristocracia reinante protagonista da Viradeira a par de um clero e de uma Inquisição que, mesmo em queda acentuada, não o pode ver nem pintado (quanto mais presente) e que se servem do seu cão de fila Diogo Inácio de Pina Manique para o manter à distância.

O mesmo Intendente Manique haveria de enquadrar Bocage em 1797 e prendê-lo por autoria de papéis ímpios e sediciosos quando este se preparava para fugir do país numa embarcação que seguia para a Baía, no Brasil⁴, remetendo-o de seguida para o poder inquisitorial. Manique tentou, mas não conseguiu, prender Francisco Manuel⁵ vindo a interditar a circulação de textos seus com destaque para a epístola *Enquanto punes pelos sacros foros*, um texto editado pelo poeta pela primeira vez em 1791 e que mereceu da parte do Intendente, em 1803, um editorial público no qual se ameaçava com o degredo em África todo aquele que tendo em sua posse um exemplar o não entregasse no prazo de trinta dias às autoridades⁶.

⁴ Em informação de 7 de Novembro de 1797, dirigida ao Inquisidor Geral, o Intendente Pina Manique dá conta da prisão do poeta Bocage e dos motivos que a presidiram:

Constando-se que nesta Corte e Reino giravão alguns papéis ímpios, e sediciozos, mandei averiguar quem seriam os autores deles, e encontrei que uma parte destes era o seu autor Manoel Maria Barboza du Bocage (...) que passados alguns dias também foi prezado a bordo de uma embarcação que ia fugido no comboio para a Bahia (...) Remeto também a delatação que me fez da cadeia o dito Manoel Maria Barboza du Bocage para que esse Sancto Tribunal lhe dé o peso que merecer.(ANTT, Intendência da Polícia, Livro 5, pp. 166 vº /167)

⁵ Foram várias as tentativas de fazer regressar o poeta ao país com promessas vãs de que nada lhe aconteceria.

⁶ Reza assim o Editorial:

Ao Digníssimo Ministro de Estado

Cumprindo o que V.Ex.a me insinuou em Avizo de data de 16 do preente sobre o sediciozo escrito intitulado Epístola ao M.to Rev.do Pe. Frey José de Carmello, estampado segundo dizem em Londres em 29 de Novembro de 1791 e que clandestinamente se tem espalhado neste Reino há poucos tempos; (...) Lembrame que para executar aquella Real Ordem seria necessário que eu fosse authorized pelo P. R. N. Sr. para mandar afixar uns Editais nesta Corte

Apesar de não se conhecerem pessoalmente, os dois poetas “encontraram-se” do mesmo lado da barricada numa linha de pensamento iluminista de pendor político e social que absorveu os ensinamentos ideológicos patenteados na Revolução Francesa, os de Rousseau em particular. O livre pensamento (aliado a uma irreverência comportamental) é uma marca de ambos que, aliás, esteve na origem das perseguições sofridas, e a palavra liberdade tornou-se um tema recorrente nos seus textos. É certo que Bocage, talvez menos estruturado mentalmente do ponto de vista ideológico-político do que Filinto, o faz num registo mais poético, mais pessoal e egocêntrico não deixando mesmo assim de denunciar o quadro despótico em que Portugal vivia; o seu poema/hino à liberdade é disso precioso testemunho:

Liberdade querida e suspirada
 Que o Despotismo acérrimo condena
 (...)
 Liberdade gentil, desterra a pena
 Em que esta alma infeliz jaz sepultada,
 (...)
 Vem, oh consolação da humanidade
 (...)
 Vem, solta-me o grilhão da adversidade. (Bocage 2004: vol. I, 297)

A liberdade dos versos bocageanos é a da trilogia da Revolução Francesa, mas é também a liberdade interior, da vitória sobre si mesmo, neste caso bem diferente do que se passou com Francisco Manuel que fez dela a palavra-chave do seu discurso poético-político denunciador sem descanso do fanatismo religioso, da opressão, da tirania despótica, dos valores que sustentavam o regime caduco vigente em Portugal. Por isso, Filinto Elísio canta Jean-Jacques Rousseau,

Tu, bom Rousseau, c'o a tocha da Verdade
 (Aborrida dos reis!) alumiate

e Comarcas do Reino para que todo aquele que tivesse na sua mão estes dois papeis da dita Epístola e o Hyssope Poema Herói-cómico, os fizesse entregar (...) no termo peremptório de trinta dias e no caso não esperado que assim não cumprissem ficarem sogeitos á pena de hirem degredados para hum dos Prezidios das Colónias deste Reino. (ANTT, Intendência da Polícia, Livro 7, 1 de Abril de 1803)

Os povos, e a ser livres os ensinaste,
Sinalando os forais da Liberdade. (Elísio 1818: T. IV, 176)

a “feliz América” e a “ilustre França”, Benjamin Franklin e George Washington e celebra, repetidamente, no dia dos seus anos e na data da sua fuga à Inquisição, a sua condição de exilado, mas livre,

(...) falei, sem mordaça inquisitória
Escrevi, sem temer malsins censórios,
Dei dous trincos bem rijos para os Bonzos,
E mais dous para os Naires. (Idem: T. V, 220)

porque, ainda nas suas palavras,

O Homem nasceo para ser livre
Livre em suas acções, nos seus conceitos,
E livre em largamente derramá-los,
Quanto à sociedade ventura não empecem. (Idem, ibidem: 429)

O primeiro biógrafo do Padre Francisco Manuel do Nascimento, o francês Alexandre Sané⁷, apresentou o escritor como um disseminador das ideias revolucionárias cujas obras eram lidas em segredo e também como um mentor de gerações visitado por todo o português que demandava Paris. Fazendo do verso uma arma de intervenção política, Filinto é, simultaneamente, um mentor de poetas e uma referência política: afinal, ele era o prestigiado e louvado poeta que vivia na França livre, que a cantava por isso mesmo, que elogiava os seus heróis, em particular o já nomeado Rousseau que, para o poeta, deu a regra «com que os homens se igualam» (Elísio 1818: T. V, 199) e lhes apontou «O rumo de ser livres, de ser homens». (Idem: 201)

O pensamento filintista era, com toda a probabilidade, conhecido por um Bocage atento e, também ele, adepto dos novos rumos políticos

⁷ Alexandre Sané foi um jovem francês que aprendeu a língua portuguesa com Francisco Manuel e publicou em França uma selecção das odes do poeta português com uma introdução constituída por uma pequena biografia do autor que alguns sustentam ter sido elaborada por Francisco José Maria de Brito, o que não nos parece muito provável já que Sané conviveu anos com Filinto e, portanto, estava de posse dos elementos que figuram nessa biografia. Cf. Sané, Alexandre (1808) *Poésie Lyrique Portugaise ou Choix des Odes de Francisco Manoel*. Paris: Chez Cérioux Jeune.

que tomava a França. Havia, em consequência, uma empatia ideológica entre ambos: sabemos o quanto Manuel Maria apreciou as ideias propagadas pela Revolução e como, melhor que ninguém, Francisco Manuel do Nascimento as disseminava por Portugal...

Bocage terá sido um dos receptores mais interessados pelos versos que Filinto, para ganhar a vida, fez circular em Portugal em folhetos avulsos; sabemos que foram muito apreciados talvez porque neles se observa, não apenas uma forma de poetar, mas uma sentida expressão do tempo vivido e também porque provinham de um celebrado poeta. Bocage não podia ficar alheio à força vital dos versos de um perseguido pela Inquisição que também ele detestava, de um homem culto e mestre reconhecido na arte de poetar.

Além de escritor, Francisco Manuel combateu arduamente os maus poetas exercendo uma intensa função crítica; não era de fácil elogio sendo até um crítico duro e implacável; bem comprovou a sua ira o seu grande amigo e protector António de Araújo de Azevedo, conde da Barca, que também escrevia uns versos (sob o pseudónimo de Olindo) e teve a ousadia de traduzir Horácio, uma tradução que lhe valeu de Filinto um poema sarcástico e jocoso:

Esse Horácio em Latim
E ess'outro traduzido
Cada um seja, a seu Nume (quanto a mim)
Por dívida of'recido.
A Vénus, o Latino; e o Lusitano
Of'reçam-no a Vulcano. (Idem: T. IV, 286)⁸

Outros dos seus amigos (para não falarmos de adversários como Félix Castrioto ou a Viscondessa de Balsemão) provaram na pele as marcas críticas da sua afiada pena. É, pelo menos, o que nos conta José Agostinho de Macedo em *Os Burros* referenciando duras apreciações de Filinto a obras de amigos seus como Francisco José Maria de Brito ou Vicente Pedro Nolasco da Cunha.

⁸ Segundo Inocêncio (1859: T. I, 88-89) Araújo terá ficado tão incomodado com a apreciação do seu protegido que não publicou em vida as suas traduções de Horácio. Frise-se, no entanto, que a amizade entre os dois não ficou afectada com este facto.

Mas, se não teve qualquer pejo em criticar obras de amigos e de outros poetas da sua geração (o que só atesta a sua imparcialidade judicativa), Francisco Manuel também sabia reconhecer a qualidade e não se cansou de elogiar Correia Garção, António Dinis da Cruz e Silva ou Domingos Maximiano Torres cujos méritos literários coloca acima dos seus. E também Bocage: o poeta era conhecido pelo seu talento – o inglês William Beckford dá-nos conta disso numa das suas cartas publicadas por Alexandre Herculano n' *O Panorama* – mas foi Filinto quem lhe pôs o carimbo da qualidade e a sancionou *urbi et orbi* nos seguintes versos em que anuncia a passagem de testemunho:

Lendo teus versos, numeroso Elmano
E o não-vulgar conceito, e a feliz frase,
Disse entre mim: «Depõe, Filinto, a lira
 Já velha, já cansada:
Que este Mancebo vem tomar-te os louros
 (...)
Desceo Apolo, e o Coro das Donzelas
 À morada de Elmano; e esse, que outrora,
 Canto nos dava nome, o pôs na boca
 De novo amado cisne. (Idem 1817: T. I, 232)

São palavras sinceras de alguém que sente o prazer de ver surgir um continuador prestigiado, um novo génio, que não tem qualquer rebuço em celebrar numa atitude humilde de render da guarda; podemos pensar que Filinto quis cavalgar a glória crescente de Bocage, mas fica mesmo assim o registo das suas palavras...

Conta-nos Teófilo Braga que, quando Francisco Manuel escreveu estes versos, Bocage travava uma «(...) luta de sátiras virulentas contra os poetas da Nova Arcádia» e se sentira, em consequência, apoucado por esses versistas medíocres (Braga 1901: 331). O texto filintista foi um lenitivo fantástico, um verdadeiro triunfo e a melhor arma que Elmano Sadino podia usar contra os detractores dos seus versos – a autoridade de Filinto era, por esse tempo, pouco menos que inatacável!... E Bocage agradeceu ao poeta exilado o seu gesto, aceitando os elogios e vituperando sarcasticamente os seus críticos na *Ode ao Senhor Francisco Manuel do Nascimento*, em resposta à ode precedente:

Zoilos! Estremecei, rugi, mordei-vos
 Filinto o grão Cantor, prezou meus versos,
 (...)
 O imortal corifeu dos Cisnes lusos
 Na voz da Lira eterna alçou meu nome.
 Adejai, versos meus, ao Sena ufano
 De altos, faustosos, marciais portentos,
 E ganhando amplo voo após Filinto,
 Pousai na eternidade em torno a Jove.
 (...)
 Fadou-me o grão Filinto um Vate, um Nume,
 Zoilos! Tremei. Posteridade! És minha. (Elísio 1819: T. XI, 28)

Parecem-nos bastantes estas palavras para se aquilatar do quanto foram reconfortantes para Bocage os encómios de Filinto e quanto ele o admirava. Uma simples comparação dos dois textos assinalados atesta a apreciação recíproca entre o velho poeta laureado e a nova estrela do firmamento poético, o novo cisne. Teófilo Braga entende que esta admiração trouxe animosidades contra Filinto, em especial dos que contestavam o gosto elmanista; mas o escritor não se importou com o facto e vazou, numa outra ode em que encarece o valor de outros poetas, o lamento pelo facto do destino lhe não ter permitido conviver com o poeta sadino, de o ouvir recitar os seus versos:

Quão muito, e muito mais do que eu valião
 Garção, Elpino, Alfeno!
 E tu, Bocage, a quem negou-me o Fado
 Ouvir-te (...) (Elísio 1817: T. III, 126)

Estas palavras reforçariam a convicção expressa por Bocage do sortilégio de ser admirado por Filinto que coloca junto de deuses e entidades míticas: «Caro a Febo, a Filinto, a Lísia, à Fama». (Bocage 2004: 355)

Falecido Bocage à beira de completar 40 anos, Filinto reforçou uma vez mais o alto conceito em que tinha Elmano escrevendo-lhe um elogio fúnebre em forma de epicédio, numa reiteração da sua crença na justa homenagem que lhe fizera ainda em vida. Esta morte foi um choque para Francisco Manuel que recebera pouco tempo antes o terceiro tomo das rimas que Bocage fizera publicar em 1804 e lhe enviara como forma de agradecimento; daí retirou Filinto uma das epígrafes que ilustra o seu poema fúnebre *Epicédio à*

Morte do Exímio Poeta Manoel Maria Barboza du Bocage: «Saudade perennal
geme, e avalia / Thesouro, de que he cofre a sepultura».

Mais uma vez, num poema longo de 210 versos ponteado por excessos mitológicos, a expressão sincera de admiração vem ao de cima numa celebração do homem Bocage e do poeta Elmano Sadino:

(...)

Olha um Bocage, glória do áureo Tejo,
Nesta era alto prodígio
Brasão desta orbe. Ascosos vermes pasce
(Ultraje inevitável!) no jazigo.

(...)

Teus sacros versos, que silêncio e pejo
Plantam nas línguas, plantam nos semblantes

Dos Mestres do áureo plectro
(...)

Perderam a toada
Que lhes vinha do peito altivo e forte,
Onde as Musas os sons lhes afinaram
C' o délfico alaúde.

(...)

Morram Ingénhos grandes, quais Bocage!
(...)

Vêm de Mântua o Cantor, e Horácio, e Píndaro;
Com mil aplausos, ledos apregoam:
Não cede à Itália, à Grécia
A Lusitana Musa. – Tecei c' roas
De hera e louro a BOCAGE. Nós, saudosos
Dizemos: «Vale, ELMANO!» – (Elísio 1817: T. III, 149-157)

Camões cruzou-se nos caminhos de ambos. Se Bocage, no esforço de imitação do modelo clássico, seguiu o poesar camoniano, e foi também em perseguição das vivências que melhor lhe possibilitassem a percepção do sentimento poético do vate humanista, já Filinto usa o autor d'*Os Lusíadas* também como modelo a seguir na restauração das letras e dignidade da língua portuguesa pois afirmava-se como «(...) o Alumno mais adorador que Camões teve n'estas eras» (Elísio 1817: T. I, 201), resgatando-o de um didactismo quase exclusivo em que, por esse tempo, tinha sido encerrado. Se Bocage reclama a semelhança com o fado camoniano para si, Francisco Manuel tornou-se um foco difusor da poesia do poeta num momento em

que o apelo ao orgulho pátrio fazia todo o sentido – o rei estava no Brasil e o país era governado pelo muito contestado inglês Beresford – chegando ao ponto de falsificar uma versão “original” manuscrita de *Os Lusíadas* que tentou vender ao Morgado de Mateus quando este intentava fazer a edição monumental do texto camoniano. As necessidades a isso o levaram...

Marcados por um destino que os fez penar amargamente, Filinto Elísio e Bocage cruzaram-se nos gostos literários (com Camões à cabeça) e tiveram de fazer da escrita o seu parco ganha-pão. As amizades que amplamente celebraram não obstaram às dificuldades vividas depois de caírem em desgraça perante o poder político-religioso; Filinto foi poeta, Bocage também; Bocage traduziu, o mesmo fez Filinto; agitadores de consciências, um e outro foram perseguidos por motivos políticos e religiosos; ambos protagonizaram um patamar prévio de afirmação do movimento romântico em Portugal; as polémicas satisfaziam o ego de cada um e o espírito provocatório estava-lhes no sangue.

Poetas de gerações distintas, nem por isso deixaram de cultivar uma mútua admiração e os ismos adversários futuros (filintismo / elmanismo) foram, como é de regra, mais um puro produto de seguidores radicais do que o resultado de uma qualquer teorização pessoal que tenham desenvolvido intencionalmente.

Para a posteridade fica essa antevisão de Francisco Manuel do Nascimento para com os méritos de Bocage, certamente porque os reconheceu no jovem poeta, mas também porque viu nele o continuador natural do seu próprio trabalho e, por aí, o futuro da poesia portuguesa... donde os seus elogios.

Referências bibliográficas

- AN / TT – *Intendência da Polícia*, Livro 5, pp. 166vº / 167.
AN / TT – *Intendência da Polícia*, Livro 7, 1 de Abril de 1803.
Bocage, Manuel Maria Barbosa du (1804): *Poesia de Manoel Maria Barboza du Bocage*. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira.
Bocage, Manuel Maria Barbosa du (2004): *Obra Completa* (7 vols). Porto: Edições Caixotim.
Braga, Teófilo (1901): *Filinto Elísio e os Dissidentes da Arcádia*. Porto: Livraria Chardron.

Elísio, Filinto (1817-1819): *Obras Completas* (11 vols). Paris: A. Bobbée.

Sané, Alexandre (1808): *Poesia Lyrique Portugaise ou Choix des Odes de Francisco Manoel*. Paris: Chez Cérioux Jeune.

Silva, Inocêncio (1859): *Dicionário Bibliográfico* (vol. I). Lisboa: Imprensa Nacional.

Filintismo: pugnava pela vernaculidade e sobriedade da linguagem, pelo hipérbato e latinismo que lhe dava virilidade; pelo rigor na expressão das ideias, pelo abandono das rimas, pela veneração do horacianismo e quinhentismo.

– estilo arcaizante e preferência pelo verso branco, mais viril, de prosaica aspereza;

Elmanismo: defesa do conteúdo subjectivo-confessional, de forma empolada e retórica, da orquestração verbal rica de metáforas e hipérboles, do gosto pelos choques emocionais, entusiasmos vibrantes ou lances trágicos, expressões esfumadas e paisagens crepusculares.

– harmonia sempre igual, fluência oratória com recurso a fáceis bordões.

A edição de Filinto das *Cartas duma Religiosa Portuguesa*

Indo ao encontro de um vasto público, as versões de *Sucessos de Madama Senneterre e Heroicidade do Amor e da Amizade* enquadraram-se numa tradição de dois séculos que na segunda metade do século XVIII encontra entre nós exemplos lapidares na obra do Pe. Teodoro de Almeida *O Feliz Independente...*¹ ou na reedição do *Tempo de Agora*² de Martim Afonso de Miranda feita por Bento José de Sousa Farinha, no ano de 1785; também as *Cartas duma religiosa portuguesa*, formalmente, pertencem a um género vindo da Antiguidade – uma carta amorosa que já se encontra em Ovídio – mas que o século XVII enroupou para a sua própria época: uma mulher, uma voz feminina exprimindo uma paixão amorosa quase doentia.

A Carta foi um género literário que os escritores dos séculos XVII e XVIII cultivaram abundantemente; lembremos, como exemplos, as *Lettres Persannes* de Montesquieu ou as *Lettres Anglaises* de Voltaire ou então as Cartas e Epístolas com que Filinto recheia a sua vasta produção literária dirigidas a um destinatário identificado mas com um alcance público naturalmente mais vasto.³ Mas as *Lettres Portugaises* tinham algo de particular que as tornam numa referência de uma nova forma de amar: amar como a religiosa portuguesa tornou-se um modelo por longos anos.⁴

¹ Esta obra cujo título completo é *O Feliz Independente do mundo e da Fortuna, ou Arte de Viver Contente em Quaesquer Trabalhos da Vida: dedicado a Jesu Crucificado* foi publicada, pela primeira vez no ano de 1779, pela Regia Officina Typográfica, em Lisboa.

² Obra composta por dois volumes, de pendor moralista e editada pela primeira vez, em Lisboa, em 1624.

³ São em número de dezassete as cartas e epístolas de Filinto, com natural destaque para a Carta ao Amigo F. J. M de Brito. Pelo significado e relevância no conjunto da obra do poeta, pelo seu interesse poético e pelo conteúdo de crítica social que a maioria delas comporta, as cartas de Francisco Manuel mereceriam, um estudo atento que está por fazer.

⁴ Como escreveu Stendhal em *La vie de Rossini*: «Il faut aimer comme la religieuse portugaise».

Impressas pela primeira vez em 1669, a autoria das *Cartas...* foi um mistério durante muito tempo: havia um tradutor (Gabriel Joseph de Villeragues), um destinatário (o Cavaleiro de Chamilly), mas do autor desta considerada obra-prima da escrita passional nada se sabia. O século XIX endossou à Mariana referenciada nas *Cartas...* essa autoria e descobriu-lhe a identidade – Sóror Mariana Alcoforado, uma freira de um convento de Beja; tal cometimento fixou-se até meados do século XX, altura em que investigações mais aprofundadas vieram atribuir ao suposto tradutor, Gabriel Joseph de Villeragues, a autoria das mesmas *Cartas*.⁵

Porquê este estratagema utilizado por Villeragues? Fidalgo e diplomata, a sua condição social tê-lo-ia impedido de assumir abertamente este tipo de obra. Por isto mesmo, foi venturoso o sucesso destas *Cartas...* que, desde 1669, conheceram muitas reedições, adulterações, motivaram respostas, sequências várias e inúmeras traduções do Inglês ao Romeno, do Português ao Italiano, passando pelo Alemão, Holandês, Polaco, Espanhol ou Hebraico. Ao permitir ao leitor a impressão de poder imiscuir-se na intimidade de um diálogo confidencial, as *Cartas...* tornaram-se um verdadeiro *best-seller* e o termo “portuguesa” colado que estava a uma suposta autoria de uma freira enclausurada num convento passou a designar uma carta onde se exprimia «(...) une passion que rien ne peut excuser que l'amour même» acreditando nas palavras de Madame de Sévigné numa carta endereçada “A Guitaut”, de Janeiro de 1682.⁶

⁵ A questão sobre o verdadeiro autor das *Cartas* foi investigada por António Gonçalves Rodrigues que, em 1935, publicou o estudo intitulado *Mariana Alcoforado: história e crítica de uma fraude literária* (Coimbra, Coimbra Editora, 1935) e, posteriormente, por B. Xavier Coutinho, em 1980, num texto com o título *Um escritor a menos na literatura portuguesa: Sóror Mariana Alcoforado* (Lisboa, Separata das *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa*, Letras, 21, 1980); os títulos destes dois estudos são elucidativos quanto ao posicionamento destes dois investigadores relativamente à questão da autoria das *Cartas*. Há ainda um outro estudo de António Belard da Fonseca que merece ser referenciado (*Mariana Alcoforado: a freira de Beja e as “Lettres Portugaises”*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Imprensa Portugal-Brasil, 1966). Mais recentemente, um estudo de Ana Alexandra Seabra de Carvalho retomou a questão da autoria retomando a possibilidade de uma autoria de origem portuguesa no seu texto *O Jogo das Cartas e da Tradução: ainda o caso das Lettres Portugaises*, inserido no livro *Relações Literárias Franco-Peninsulares* (Lisboa, ed. Colibri, 2005).

⁶ Para mais informações ver *Le Nouveau Dictionnaire des Oeuvres*, T. IV, Paris, Robert Lafont, 1994, pp. 4088-89.

Correram (e correm) muitas versões das *Cartas...*, sendo certo que a primeira edição de 1669 era composta apenas por cinco cartas com cerca de trinta páginas. Brito Aranha, no tomo 16 do Dicionário Bibliográfico contabiliza cinquenta e duas edições até 1806, em francês e em inglês, número do qual o próprio desconfia pois, como afirma, «A forma por que algumas [edições] aparecem descritas faz-me nascer a apreensão de que houvesse da parte de alguns livreiros o desejo de aproveitamento dos saldos de edições anteriores, sem consumo para entrarem no comércio como edições novas».

Na realidade, as *Lettres Portugaises* conheceram uma primeira versão em inglês catorze anos após a primeira edição francesa (*Five love-letters written by a cavalier, in answer to the five love-letters written to him by a num*, London, R. Bentley and M. Magus, 1683) logo seguida de uma outra em 1689 (*Five love-letters from a Num to a cavalier*, London, printed for James Partridge, 1689) após as quais se imprimiram muitas outras; contudo, a presunção de Brito Aranha não está inteiramente correcta: não foi para a língua inglesa a primeira tradução que foi feita das *Cartas...*, mas sim para italiano como se pode constatar pela existência de um exemplar na Biblioteca Nacional por sinal tendo sido pertença do inglês Edgar Prestage – *Lettere amorose portughesi frà una dama di Portogallo, & un Cavaliero di Francia*, transportate dal portughese in francese, e dal francese in italiano per Narbonte Pordoni, in Venetia: apresso Pontio Bernardon, 1682. A convicção de que as *Cartas...* teriam sido vertidas de português para francês resulta do título da primeira edição de 1669 – *Lettres portugaises traduites en françois*, Paris, Chez Claude Barbin, 1669.

Inocêncio Silva também regista as *Cartas...* como documento da literatura portuguesa e afirma que Mariana Alcoforado «(...) passa na opinião de muitos como autora das célebres cartas» (Silva 1859-62: 144) adiantando ainda que «(...) o original português, porém, nunca viu a luz; e se em verdade existiu, parece haver-se perdido de modo que não resta esperança de recuperá-lo». (Idem: 145) Estas dúvidas de Inocêncio viriam a revelar-se acertadas e são mesmo curiosas se pensarmos que foram produzidas numa época em que as primeiras versões portuguesas, que foram impressas em França, estariam a fazer o seu percurso difusor de modo mais aprofundado nos leitores nacionais; o próprio autor do Dicionário Bibliográfico confessa saber da existência da tradução do

Morgado de Mateus, mas revela não ter tido acesso à mesma.⁷

Pelo rastreio que efectuámos, a tradução de Filinto Elísio das *Cartas...* publicada em 1819, com o título de *Cartas duma religiosa portuguesa*, terá sido a primeira em língua portuguesa e a forma, digamos, discreta como introduziu a sua versão neste décimo volume não escapou à análise de Inocêncio; sabendo do carácter prolixo do poeta, conhecendo o seu costume de tudo anotar de modo a tornar mais legíveis (?) os seus textos e traduções Inocêncio Silva refere que Filinto editou as *Cartas...* «(...) sem mais prólogo, advertência ou explicação, que lhes sirvam de comentário». (Silva 1859-62: 145) Registada a observação de Inocêncio, e concordando com ele, é, de facto, no mínimo estranha esta atitude de Filinto: como compreender o seu silêncio perante uma obra que tudo indicava ter sido escrita por uma portuguesa, ainda por cima religiosa, uma obra com um discurso quase licencioso para a época e que ele expunha pela primeira vez em língua portuguesa para o público-leitor português? Frise-se que muito poucos conheceriam o texto em Portugal, afirmação que se sustenta pelo facto de, ainda em 1741, setenta e dois anos após a primeira impressão, e já com muitas reedições e traduções, Barbosa Machado, na sua *Biblioteca Lusitana*, não dar qualquer notícia das *Cartas...* nem de Mariana Alcoforado! Filinto tão pouco explica a autoria do texto que traduz, ou faz qualquer notícia, sequer uma referência a respeito... nem mesmo esclarece o que quer que seja sobre a edição que traduziu, claramente mais extensa que a original de 1669. De modo diferente procedeu o seu amigo e protector José Maria de Sousa Botelho, Morgado de Mateus, que, traduzindo também ele as *Cartas...*, as editou seguindo a versão de 1669, aí incluindo uma notícia biográfica sobre o mesmo texto e atribuindo a autoria a Mariana Alcoforado.⁸

Começa com estes autores o percurso em português das *Cartas Portuguesas / Cartas duma Religiosa Portuguesa / Cartas de Mariana Alcoforado*.⁹ Daremos, em seguida, alguns exemplos desse percurso; nos anos 70 do século XIX, Camilo Castelo Branco reeditou e prefaciou a versão do Morgado

⁷ Opinião curiosa para quem afirma que a tradução do Morgado de Mateus era mais fiel que a de Francisco Manuel do Nascimento!

⁸ Morgado de Mateus (ed.): *Lettres Portugaises*. Paris: Firmin Didot, 1824.

⁹ A titulação da obra é muito variada como se poderá verificar pelas notas a seguir incluídas.

de Mateus;¹⁰ seria, porém, só em 1894 que surgiria uma outra tradução em português, feita por Luciano Cordeiro, que seria reimpressa algumas vezes.¹¹ Afonso Lopes Vieira fez também a sua versão em 1941,¹² que foi antecedida por uma de Jaime Cortesão com um esboço crítico e editada em simultâneo no Porto e no Rio de Janeiro, em 1920,¹³ por uma outra de Joaquim Gomes (Coimbra, 1914)¹⁴ uma de J. Rodrigues, em 1921,¹⁵ e de várias edições não identificadas de Livrarias e Editoras – Livraria Barateira (191-),¹⁶ Livraria Profissional (193-),¹⁷ Guimarães e C^a (1923).¹⁸

O pós-25 de Abril assiste a um novo fôlego tradutório das *Cartas...*; em 1974, Nunes de Figueiredo faria uma nova tradução para a Europa-América e o poeta Eugénio de Andrade fez outro tanto na mesma década para a Editora Limiar, uma versão que viria a ser retomada, primeiro pela coleção de livros R.T.P., em 1980, com edição bilingue, e depois pela Assírio & Alvim, em 1993, também em edição bilingue, que faria sair uma nova

¹⁰ *Cartas de Amor ao Cavalheiro de Chamilly* / Sóror Mariana (trad. Morgado de Mateus, prólogo de Júlio Brandão. Nova Ed. / com um prefácio biográfico de Camilo Castelo Branco), Porto, Lello& Irmão, 187-.

¹¹ *Cartas de Amor ao Cavalheiro de Chamilly* /Sóror Mariana (tra. e ver. Luciano Cordeiro), Lisboa, M. Gomes, 1894, com reimpressões em 1913, 1921 e 1924.

¹² *Cartas de sóror Mariana lettres portugaises* / Mariana Alcoforado (trad. Afonso Lopes Vieira), Lisboa, Tip. Portugal/Brasil, 1941. A edição de Afonso Lopes Vieira, fazendo fôr nos exemplares existentes na Biblioteca Nacional, foi a única efectuada durante o Estado Novo.

¹³ *Cartas de Amor* / Sóror Mariana (nova restituição e esboço crítico de Jaime Cortesão), Rio de Janeiro-Porto, Anuário do Brasil-Renascença Portuguesa, 1920.

¹⁴ *Cartas de amor de Sóror Mariana: seguidas das respostas* (versão de Joaquim Gomes), Coimbra, 1914.

¹⁵ *Cartas de amor ao cavalheiro de Chamilly* /Sóror Mariana Alcoforado, Lisboa, J. Rodrigues, 1921.

¹⁶ *Cartas de amor* / Sóror Mariana Alcoforado, freira de Beja (ed. completa), Lisboa, Livraria Barateira, 191-.

¹⁷ *Cartas de amor ao cavalheiro de Chamilly* /Sóror Mariana Alcoforado, Lisboa, Livraria Profissional, 193-.

¹⁸ *Cartas de amor* / Sóror Mariana Alcoforado (pref. Manuel Ribeiro), Lisboa, Guimarães & C^a, 1923.

impressão em 1998, com prefácio do tradutor. Relativamente às versões destes dois últimos tradutores, seja-nos permitido o apontamento de uma curiosidade: mesmo depois do estabelecimento da autoria por nós indicado, as traduções de Nunes de Figueiredo e de Eugénio de Andrade continuam a manter no título a marca autoral de Mariana Alcoforado.¹⁹ Uma questão de marketing ou puro sinal de que a questão da autoria ainda não se esgotou, pelo menos para alguns?²⁰

Voltando a Filinto e à sua edição das *Cartas...*: o autor colocou, na arrumação que fez das suas *Obras Completas*, o texto atribuído então a Mariana Alcoforado no X volume, que alinhou com três outros textos de índole moralista, isto é, de um lado temos um conjunto de textos formal e eticamente inatacáveis e, do outro, temos a transgressão assumida, a insubordinação que põe a nu situações tantas vezes vividas e sempre, ou quase sempre, silenciadas por uma moral vigente. Cheira a erotismo, a paixão estreme em cada frase das *Cartas...*; tresanda a desafio, a transgressão cada parágrafo que a religiosa supostamente escreveu. Não descartando a força de razões materiais ponderosas para a tradução/publicação das Cartas..., admitimos quase como certa a hipótese da irreverência provocadora de Francisco Manuel do Nascimento, uma das marcas mais fortes da sua personalidade, que se manifestava mesmo nos momentos mais complicados da sua vida, estar, também ela por detrás desta edição. Teríamos, então, um Filinto que, com um naipe de traduções satisfaz uma clientela tradicional e, com um outro, dando largas à sua personalidade irreverente, abre portas aos novos tempos (e a novos leitores e leitoras) que veríamos confirmados nos discursos intimistas, certamente mais reservados, de um Carlos e de uma Joaninha, personagens que o seu assumido discípulo Almeida Garrett tornaria imortais na literatura portuguesa.

¹⁹ *Cartas portuguesas* / Sóror Mariana Alcoforado (trad. Nunes de Figueiredo), Mem Martins, Europa-América, 1974.

Cartas portuguesas / atribuídas a Mariana Alcoforado (pref. e trad. de Eugénio de Andrade), 2.ª ed., Lisboa, Assírio & Alvim, 1998. Edição bilingue em português e francês.

²⁰ Também Maria da Graça Freire faz outro tanto no Brasil, já que promoveu uma edição, em 1962, integrando o texto numa coleção significativamente nomeada Nossos Clássicos, e concedendo a autoria a Mariana Alcoforado – Freire, Maria da Graça (ed.) *Cartas* / Mariana Alcoforado, Rio de Janeiro, Ed. Agir, Col. Nossos Clássicos, 1962.

Filinto e a tradução

1 – Filinto tradutor

Francisco Manuel do Nascimento reconhecia na tradução um acto de extrema complexidade e o carácter particularmente alusivo que assaca a cada língua acrescentava-lhe obstáculos maiores. No caso específico das *Fábulas* de La Fontaine, em que a vertente alegórica assume um peso significativo, as dificuldades roçam, não raro, a impossibilidade; disso tem consciência o nosso poeta quando escreve, no *incipit* da sua tradução as seguintes palavras:

Traduzir em Portuguez as Fábulas de La Fontaine, com o mesmo pico, e dar luz às multiplicadas allusões que nellas vêm, com a mesma singeleza do Original, sempre o tive por impossível, (ao menos para mim) e assim o declarei ao íntimo Amigo, que com honradas instâncias, me forçou quasi a traduzi-las. (Elísio 1818: VI, 2)

Porque traduziu Filinto La Fontaine? Porque lhe pediram, porque quase o obrigaram a isso e porque (embora o não diga) precisava do dinheiro da tradução.

Francisco Manuel está consciente de que ser fiel ao original estorva muitas vezes a tradução (Idem: 165) sendo necessário, com frequência, faltar à fidelidade das palavras e ajustar-se o tradutor à intenção da frase; sabe também que nem sempre há termo correspondente na língua para a qual se verte o original; mas, neste particular, sempre se recusou a aportuguesar palavras, especialmente francesas, como era moda no seu tempo. Perante este facto, Francisco Manuel socorre-se da matriz latina da língua portuguesa¹, do exemplo dos bons escritores de Quinhentos como Camões ou Barros, ou de palavras do povo, primeira e última referência da sabedoria. Tantas vezes recupera palavras que estão já fora de uso...

¹ Escreveu Filinto (Elísio 1818: VI, 458): «Lembrou-me de pôr haurir em lugar de sacar; e a razão foi, que não temos verbo (que eu saiba) com que traduzir o verbo puiser em toda a amplidão do seu significado. O verbo haurir a dá inteira: e é tão natural à nossa língua deduzir da Latina as palavras, que lhe faltam».

que outras tantas lhe valeram críticas azedas². Todas as questões ligadas ao uso linguístico as explica Filinto na sua *Carta ao Senhor F. J. M. de Brito*³, verdadeiro tratado de defesa e ilustração da língua portuguesa e cuja leitura se recomenda. (Elísio 1817: I, 26-107)

As razões e metodologia do poeta para o seu modo de escrever e traduzir explana-as ele numa nota que apóe a uma das fábulas por si traduzidas. Justifica-se Filinto:

(...) nós, que depois da perda de El Rei D. Sebastião, perdemos (pela irrupção e barbaridade da Ignorância) o fio da Literatura, e o lustre da linguagem, que adversos casos, e ruim governo marearam; vendo-nos na urgente necessidade de restaurar a língua, que tanto padeceu, e chegá-la àquella altura, em que a pozerão Camões, Barros, etc., que nos cabe fazer?

Beber-lhes o estylo; copiar phrases e palavras, imitar-lhes o tom, e contextura do discurso (...). Tiremos do Latim muitas palavras, que nos faltão, e accommodémolas a boas ideias; que eu lhes prometo, que em breve tempo será mui abastada, e nobre a nossa língua Portugueza, nem lhe ficará resâbio algum de Francesismo. (Elísio 1818: VI, 231-232)

Tais justificações servem também para os obstáculos colocados pelo estilo de La Fontaine, «(...) um Poeta, por mil modos, dificílimo que a cada passo ajunta duas palavras; e o faz com o fito de ser conciso e dar novidade, e galantaria ao tecido das suas Fábulas.» (Idem: 332) Perante tais atribulações, somadas a uma ausência de trinta anos que levava do país quando traduziu La Fontaine, Francisco Manuel coloca a idealidade da tradução, de forma lapidar, nestes termos:

Estas Fábulas, para valerem alguma cousa, na Tradução, devião ser começadas, quando eu cheguei a Paris; quando eu vinha ainda com a memória

² Esta estratégia justifica-a Filinto com o próprio estylo e linguagem de La Fontaine, afirmindo em nota: «Se em alguma tradução é permitido o uso de palavras arredadas, depois de alguma temporada, da conversação, ou da escrita, em nenhuma é não só mais permitido, mas ainda necessário usar delas, como na tradução destas Fábulas, onde o autor revocou da antiguidade palavras, e frases obsoletas, e que já para os mesmos contemporâneos necessitavam de commento. E como todo o Autor deve ser traduzido com todas as suas bellezas, e seus senões, para que o retrato semelhe ao Original: Ergo». (Elísio 1818:VI, 336)

³ Francisco José Maria de Brito, Secretário da Legação Portuguesa em Paris, e amigo do poeta.

imbuída de linguagem Portugueza; e depois emendas, em quanto às alusões mal vertidas, e significados mal expressos, ou versos mal torneados. E guardá-las na gaveta, com proibiçao de sahir à luz (...) 30 e mais annos, em que eu melhor inteirado da língua, e usos francezes, das allusões do Original, desse à Obra menos imperfeições, do que ora leva (...). (Ibidem: 440)

Concluindo, Filinto traduziu seguindo a rota apontada e fê-lo porque quis, acima de tudo, defender a língua portuguesa da bastardia francesa que a corrompia e assim dotá-la de um estatuto de dignidade que outrora foi o seu, fazer, de resto, o que os mesmos franceses faziam com a sua própria língua:

(...) darei um abono mais de quanto fujo de afrancezar a língua e da muita razão que para isso tenho.

É muito boa, é muito para estimar a língua franceza; mas nem por isso pede que abastardeem com ella as outras línguas, que tem índole diferente da sua. Cuidem os Portuguezes em fallarem bem a sua, e imitem nisso esses mesmos Francezes, que se esmerão em fallar bem francês, sem estragarem o que fallam, ou o que escrevem, com termos, e ainda menos, com phrases estrangeiras. (Idem: 393)

Que melhor exemplo então seguir?

2 – As traduções de Filinto

A tradução das *Fábulas* de La Fontaine foi mais um dos trabalhos feitos por Filinto nessa área; o poeta iniciou-se nessas lides ainda em Portugal, com reputado sucesso, num enquadramento de traduções generalizadas que constituíram, no Portugal do século XVIII, uma forma de contacto espiritual com a Europa, um modo de colocar o país a par de toda a movimentação intelectual que aí teve lugar. (Cidade 1948:⁴). Traduziu-se muito: por necessidade – a produção original nacional era muito deficitária – e por modismo – sobretudo livros franceses. É reconhecido o ascendente intelectual da Inglaterra sobre a Europa continental, no século XVIII; falamos da especulação filosófica, da ciência, do gosto literário, da democracia parlamentar e dos próprios costumes. Mas, se a

⁴ O Professor H. Cidade desenvolve neste seu livro (pp. 318-334) um estudo dedicado às traduções que se fizeram em Portugal, em especial às influências francesa, italiana e anglo-germânica.

influência inglesa é muito sentida, o transporte entusiástico, a filtragem e o desenvolvimento que dela fizeram os principais representantes do enciclopedismo francês⁵, facilitando-lhe o impacto através do mundo culto, aliados ao reconhecido papel hegemónico das língua e literatura francesas, estabeleceram, entre nós, um gosto genuíno pelas coisas da França, em especial pelas obras literárias e pela língua que as veiculava, o que vai ser objecto de um movimento crítico áspero no qual participaram Francisco Manuel do Nascimento e António Dinis da Cruz e Silva, entre outros, e que representa, como havemos de ver, uma corrente nacionalista em defesa da língua que não suporta *francelhos*.⁶

⁵ Estamos a referir-nos a Voltaire (*Lettres Philosophiques*), Montesquieu (*L'esprit des lois*), e às fortes influências inglesas que se detectam nas obras de outros encyclopédistas como Rousseau, Diderot, e ainda em Helvetius, d'Holbach ou Buffon.

⁶ Francisco Manuel vai ser, ao longo de toda uma vida que dedicará à defesa da língua portuguesa, um inimigo das bastardias linguísticas, sendo mesmo muito duro com aqueles que enxameavam a língua-mãe com palavras de outras línguas, em especial da língua francesa. Escreveu ele: «(...) Envergonhai-vos ridículos francelhos! Qual homem cordato falou, sem precisão, na sua pátria, língua estrangeira? (...) Que quereis que vos diga um francês, que vos ouve cometer tantos erros quantas são as frases que vomitais numa língua que não aprendestes de nascença, nem na terra mesma em que ela é natural, cujas alusões não conhecéis, cuja força, cuja aplicação de termos com propriedade é tão difícil, ainda aos franceses?» (Elísio 1817: III, 293.)

Também A. D. Cruz e Silva, no *Hissope*, censura a moda dos francesismos nas conversas dos portugueses e os efeitos nefastos que tais aplicações traziam para a língua portuguesa:

« (...) Não se admire
que isto está sucedendo a cada passo:
ao pé de cada canto, hoje, sem pejo,
se tratam de monsieurs os Portugueses
Isto, Senhor, é moda; e como é moda,
a quisemos seguir; é sobretudo
mostrar ao mundo que francês sabemos.

(...)

Desta audácia, senhor, deste descoco
que entre nós sem limite vai lavrando,
quem mais sente as terríveis consequências
é nossa portuguesa, casta linguagem
que em tantas traduções anda envazada
(traduções que merecem ser queimadas!)
em mil termos e frases galicanas».

António Dinis da Cruz e Silva testemunha-nos a moda francesa, a sua influência no Portugal setecentista, as traduções sem conta que se faziam – na maioria más, em sua opinião. Alguns anos mais tarde, já nos princípios do século XIX, o Pe. José Agostinho de Macedo, no seu estilo habitualmente destravado e truculento, escrevia n'*'Os Burros'*:

Dois furos mais distante o torto existe
génio da tradução, delícia, emprego
de muitos sábios, que apascenta o Tejo:
com traduções da pátria a glória aumentam!
(...)
Traduz Pope Aguiar, Ribeiro Horácio,
Traduz Niceno e traduziu Bocage
Traduz António de Araújo, em verso;
Manuel de Sousa traduziu vivendo,
Morreu a traduzir Manuel de Sousa. (Macedo 1835)

Como se vê, o Pe. Macedo fala da moda da tradução e cita alguns tradutores; Francisco Manuel, aqui designado por Niceno, é um dos seus alvos preferidos, na linha de uma animosidade pessoal que durou dezenas de anos⁷. José Agostinho de Macedo, desta vez, não exagera quando escreve o que acima transcrevemos. Como já afirmámos traduziu-se, porventura em demasia, em especial na segunda metade do século XVIII e o Pe. Francisco Manuel do Nascimento foi um dos que muito traduziu, sendo mesmo um tradutor compulsivo. A sua natural curiosidade intelectual, instigada pela vinda de estrangeiros e consequente contacto com estas pessoas condecoradoras da realidade cultural europeia,⁸ tê-lo-á levado a isso.

⁷ O Pe. Macedo alimentou para com Francisco Manuel uma animosidade pessoal a ponto de ter colaborado (e muito provavelmente instigado) numa composição satírica algo violenta(Cf. Elísio 1818: V, 63-66) que a Viscondessa de Balsemão, mulher de Luís Pinto Balsemão, ministro de D. Maria I, dirigiu ao poeta o que mereceu da parte deste uma resposta não menos dura (Idem: 38-61) intitulada *Molhadura de certa obrinha* e uma nota em que salienta a participação do Pe. Macedo.

⁸ Após o terramoto de 1755, Portugal foi invadido por um número significativo de estrangeiros, franceses sobretudo, atraídos pela grandiosidade trágica da catástrofe e pela possibilidade de fazer negócios num país altamente carenciado. É assim que entre os amigos mais chegados de Francisco Manuel do Nascimento encontramos nomes como António Mathevon Curnieu e Timóteo Lecussan Verdier, filhos de negociantes franceses instalados em Lisboa e também eles exercendo a profissão dos pais, mas simultaneamente dois homens ligados à cultura e aos seus países de origem e ao que

Traduzir, para Francisco Manuel terá começado por ser uma necessidade académica (tradução dos textos escolares dos clássicos latinos), continuou sendo por simpatia literário-ideológica (Elísio 1819: XI, 75), por puro prazer e deleite (Idem: 61), e, finalmente, por estrita necessidade económica (Ibidem 1817: I, 133).

O conjunto das traduções efectuadas por Filinto Elísio antes do seu exílio em Paris não é fácil de estabelecer. Há discordâncias e mesmo opiniões contraditórias (e algumas muito pouco probatórias da teses defendidas) sobre a autoria de algumas traduções atribuídas a Francisco Manuel.

Comecemos pelas certezas: no tomo IX da edição de Paris, 1819, e bem no final da tradução de *Zadig, ou o Destino*, de Voltaire, que aí aparece, Francisco Manuel junta um apontamento inequívoco quanto à época e motivações da respectiva tradução. Escreve ele nessa breve nota: «Esta tradução [foi] feita em Lisboa para comprazer a uma Menina, que m'a pedira, em tempos que eu ainda sabia menos francez que agora (...)» (Elísio 1819: IX, 63-64).

Zadig é um romance moralista, mais do que filosófico, e está recheado de uma ironia inofensiva e, apesar da forte negação da Providência que da sua leitura se depreende como resultado dos ricos fantasmas entre efeitos e causas, das lições de resignação fatalista, a simples moralidade ultrapassa a metafísica audaciosa. Pela nota que transcrevemos, temos a certeza absoluta de que a tradução desta obra de Voltaire foi feita em Lisboa, portanto antes de 1778, e foi motivada por um pedido, certamente especial, de uma menina.⁹ Francisco Manuel traduziu por puro deleite – e arrisquemos –, para oferecer como prenda e satisfazer um pedido naturalmente irrecusável; realizou um número significativo de traduções antes de se exilar e fê-lo, maioritariamente, para passar o tempo, “por desenfado”, ou, como se viu, para corresponder a uma solicitação feminina nesse sentido. Despreocupado como era, curioso por natureza, a tradução foi para ele um processo de emancipação intelectual, (Braga 1901) de

lá se produzia em termos literários.

⁹ Em nosso entender, e dado o relacionamento pessoal e intelectual que Francisco Manuel do Nascimento tinha com as manas Alorna, tal pedido poderá ter vindo, muito previsivelmente, de uma delas, talvez de D. Leonor, com a qual o poeta sustentava uma forte afinidade de gostos literários.

ultrapassagem do escolasticismo académico em que fora formado e também uma maneira descuidada de ocupar o seu tempo. Vejamos o que o nosso poeta escreve a respeito:

Tive o descuido de pôr à margem das traduções, que empreendi por desenfado, os nomes dos Autores originaes: essa a razão, por que agora, que os quizera pôr (afim de que não me tenhão por plágio) me não lembrão; e muito principalmente os d'estes pequenos poemas (...) Quem se pode lembrar de que Autor forão versos ha mais de 40 annos traduzidos? (Elísio 1817: I, 147)

Eram traduções ditadas por arroubos da mocidade, resultado de uma educação escolástica e latinista; o próprio poeta considera as suas primeiras traduções de Horácio e Marcial como esboços:

Esboços foram, a que me deu affouteza ignorante mocidade que nada teme, porque não conhece os perigos. Quiz à força de trasladá-lo ver, se depois de passados annos neste exercicio, chegaria a arremedá-lo na nossa língua. (Idem 1819: XI, 75)

Tudo começou aos dezoito anos e com uma admiração sem limites pelos clássicos e, sobretudo, por Horácio. O poeta sentia-se defraudado com as produções poéticas das Academias joaninas tão diferentes dos modelos horacianos e virgilianos que preenchiam as suas leituras e começou a traduzir. Da tradução passou à produção de originais, mas só para consumo caseiro.¹⁰ As traduções/imitações da juventude foram o primeiro passo para um legado de traduções, feitas com elegância, dos mais variados autores e temas. Traduzir os clássicos latinos foi uma tarefa que o ocupou não só por virtude do simples prazer de traduzir, mas, sobretudo, porque a tradução dos clássicos servia o seu projecto patriota de defesa intransigente da língua

¹⁰ Escreve Filinto (Elísio 1818: IV, 378): «Agoniado dos muitos Romances hendecassyllabos et reliqua que andavão então em voga; e em cuja poesia (por alcu-nha) eu achava tanta diferença da poesia de Horácio e Virgílio, que eu usualmente lia nesse tempo, lancei-me a uma tentativa, que foi arremedar Horácio em Portuguez. A mocidade é muito atrevida; eu tinha dezoito annos, e nesse tempo não tinha que temer dos Críticos; que ainda elles não sabião, que eu fazia versos (...) Verdade era, que só para os gastos caseiros os fazia. (...) Ora a Ode de Horácio, *Cur me querelis*, composta em caso similhante ao meu, me fez negaça para a imitar. Que se perdia nisso? Provável era que não sahisse da algibeira da Menina, nem aparecesse à vergonha do Mundo. Fatal imitação! que me empurrou a pena para a caturra d'Odas (trovas lhe devera eu chamar) de que tenho as pastas cheias; (...)»

portuguesa, acarinhado e instruído ao tempo do surgimento do grupo da Ribeira das Naus, do qual foi líder natural e que visava conferir a essa mesma língua a elegância, eufonia e pureza da língua latina que o poeta detectara e absorvera dos escritores latinos. (Sané 1808)¹¹

Traduziu Francisco Manuel do Nascimento, com toda a certeza antes de partir para o exílio em Julho de 1778, obras de Racine – *Mitridates* – e de Longepierre – *Medeia* – as quais Inocêncio Francisco da Silva afirma não terem sido incluídas na edição de Paris porque os autógrafos respectivos tinham ficado em Lisboa no momento da fuga de Filinto. (Silva 1859-62: II, 455) Surgem estes textos na chamada edição rolandiana de 1836-40, conseguidos pelo editor junto do livreiro Jorge Rey. É isto que escreve Inocêncio e não acrescenta mais nada. Daqui pode inferir-se que Francisco Manuel nunca mais soube dessas suas traduções, mas isso não é rigorosamente verdade; se o autor do *Dicionário Bibliográfico* tivesse prestado mais atenção às notas que Filinto apóe frequentemente aos seus textos da edição de Paris, concluiria que o poeta não só publicou em vida as traduções referidas de Racine e Longepierre como nos dá testemunho vivo desse facto. Anota Francisco Manuel, ao apresentar os motivos pelos quais não acabou a tradução dos livros *Ifigenia in aulis*, de Racine, e *Coriolano*, de La Harpe:

Eu bem acabara a tradução desta e também a de Coriolano, que está meia alinhavada; mas o preço tão limitado que me derão pela Medeia de Longepierre, e pelo Mitridates de Racine me decepou a vontade. Continuará a tradução quem mais moço que eu melhor a faça. (Elísio 1819: XI, 104)

Como se constata, Filinto não só publicou as referidas obras como foi (mal) pago pelo seu labor, o que determinou esta confissão de não conclusão de outros trabalhos. Portanto, Inocêncio foi iludido pela presença dos autógrafos que sabia terem estado nas mãos do livreiro Jorge Rey e entendeu que nunca tinham sido publicados. Francisco Manuel não refere que tenha deixado estes documentos à guarda do livreiro em causa, que, aliás, conhecia. A única certeza que há é que a Inquisição arrestou todos os bens de Filinto, livros e manuscritos incluídos; logo, é crível que só dos depósitos do Tribunal do Santo Ofício os autógrafos pudessem ter saído

¹¹ A defesa deste projecto com esta finalidade vem ilustrada por Sané na introdução que faz no seu livro e que naturalmente terá recolhido junto de Filinto esta informação.

para a posse de Jorge Rey. Não seria a primeira vez que um inquisidor tomava posse de bens confiscados e os vendia como seus... (Saraiva 1969: 259-260)¹² mais a mais, não consta do processo de Francisco Manuel do Nascimento qualquer inventário dos livros que lhe foram confiscados o que facilitava o seu desvio. Definitivo, é o facto de Francisco Manuel ter publicado essas traduções, ocorrência que Inocêncio desconhecia...

Inocêncio Francisco da Silva dá-nos, ainda, conta de outras traduções feitas pelo Pe. Francisco Manuel «(...) que tenho visto ou possuo impressas» (Silva 1859-62: II, 455) e que não surgem quer na edição de Paris quer na de Roland. Trata-se de duas traduções datadas de 1768 – *Antígona em Tessalónica*, do abade Pedro Metastásio¹³ e *O cinto mágico*¹⁴, de Jean Baptiste Rousseau¹⁵. O primeiro texto é uma ópera traduzida em verso português e podemos encontrar a sua justificação não só na importância do autor que, na época, era muito apreciado, mas também no gosto que Francisco Manuel tinha pela música. Teófilo Braga (Braga 1901: 158) afirma ter sido esta ópera de Metastásio a sua primeira tradução e impressão em forma

¹² António José Saraiva relata o caso da livraria confiscada a um advogado do Porto, Álvaro de Azevedo, o qual, tendo sido absolvido, reclamou os livros que lhe tinham sido confiscados, mas sem sucesso, já que estes não constavam do respectivo inventário de arresto e não lhe foram devolvidos; Soube-se mais tarde que o Inquisidor geral da altura ficara com eles e tinha, à data da sua morte, vendido alguns.

¹³ Pedro Metastásio (1698-1782), poeta e libretista, foi como poeta melodramático que se fez notar na Europa onde ocupou, por 50 anos, a ribalta e fez escola; muito adaptado, imitado e musicado, foi ouvido com frequência no Teatro da Ajuda e foi com uma composição sua que o Teatro de S. João, em Queluz, abriu as suas portas. Sobre este autor e Portugal ver, por exemplo, a *Gazeta Literária*, de F. Bernardo de Lima, Porto, 1761-62; Braga, Teófilo (1871): *História do Teatro Português*, 3º vol., Porto.

Rossi, G. Carlo (1947): *A influência italiana no teatro português do século XVIII*. Lisboa.

Picchio, Lucciana Stegagno (1969): *História do Teatro Português*. Lisboa.

¹⁴ Comédia em um acto, publicada em Lisboa, Off. de Joseph da Silva Nazareth, 1768.

¹⁵ Jean Baptiste Rousseau (1671-1741), poeta cujas obras expressam um liberalismo impessoal que se refugia no terreno religioso. Considerado o Píndaro francês, foi fiel aos modelos greco-latinos; enquanto epigramista é um discípulo de Boileau. (cf. BEAUMARCAIS, J. P. et alii (1987): *Dictionnaire des littératures de langue française*. Paris: Bordas.)

avulsa, também ela executada por pedido alheio e que mereceu ao poeta o seguinte epígrama:

Mandou-me Amor, que esta Opera vertesse,
Ou sábio, ou néscio a Amor tudo obedece!
Censor que lês a tradução do drama,
Os erros meus desculpa,
Amor tem toda a culpa,
Não vê erros um cego; e é cego o que ama. (Elísio 1817: I, 173)

O segundo texto é um livro de poemas que o poeta traduziu em prosa; coincidência a assinalar: ambas as traduções são editadas em Lisboa pela oficina de José da Silva Nazaré e assinadas por Marcelino da Fonseca Mine's Noot¹⁶, nome que constitui uma espécie de anagrama de Francisco Manuel do Nascimento e sob o qual o poeta editará, já em 1783, o poema *Virginidos ou a Donzela*, tradução da *Pucelle*, de Voltaire e que surge integrada na edição de Paris.

Dois títulos têm merecido opiniões diferentes sobre quem os teria vertido para português. José Maria da Costa e Silva, que conheceu Francisco Manuel, sustenta, em artigo publicado no *Ramalhete*, numa secção intitulada *Estudos Históricos – Génios Portugueses*, e onde apresenta um resumo biográfico do poeta, que Filinto “(...) traduziu, o *Telémaco*, e o *Cid* de Corneille nessa linguagem antiquada, e os deu à luz assim como a versão do *Tartufo* de Molière, em nome do capitão Manuel de Sousa. “ (O *Ramalhete*, I: fascs 164/65, 100) Costa e Silva justifica a tradução destes textos como sendo um processo de Francisco Manuel dar corpo ao seu projecto de restaurar a

(...) linguagem magestosa, e castiça de Barros, e Camões, opulentando-a de mais a mais com os thesouros gregos, e latinos, e fazendo até reviver grande copia de palavras, e frases obsoletas, que se achavam sepultadas nos escriptores primitivos da Nação e que por isso não deixavam de ser nobres, sonoras, e expressivas. (Idem)
Traduzir seria, nesta conformidade, uma forma de educar os ouvidos

¹⁶ Os conhecimentos de várias línguas por parte de Francisco Manuel são apontados por Joaquim José Pereira de Sousa no testemunho prestado perante a Inquisição, no âmbito do processo contra o poeta. Disse a testemunha referida: «(...) além de ser bem instruído [Francisco Manuel] e versado nas sciencias, e nas Lingoas Franceza, Italiana, e Inglesa». (Inquisição de Lisboa Processo n.º 14048, 22-23)

dos portugueses, de os acostumar àquelas palavras e sensibilizar para o gosto da língua portuguesa. Pato Moniz, na *Revista Popular* (n.º 1850, 411) alinha na mesma tese de J. M. Costa e Silva afirmando ser “a tradução do *Tartufo*, falsamente atribuída ao capitão Manuel de Sousa.” Inocêncio Francisco da Silva aponta, nas páginas do seu *Dicionário Bibliográfico*, as opiniões de Costa e Silva e apresenta a sua discordância pois diz:

Alguns pretenderam fundados em antigas tradições, que Manuel de Sousa só emprestou para esta versão / do Telémaco, de Fénelon / o seu nome, sendo ela em verdade de Francisco Manuel. Um dos que mais o afirma positivamente é José Maria da Costa e Silva. (...) Posto que impressa / o Tartufo / com o nome de Manuel de Sousa, José Maria da Costa e Silva sustenta igualmente que esta versão é de Filinto.

e acrescenta,

(...) não vejo na sua simples e gratuita afirmativa prova bastante para desapossar o Sousa da paternidade daquelas produções, e por isso continuarei a descrevê-las em seu nome no artigo competente. (Silva 1859-62: II, 457)

Inocêncio refuta Costa e Silva, mas não vai além da contraprova apoiada na titularidade das traduções em causa. J. M. Costa e Silva baseia a sua argumentação em suposições tidas como muito prováveis no meio literário e cultural da época apontando o dedo de Filinto nessas traduções e, como o poeta era uma figura destacada e considerada... Certo, portanto, é que a autoria de Francisco Manuel relativamente a essas traduções era voz corrente e disso dá expressão escrita o seu primeiro biógrafo, o francês Alexandre Sané quando tenta explicitar os motivos justificativos da perseguição sofrida pelo poeta por parte do Santo Ofício:

(...) une traduction du Tartuffe de Molière, et d'autres ouvrages empruntés des littératures étrangères, circulaient dans la capitale; on crut y reconnaître sa manière: (Sané 1808: XVI)

A convicção expressa por Sané espelha um sentimento colectivo e tudo indica ser destes boatos que terá nascido a certeza de José Maria Costa e Silva e de muitos outros. Naturalmente que Sané só pôde ser motivado por informações fornecidas pelo próprio Francisco Manuel

pelo que a atribuição da tradução do *Tartufo* estaria resolvida: Filinto não admite essa autoria. Contudo não deixa de ser estranho que Inocêncio e Costa e Silva não tivessem em conta o trabalho de Alexandre Sané (simples desconhecimento?) considerando a evidente presença de Francisco Manuel nas informações que aquele veicula¹⁷o que lhes confere um alto crédito.¹⁸

Teófilo Braga, muitas vezes acusado de ligeireza nas investigações que faz, foi, neste particular, muito objectivo. Demonstrou conhecer os estudos e opiniões de Inocêncio Francisco da Silva e de José Maria da Costa e Silva, bem como a obra de Alexandre Sané que cita, nomeadamente na matéria em questão. (Braga 1901: 157) Teófilo Braga é, entre todos, o que destaca o papel de revisor de Francisco Manuel em traduções de Manuel de Sousa, nomeadamente no *Telémaco*. (Idem: 155)¹⁹ Nenhum deles, no entanto, se socorre de um elemento decisivo que o próprio Filinto fornece logo no primeiro volume das suas obras e no qual elimina quaisquer dúvidas sobre quem traduziu o *Telémaco*, de Fénélon. Escreve o poeta em nota motivada pelo emprego do termo *orelhas* num dos seus poemas:

Um Padre muito douto da Censória riscou no manuscrito do Telémaco traduzido por Manuel de Souza a palavra – Orelhas – como baixa e desonrada, mas o Capitão que sabia mais Português que todo o tribunal, lhe perguntou: – Que é o que S. Pedro cortou a Malcho em certa noite de agarração? – E o meu censório ficou como um patinho. A orelha (lhe retrucou o Souza) é membro e sofre corte; e o ouvido é sentido, que não ha hi facalhão de frade que o decepe. (Elísio 1817: I, 66)

¹⁷ Talvez a estranheza não deva ser tanta se considerarmos o que Rosa Rego escrevia em 1962 numa dissertação de licenciatura, intitulada *Filinto Elísio e a França*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa:

«Um dos que mais traduziram, e que segundo a má língua do Pe. Macedo vivera e morrerá a traduzir, foi Manuel de Sousa, nome sob o qual, de acordo com a opinião geral dos autores que deste se ocuparam, se escondia Filinto, para assinar as traduções feitas em Portugal». (Rego 1962: 94)

¹⁸ Também aqui a dúvida seria razoável se se pensar que em 1808, quando Sané publica a sua obra, Francisco Manuel ainda acalentava a esperança (aliás nunca perdida) de regressar a Portugal e, por isso, pretendesse continuar a esconder a verdadeira autoria da tradução do *Tartufo* de Molière que, entre outras coisas, lhe valeu o exílio. A nossa convicção não vai nesse sentido: Filinto tinha o recurso do pseudónimo a que já recorrera...

¹⁹ Escreve Teófilo Braga: «(...) o Capitão Manuel de Sousa traduziu o *Telémaco* sob a direcção de Francisco Manuel».

Escrevemos a nota na sua totalidade porque ela é reveladora, no *fait divers* que apresenta, não só da mesquinha actuação do Tribunal Censório, mesmo no consulado de Pombal, mas sobretudo porque é um verdadeiro atestado de competência tradutória passada por Francisco Manuel ao seu amigo Manuel de Sousa. Mas há um outro dado importante nesta nota: Filinto aparece como uma espécie de revisor da tradução, alguém que tem acesso e confere os manuscritos vertidos pelos amigos, apondo-lhe uma chancela final: é uma autoridade requerida e reconhecida. As suspeitas da Inquisição sobre uma hipotética autoria bem como a atribuição que foi feita a Filinto das traduções de Manuel de Sousa tinham, no mínimo, algum fundamento. De resto, o discurso da resposta que Francisco Manuel põe na boca do capitão engenheiro Manuel de Sousa cheira muito a Filinto...

O nome de Francisco Manuel do Nascimento surgia, deste modo, associado com frequência à autoria de originais e traduções de poetas e tradutores a ele ligados por relações de amizade e comunhão de ideias. Apontemos um exemplo final que ilustra bem esta convicção generalizada. Em depoimento feito perante o Tribunal da Inquisição, o irmão do seu íntimo amigo Sebastião José Ferreira Barroco, Frei Plácido Andrade Barroco, não se limita a afirmar que o poeta era leitor regular de tragédias filosóficas, antes acrescentando, especificamente, que vira em suas mãos uma tragédia de Voltaire, por ele traduzida, intitulada *O Maometismo*.²⁰

Este testemunho do irmão do companheiro da grade do convento de Chelas foi genericamente considerado, pelas testemunhas atestatórias da veracidade das declarações presentes ao acto (os Padres Mestres ratificantes), como pouco verdadeiro e a testemunha tida por diminuta no seu depoimento. Onze dias mais tarde, em 1 de Março de 1779, Frei Plácido Barroco voltou a depor, por seu expresso pedido e veio corrigir a atribuição da autoria da tradução da tragédia *Maomé*, revelando que a mesma tinha sido realizada por José Basílio da Gama.²¹

²⁰ O testemunho de Frei Plácido foi prestado em 18/02/1779; na realidade o frade equivocou-se quanto ao título da obra já que se trata da tragédia *Maomé ou o Fanatismo*. Declarou ele:

«Disse mais, que em outra occasião vira na sua mão huma tradução de huma tragédia de Voltaire, feita por elle, que julga ser a intitulada *O Maometismo*. (Inquisição de Lisboa: Processo n.º 14048, 79)

²¹ «Que pelo que respeita a ter referido que a tragédia intitulada = **O Maometismo** = a traduzira o sobredito Padre agora com mais exacto exame se recorda, que

Este simples percurso feito pelas traduções de Filinto e do que a elas está associado, revela-nos um líder, um mentor de ideias, um homem do seu tempo; ele é exemplificativo de alguém que, como observou o professor Hernâni Cidade em obra já por nós assinalada, favorecendo a industrialização das letras respondia às necessidades de um público cujos apetites de leitura moderna estavam em crescendo. Ao ser um dos veículos que tornou acessível a cultura estrangeira em Portugal, Francisco Manuel do Nascimento tornou-se co-responsável por uma transformação do gosto e das ideias de um país que tardava em acertar o passo pela Europa culta.

3. As *Fábulas* de J. La Fontaine

A inserção das *Fábulas* de La Fontaine nas *Obras Completas* de Filinto Elísio, Paris, 1817-19, representa, de facto, uma terceira edição desse texto, agora no formato de um só volume. Foram três edições no espaço de cinco anos; a primeira edição fora feita em Londres, 1813, em dois volumes (*Fábulas escolhidas entre as de J. La Fontaine* traduzidas em Português por Francisco Manoel do Nascimento, Londres, Typ. de H. Bryer, 1813, 2 vols.), num momento em que o poeta vivia com grandes dificuldades económicas no seu exílio parisiense, tendo sido patrocinada por membros do Clube de Negociantes Portugueses em Londres com os quais Filinto trocou poemas e correspondência, pretendendo aqueles, dessa maneira, auxiliar o poeta na sua desdita pessoal. O mesmo texto seria impresso em Portugal, Lisboa, pela Imprensa Régia, 1814-15, edição que veio anunciada na *Gazeta de Lisboa*, em 19 de Junho de 1815 com os seguintes dizeres: *Fábulas escolhidas de J. La Fontaine, traduzidas em Português, e com algumas notas, pelo Pe. Francisco Manoel do Nascimento: Edição nítida em bom papel, 8.º dois volumes.*

Se as edições de Londres e Lisboa são similares, a de Paris, para além de, como já afirmámos, ser num só volume, vem acrescentada com uma Biografia e um Elogio de La Fontaine também traduzidos por Filinto (Elísio 1818: VI, 3) e ainda com algumas alterações à sua versão original, como revela o editor Francisco Solano Constâncio:

Deu este [Filinto Elísio] algum disvelo a compor com mais asseados atavios
quantidade de versos, que lhe pareceram mui desalinhados. (Idem)

este a não traduzira, mas sim hum Joze Bazilio hoje Oficial da Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, mas que ele depoente vira esta tradução na mão do mesmo Padre». (Inquisição de Lisboa: Processo n.º 14048, 89-90)

e num formato que o mesmo editor justificou da seguinte forma:

O Editor traçou imprimir em modo estas Fábulas, que lhe grangeasse a mais commodo preço, mais copiosos Amadores da Moral, e da castigada Linguagem em que ellas vertidas vão. Espera que todos estes motivos darão preferência a esta nova edição sobre qualquer outra que não seja limada pelo nosso vate, que na idade de mais de 80 annos se não poupou a trabalho algum, afim de que esta saisse com a maior perfeição, que lhe elle poude dar, etc. (*Ibidem*: 3-4)

Após a morte de Francisco Manuel, em Fevereiro de 1819, as *Fábulas* seriam de novo editadas em Lisboa, 1839 (*Fábulas escolhidas entre as de J. La Fontaine*, traduzidas por Filinto Elísio, Lisboa, *Typographia Rollandiana*, 1839, 2 vols.) e em Paris, 1874 (*Fábulas escolhidas entre as de J. La Fontaine*, traduzidas em verso português com a vida de La Fontaine por Francisco Manoel do Nascimento, nova edição emendada sobre as edições feitas em Londres e Paris, Paris, J.-P. Aillaud, 1874), numa versão que pretende reflectir o melhor das impressões efectuadas no estrangeiro. Alguma desconfiança para com as edições feitas em Portugal?...

A inserção das *Fábulas* na edição das *Obras Completas*, para lá do merecimento da tradução e do prestígio do autor original, terá ficado a dever-se a instâncias de um amigo do poeta (e da Pátria, como o escreveu Francisco Solano Constâncio) que via nelas um instrumento valioso para a «boa instrução dos seus Conterrâneos»; é, pelo menos, o que nos indica o *Aviso ao Leitor* inscrito pelo editor acima referido:

Tanto o merecimento das Fábulas de La Fontaine, como o do nosso bom compatriota, que as traduzira, moveo o ânimo d'um amigo da Pátria, e da boa instrução dos seus Conterrâneos a de novo as imprimir accresentadas com a Vida e Elogio de La Fontaine, que Filinto Elysius igualmente traduzira. (*Idem, ibidem*)

Feito o aviso, justificada a edição, as *Fábulas* escolhidas são arrumadas por quatro livros, num total de 238 composições às quais se juntam dois Epílogos e um Prólogo, daí resultando uma tradução, nem sempre harmoniosa ou de fácil leitura para um público menos instruído, que espelha um processo de versão para a língua portuguesa muito peculiar que o poeta se preocupa em explicitar com frequentes notas as quais constituem, juntamente com tantas outras espalhadas pelos diversos volumes das *Obras Completas*, um autêntico tratado sobre o acto de traduzir que justificará,

um dia, por quem de direito, a necessária atenção. Não pretendemos aqui avaliar a qualidade do trabalho efectuado por Filinto, mas sempre adiantamos que essa apreciação não poderá nem deverá nunca esquecer todo o projecto pessoal de luta pela pureza da língua portuguesa que determinou grande parte da vida do escritor, bem como as circunstâncias históricas em que ocorreu.

Dos méritos (ou deméritos) da tradução das *Fábulas* de La Fontaine feita por Francisco Manuel do Nascimento os leitores ajuizarão.

Referências Bibliográficas

- ANTT, Inquisição de Lisboa, *Processo n.º 14048 contra o Pe. Francisco Manoel do Nascimento*
- Braga, Teófilo (1901): *Filinto Elísio e os dissidentes da Arcádia*. Porto: Lello & Irmão.
- Cidade, Hernâni (1948): *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*. Coimbra, Coimbra Ed. Lda.
- Elísio, Filinto (1817-1819): *Obras Completas*. Paris: A. Bobée.
- Macedo, José Agostinho de (1835): *Os Burros*. Paris: Of. Tip. de Casimir.
- Rego, Rosa (1962): *Filinto Elísio e a França* (tese de licenciatura) Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Sané, Alexandre (1808): *Poésie lyrique portugaise ou Choix des Odes de Francisco Manoel*. Paris: Chez Cérioux Jeune.
- Saraiva, António José (1969): *Inquisição e cristãos-novos*. Porto: Editorial Inova.
- Silva, Inocêncio Francisco (1859-62): *Dicionário Bibliográfico*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Revista *O Ramalhete*.
- Revista Popular*, n.º 52, 1850.

ÍNDICE

N.º de página:

Nota Introdutória	7
A Língua como expressão da saudade em Filinto Elísio	9
A Carta ao Senhor F. J. M. de B. de Filinto Elísio – uma poética do século XVIII	21
A mestria da língua em Filinto Elísio	33
Filinto Elísio: um agente francês	41
Relações luso-francesas no século XVIII – o caso do Padre Francisco Manuel do Nascimento	51
Filinto Elísio e a França	65
Filinto revolucionário	81
Filinto Elísio – um exemplo de anti-clericalismo do século XVIII em Portugal	91
Filinto Elísio e o Marquês de Pombal	101
Filinto e Ribeiro Sanches – algumas notas	113
Bocage e Filinto Elísio	121
A edição de Filinto das <i>Cartas duma Religiosa Portuguesa</i>	133
Filinto e a tradução	139

